

Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Departamento de História

O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro (1948-1957)

Nelson Miguel Trindade Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea
Especialidade Cidades e Património

Orientadora:
Professora Doutora Magda Pinheiro,
Professora Catedrática do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Janeiro de 2013

Agradecimentos

Desejo manifestar o meu reconhecimento a todos os que contribuíram para a sua realização, professores, colegas, família e amigos. Assim, agradeço particularmente:

Uma primeira palavra de reconhecimento à Professora Doutora Magda Pinheiro, orientadora desta dissertação, que acompanhou com dedicação, entusiasmo e rigor o meu trabalho, direcionando-me no caminho certo. Agradeço pela crítica exigente, as opiniões certas e os conselhos firmes nos primeiros momentos de hesitação.

Ao Doutor Fernando Mota, do Arquivo Municipal do Barreiro, que me incentivou e ajudou na pesquisa dos documentos necessários à conclusão do meu trabalho, abrindo-me também novas perspectivas e abordagens de estudo.

Ao Professor Carlos Faria, que me recebeu de forma prazenteira na Universidade Lusófona, e que me deu informações essenciais e retificações sobre o tema.

Á minha enorme família e aos meus pais, sempre presentes e disponíveis para me ajudarem a seguir em frente, em especial à minha namorada Liliana, pelo carinho compreensão, palavras animadoras nos momentos mais difíceis e por nunca deixar de me apoiar.

Aos meus muitos amigos e amigas que me acompanham onde quer que vá, por todos os momentos, agradeço o apoio precioso que me deram até aos últimos momentos.

Resumo

O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro (1948-1957)

O Barreiro já desde o início do século XX que se começou a transformar num importante centro industrial no país. Para esta zona vinham muitas pessoas à procura de trabalho nas oficinas dos caminhos de ferro do Estado, na Companhia União Fabril (CUF) e nas fábricas de cortiça. A instalação da CUF na segunda década do século ampliou o carácter atrativo e fez com que o Barreiro tivesse um enorme aumento populacional num curto espaço de tempo. O propósito deste estudo é compreender o enquadramento da realização do primeiro plano de urbanização desta zona maioritariamente operária.

Consideramos que a elaboração deste plano foi tardia deixando uma larga parte do crescimento urbano às forças do mercado com consequências urbanísticas relevantes. Procuraremos compreender o porquê do carácter tardio da realização e aprovação do plano de urbanização do barreiro.

É importante compreender os motivos que levaram a esse atraso e as divergências que existiram até o plano ser devidamente aceite. Além do mais, com o passar do tempo, deveria existir, um especial cuidado do planeamento urbano e da qualidade arquitetónica e técnica.

Face ao crescimento do número de trabalhadores gerou-se um problema habitacional. As soluções patronais que a CUF implementou visavam um número muito limitado de trabalhadores qualificados deixando a larga maioria com muito más condições de alojamento. A este nível, o papel da CUF e, especialmente, do Estado Português no Barreiro, alterou-se com a construção, nos anos 50, do Bairro Novo da CUF, onde próprio Estado decide entrar em cena com os apoios necessários, numa tentativa de pacificação social de uma população cujo crescimento fora desordenado e cuja ação política se temia. Este será também um dos temas do nosso estudo.

Palavras-Chave: Plano de Urbanização, Urbanismo, Barreiro, Problema Habitacional.

Abstract

The First Urbanization Plan in Barreiro (1948-1957)

Barreiro from the very beginning of the twentieth century began to transform it into an important industrial center in the country. For this zone came many people looking for work in the workshops of the railways of the State and the Industrial Union Company (CUF) and in cork factories. The installation of the CUF in the second decade of the century broadened the attractiveness and made sure the Barreiro had a huge increase in population within a short space of time. The purpose of this study is to understand the framework of realization of the first plan of urbanization in this area mainly worker.

We believe that the drafting of this plan was late leaving a large part of urban growth to market forces with the relevant town planning consequences. We try understand why the late nature of the completion and adoption of the plan of urbanization of Barreiro.

It is important to understand the reasons of this delay and the differences that existed for the plan was duly approved. Moreover, over time, there should be a special care of urban planning and architectural quality and technique.

Given the growth in the number of workers has been a housing problem. The solutions of the employer's organizations that the CUF has implemented aimed at a very limited number of skilled workers leaving the large majority with very poor housing conditions.

At this level, the role of the CUF, and especially the Portuguese State in Barreiro began to notice from the building in the fifties, the new neighborhood of CUF, where the state itself decides to enter the scene with the necessary support in an attempt to social pacification of a population whose growth outside cluttered and whose political action was feared. This will also be one of the themes of our study.

Keywords: Urbanization Plan, Urbanism, Barreiro, Housing Problem.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract.....	iv
Introdução.....	1
1 – Objetivos, Periodização, Metodologia e Fontes.....	1
2 – Estado da Arte.....	3
3 – Contexto Institucional dos Planos Gerais de Melhoramentos ao Urbanismo Moderno.....	12
1 – O Problema Habitacional no Concelho do Barreiro.....	23
1.1 – O Barreiro.....	23
1.2 – Crise habitacional e social.....	30
1.3 – Inquérito à população.....	39
2 – O Anteplano de Urbanização do Barreiro de 1948.....	49
2.1 – O crescimento da vila do Barreiro.....	49
2.2 – Densidade Populacional.....	56
2.3 – As bases do programa do Anteplano de Urbanização.....	62
2.4 – Apreciação da Câmara Municipal do Barreiro.....	70
2.5 – Aprovação do Plano de Urbanização do Barreiro – 1957.....	77
Conclusão.....	83
Fontes.....	87
Bibliografia.....	89
Anexos.....	I

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – População Residente no Barreiro e em algumas Freguesias Portuguesas.....	25
Quadro 1.2 – Utilização Agrícola do Solo no Concelho do Barreiro (1948).....	28
Quadro 1.3 – Naturalidade da População Residente no Barreiro e em Guimarães (1890-1981).....	31
Quadro 1.4 – Prédios, Fogos e Famílias no Barreiro, consoante a freguesia (1940).....	34
Quadro 1.5 – Número de divisões por fogo (Barreiro, 1940).....	34
Quadro 1.6 – Número de pessoas que constituíam o agregado familiar (Barreiro, 1940).....	35
Quadro 2.1 – Número de fogos, habitantes e densidade populacional no Barreiro (1900-1940).....	57
Quadro 2.2 – Comparação entre ocupação do solo efetiva e planeada (Anteplano de Urbanização, 1948).....	65
Quadro 2.3 – Parâmetros urbanísticos para as diferentes zonas habitacionais do Barreiro (1948).....	68

Índice de Figuras

Figura 1 – Duarte Pacheco.....	16
Figura 1.1 – Número de Fogos e Habitantes no Concelho do Barreiro (1911).....	27
Figura 1.2 – Alfredo da Silva.....	48
Figura 2.1 – Avenida do Bocage nos anos 40 do séc. XX.....	52
Figura 2.2 – Barreiro em 1930.....	54
Figura 2.3 – Barreiro em 1940.....	54
Figura 2.4 – Barreiro em 1953.....	55
Figura 2.5 – Censos de 1940 – População Presente por Concelho no Distrito de Setúbal.....	58
Figura 2.6 – Censos de 1940 – Prédios, Fogos e Famílias nas Freguesias do Concelho do Barreiro.....	58
Figura 2.7 – Planta de Trabalho dos núcleos residenciais propostos (Anteplano de Urbanização, 1948).....	66
Figura 2.8 – Censos de 1950 – População Presente por Concelho no Distrito de Setúbal.....	70
Figura 2.9 – Vista aérea do Barreiro em 1947.....	76

Glossário de Siglas

CUF – Companhia União Fabril

CMB – Câmara Municipal do Barreiro

DGSU – Direção Geral dos Serviços de Urbanização

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Antifascista

INTRODUÇÃO

1. Objetivos, Periodização, Metodologia e Fontes

O objetivo central deste trabalho é o estudo da produção e aprovação do primeiro Plano de Urbanização do Barreiro, das consequências positivas e negativas que este proporcionou e dos inícios da sua aplicação. Deste modo, é fulcral compreender como foram realizados, nesta época, os Planos de Urbanização, isto numa zona em que a classe operária existia em maioria. Neste presente trabalho vai-se ter em conta a compreensão dos condicionalismos nacionais e locais que determinaram a implementação do Plano de Urbanização no Barreiro, o estudo aprofundado deste plano e da sua aplicação incluindo no que respeita à resolução da crise habitacional da época. Procurar-se-á compreender as políticas urbanas subjacentes à aplicação do plano e empreender-se-á o estudo do processo de construção das habitações, algumas delas de casas económicas, e quais foram as instituições intervenientes neste processo.

O período de estudo escolhido estende-se de 1948, altura em que é elaborado o Antepiano de Urbanização do Barreiro, a 1957, ano da sua conclusão e aceitação do primeiro Plano de Urbanização do Barreiro.

Pelo seu núcleo industrial, o Barreiro representou uma forma urbana pouco comum no País. As condições naturais e a rede de comunicações de que é dotado conferiram-lhe progressivas possibilidades de desenvolvimento. O seu sítio, como ponto de passagem para Lisboa, favoreceu o seu crescimento. No entanto, teve um planeamento mais tardio do que outras zonas da região de Lisboa, nomeadamente aquelas em que se procurava um desenvolvimento turístico. Perceber quais os motivos que levaram à recusa do Antepiano de Urbanização efetuado em 1948 é um dos objetivos do trabalho. Em ligação com primeiro ponto, este segundo objetivo destina-se a compreender as principais razões que levaram a que o Antepiano de Urbanização desse mesmo ano não tivesse sido aceite e quais as alterações pedidas pela Câmara Municipal do Barreiro. Pretende-se compreender como foi feita a aferição do Plano de Urbanização tendo em conta a sua qualidade e ao mesmo tempo o seu conteúdo.

A história da vila assinala a evolução de um centro rural e piscatório até meados do século XIX, e da sua progressiva transformação em centro altamente industrializado, porventura um dos maiores do país. O crescimento operário gerou um problema de

Habitação. Desta forma, é preciso ter em atenção o problema habitacional do Barreiro, ou melhor dito, a crise da habitação.

Relativamente às fontes primárias utilizadas para o desenvolvimento desta dissertação foram utilizados documentos dos Planos de Urbanização entre 1948 e 1969 e o Antepiano de Urbanização de 1948, o depósito para despesas com a Urbanização entre 1955 e 1962, a correspondência sobre a Urbanização entre 1933 e 1970, o Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro de 1948, o Parecer nº 2715 do Conselho Superior de Obras Públicas de 1957 sobre o Antepiano de Urbanização da vila do Barreiro, Planos de Pormenor e Legislação sobre Planos de Urbanização. Utilizaram-se ainda os dados dos recenseamentos da população produzidos pelo INE.

Quero apenas salientar que foram muitos os homens e mulheres que passaram pelas várias indústrias e que viveram no concelho do Barreiro o seu quotidiano de trabalho, para no fim terem o suficiente para sobreviver com as suas famílias, deixando para trás um património histórico material e imaterial.

É a nossa obrigação, quer como “filhos” do concelho do Barreiro ou apenas como adotados, de recolher o passado, analisá-lo e conseguir divulgá-lo no presente. Assim, vai ser possível agregar estas ações num processo cultural de valorização do Barreiro e do seu povo, porque a memória coletiva é uma ferramenta fundamental para a concretização do desenvolvimento humano e a garantia de um futuro melhor. Honrar a memória será sempre um investimento no património do futuro.

2. Estado da Arte

As cidades Europeias situadas em zonas de forte crescimento industrial tiveram fortes taxas de crescimento médio desde o princípio do século XIX. Esse crescimento resultou da chegada de novos vindos pois as condições de higiene e habitação, já muito negativas nas grandes cidades desde o século XVIII, se estenderam aos núcleos industriais de crescimento rápido¹.

As grandes cidades europeias conheceram profundas transformações urbanísticas em que avulta o modelo Parisiense Haussman. Estas transformações visaram melhorar as circulações e aumentar a salubridade mas deram pouca atenção às condições de habitação popular². Com a mecanização dos transportes que produziu a baixa do seu custo de utilização, cresceram em torno das maiores cidades subúrbios industriais ou residenciais. Estes desenvolvimentos têm sido estudados por variados autores na Europa e nos Estados Unidos.

A expansão urbana e a crítica da Cidade Industrial tiveram várias manifestações teóricas que enfatizaram a necessidade valorização das vivências urbanas. O movimento Cidade-Jardim impôs-se em muitos países do norte da Europa e mesmo em França, após a primeira guerra mundial, como potenciador de soluções urbanísticas que pretendiam melhorar as condições de vida das populações. Depois da segunda guerra mundial integrou muitos dos conceitos oriundos dos princípios orientados dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna e foi o suporte do planeamento de novas cidades na reconstrução da Inglaterra.

No processo de urbanização europeu, devido ao crescimento populacional das grandes cidades, começaram a aparecer problemas urbanos como a falta de habitações, a poluição das águas, a rede de esgotos, as ruas estreitas, a má circulação de ar e sol, que apenas foram solucionados no século XIX, mas as carências habitacionais, a falta de locais de lazer e as longas deslocações para o trabalho permaneciam. A visão de Howard, promotor da ideia de Cidade-Jardim, foi uma tentativa de resolver os problemas de poluição e habitação nas cidades por meio de desenho de cidades novas que tivessem uma estreita relação com o campo sendo no entanto autónomas e dispendo de equipamentos culturais e um centro cívico. Ele sustentava a união entre cidade e

¹ Pinol, Jean Luc (1991), *Le Monde des Villes au XIXe siècle*, Paris, Hachette.

² Dijk, Henk (2001), *Urban Developments in Europe*, ODL-Erasmus, University of Rotterdam.

campo como forma a garantir uma combinação perfeita com as vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades e entretenimento juntamente com a beleza e os prazeres do campo.

O movimento da Cidade-Jardim teve como fonte inspiradora as experiências de implantação de comunidades delineadas para serem auto-organizadas do século XIX. Com o crescimento dos empreendimentos industriais, os patrões preocupavam-se com a qualidade de vida dos seus empregados e com a produção das suas fábricas. A Cidade-Jardim proporcionava melhores condições de trabalho, pois os conjuntos habitacionais ao situarem-se nas mesmas aglomerações que as fábricas, evitavam longas deslocações, podendo ter um efeito saudável sobre os trabalhadores o que naturalmente retornaria em benefícios para a indústria. As habitações para as diferentes classes sociais formavam blocos isolados entre si, recuadas do alinhamento do terreno, com jardins fronteiros. As ruas tinham um acesso com passeios repletos de arbustos e árvores que davam continuidade ao verde dos espaços públicos. Além dessas configurações, a cidade foi pensada como autossuficiente em termos de indústria e terras agrícolas, diferente da ideia de subúrbio³.

Outra foi a abordagem do Urbanismo Modernista que emergiu em torno da primeira guerra mundial e baseava-se em premissas que consideravam que as intervenções urbanas deviam ser feitas com o intuito de eliminar os “males” provenientes do processo de urbanização, promovendo as circulações através de “ações cirúrgicas”, em que simplesmente se eliminam os espaços degradados ou se transformam estes espaços em espaços belos e salubres. Os prédios desprendem-se da rua e o *zoning* separa as funções de habitar, produzir e lazer. Este pensamento, segundo Françoise Choay, desconsidera elementos sócio-culturais e históricos, na busca de uma cidade ideal.

Segundo Françoise Choay, escreveu no livro “O Urbanismo”, a partir dos anos 50, do século XX, existiu uma necessidade de renovação urbana nas cidades do pós-guerra, houve também uma explosão de ideias e doutrinas teóricas, tornando-se o Urbanismo no centro das atenções de arquitetos, engenheiros, geógrafos, sociólogos, historiadores, filósofos e escritores, como uma ciência.

Em Portugal o título III da lei de 31 de dezembro de 1864, da autoria de João Chrysostomo de Abreu e Sousa, estabelecia a urgência da elaboração de planos de

³ Ver Howard, Ebenezer (1989), *Cidades-Jardins de Amanhã*, São Paulo, Hucitec.

urbanização em Lisboa e no Porto. Nas outras cidades e vilas apenas se procederia a essa elaboração quando os municípios o solicitassem. Esta política teve início anos antes e “na sequência de muitas solicitações da Câmara Municipal, o Governo decidiu, em 1864, empossar uma comissão para elaborar o plano geral de melhoramentos da capital”⁴. Através desta visão foi concebido um diploma em 1864 que configurava a legislação do Plano Geral de Melhoramentos, que vigoraria até 1934⁵. Essa comissão escolhida para elaborar o plano da capital, contava com o engenheiro Pereira de Carvalho, o arquiteto Possidónio da Silva, o engenheiro camarário Pezarat e o doutor Silva Abrantes. Em 1876, através da lei previamente estabelecida, foi nomeada uma nova comissão, esta presidida pelo engenheiro Lecoq e do qual também fazia parte Frederico Ressano Garcia. Em 1901 com a instauração de um novo decreto-lei, a comissão eleita desenvolve um Plano Geral de Melhoramentos, sendo apenas finalizado em 1903 e comunicado à Câmara Municipal de Lisboa no ano de 1904. Entre as várias propostas apresentam-se as ligações dos aglomerados de Benfica, Luz, Carnide, Lumiar e Charneca e uma tentativa de unir os pequenos subúrbios da periferia da cidade.

Desta forma, e apesar de Lisboa já ter tido alguns ímpetos de desenvolvimento urbanístico e sido alvo de melhoramentos como a abertura da Avenida da Liberdade e bairros adjacentes, apenas em 1904, nomeadamente com o plano das Avenidas Novas, é que algumas zonas de Lisboa são alvo de planeamento, efetuado sob a direção de Ressano Garcia. É importante referir ainda, que o plano de expansão de Lisboa de Ressano Garcia não causou importantes demolições nem produziu uma total uniformidade, pois a conjugação das diferentes malhas urbanas e a adaptação às pré-existentes teve como resultado quarteirões de diferentes configurações. Neste caso não estava em causa uma conciliação, tipologia ou uma forma urbana, existia a opção pela edificação aberta, pois não havia regulação da tipologia no plano. Além do mais, o sistema de parcelamento tinha apenas um objetivo, o de disponibilizar o solo edificável sem ter em consideração a forma urbana.

Em relação ao Porto, foi apresentada uma proposta em 1915 de Barry Parker, que já refletia as preocupações do desenho urbano que os arquitetos das Cidade-Jardim

⁴ Silva, Raquel Henriques da (2008), “Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903)” em Ana Tostões e Walter Rossa (orgs.) *Lisboa 1758: O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, Câmara Municipal, pp. 156.

⁵ Lôbo, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização, a Época de Duarte Pacheco*. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, pp. 13.

inglesas vão desenvolvendo ao longo do século XX. Parker procurou dar à cidade do Porto uma maior regularidade e simetria, sempre aliado à configuração do espaço e ao gosto pelo pitoresco. É também nesta altura que, seguindo o modelo de urbanismo norte-americano, se desenvolve o gosto pelas grandes avenidas, dando origem a uma atividade de embelezamento das cidades através da abertura de largas avenidas ou alamedas, abertas na diagonal, tal como se podia encontrar em Paris ou Viena. Tudo isto chega a Portugal já um pouco tarde, comparando com o resto da Europa.

Os Planos Gerais de Melhoramentos seguiram algumas diretrizes importantes que incluíam um aspeto diferente e deveras importante, que era a preocupação com a higiene e a circulação, dois aspetos dominantes no planeamento das cidades oitocentistas de toda a Europa. Seguindo estes dois aspetos essenciais havia a preocupação de melhorar, recuperar e construir ruas, praças e jardins, adotando também a obrigatoriedade de alinhamento dos edifícios e as características das vias, relativamente à largura e ao declive, assegurando as boas condições para a circulação dos veículos e pessoas. Os edifícios, por sua vez, tinham que seguir rigorosamente os projetos que asseguravam condições indispensáveis para a salubridade, segundo as preocupações higienistas: uma boa entrada de luz, ventilação, abastecimento de água e drenagem do esgoto. É então notório que a legislação de 1864 visou a melhoria das condições urbanísticas dentro das cidades de Lisboa e Porto e à realização de inúmeras intervenções camarárias que se refletiram no aumento da qualidade urbana oitocentista.

Os estudos até hoje publicados mostram que foram efetivamente elaboradas plantas e planos de expansão em várias cidades do norte do País.⁶ Salientamos o estudo de Mário Gonçalves Fernandes sobre Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança e a tese de Paula Raquel Neto Martins Lima de Nascimento Fernandes sobre Viseu⁷.

Margarida Silva Pereira estudou o arranque do planeamento urbano na Costa do Sol. No seu texto “O Plano de Urbanização da Costa do Sol”, este mesmo plano iniciado por Alfred Agache em 1936, criou um crescimento planificado e estruturado em função do litoral. Esta região começou então a ser defendida como uma estância

⁶ Fernandes, Mário Gonçalves (2002), *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, FAUP, pp.497.

⁷ Ferreira, Paula Nascimento (2004), *O Centro de Viseu: sua Evolução funcional 1950-2001*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE, pp.43.

balnear e turística, afastando as indústrias e uma ocupação maciça de habitantes no território. Com o Plano de Urbanização aprovado a gestão urbanística poderia voltar à administração local. Para a autora, as ações de planeamento na Costa do Sol, revelaram ser uma resposta a processos urbanos em curso, limitando-se a legalizar as dinâmicas que já tinham sido estabelecidas. Esta seria uma das primeiras iniciativas tomadas no âmbito do planeamento de tipo moderno nos anos trinta na zona de Lisboa.

O urbanismo de tipo moderno tem sido considerado por diversos autores como tendo tido as suas duas décadas mais significativas em Portugal entre 1934 e 1954. Devido a este fator, muitos dos estudos portugueses disponíveis sobre o tema, incidem sobre este período da governação do Ministro das Obras Públicas: Duarte Pacheco. Margarida de Souza Lobo analisa na sua obra “Planos de Urbanização, a Época de Duarte Pacheco”, as duas décadas que considera mais importantes no urbanismo português, anteriormente referidas. Conclui que é através da ação de Duarte Pacheco que se desenvolve o processo de elaboração dos planos de urbanização, criando-se assim os mecanismos e condições necessárias para serem efetuados mais de três centenas de planos, sendo que apenas metade são aprovados neste período. Para esta autora, no período posterior, estes planos servem tão-somente como “instrumentos orientadores na transformação dos mais importantes aglomerados do País”⁸. Considera que durante o período analisado existiu uma evolução nítida ao nível conceptual do urbanismo, devendo-se sobretudo a influências estrangeiras que afetaram o urbanismo português, que assim conseguiu criar as suas próprias características. Com o elevado número de Planos de Urbanização realizados e aprovados posteriormente, percebe-se que “a actividade urbanística desencadeada por Duarte Pacheco marcou o carácter e o desenvolvimento dos mais importantes aglomerados do País”⁹, sendo que a história não pode ignorar a importância marcante destas intervenções urbanísticas.

Uma outra abordagem a este mesmo tema é a análise de Fernando Gonçalves, autor que analisa temas relacionados com o urbanismo, e se debruça sobre a organização legal do planeamento urbano durante o Estado Novo e as características formais da cidade que daí resultaram. No seu texto: “Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal” refere que Duarte Pacheco adota as obras públicas como preocupação central do regime, condicionando a atribuição das verbas do Fundo de

⁸ Lobo, Margarida Souza (1955), *Planos de Urbanização, a Época de Duarte Pacheco*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pp.225.

⁹ *Idem*, pp.225.

Desemprego, fundado em 1932, à existência de Planos Gerais de Urbanização. Compreendendo o planeamento como um instrumento racionalizador das variadas intervenções do Estado junto dos interesses municipais, este estabelecia que as Câmaras Municipais não deveriam delinear quaisquer trabalhos de urbanização que não estivessem ligados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro. Fernando Gonçalves afirma ainda que “a prática urbanística é dominada pelo desejo de comprovar a eficácia externa da administração central do Estado”¹⁰ sem condescender com os interesses da propriedade fundiária.

Um outro texto de extrema importância é o de Victor Matias Ferreira: “A Cidade de Lisboa: de Capital do Império ao Centro de MetrÓpole”. O autor destaca que com o pretexto de um enquadramento digno para a Exposição do Mundo Português, o Estado Novo enceta a intervenção urbana mais ativa que ocorreu em Lisboa no século XX. Esta intervenção constituiria um exemplo da nova Lisboa, Capital do Império que o Estado Novo queria produzir. Ao mesmo tempo preparava-se um plano de renovação urbanística provisória onde as intervenções artísticas adotariam um papel importante atendendo aos propósitos políticos do regime. Uma vez consagrada esta novidade artística nacional, esta regularizaria as encomendas oficiais da arte urbana.

Carlos Nunes da Silva em “Política Urbana em Lisboa, 1926-1974” investiga a intervenção da autarquia na organização do espaço urbano de Lisboa durante o período do Estado Novo e da Ditadura Militar que o antecedeu, através da análise dos planos efetuados, das modificações que o processamento de planeamento sofreu e das teorias em que se baseou. Os Planos Diretores de Urbanização da cidade são os documentos mais examinados. Na sua obra podemos encontrar temas relacionados com planeamento municipal, a política de solos, a habitação social, as infraestruturas viárias e de transportes e as atividades económicas. Podemos ainda encontrar referência à implementação dos Programas de Melhoramentos Urbanos, Rurais, de Água e de Saneamento, que permitiram a realização de muitas obras em todo o país e a criação no seio do Ministério das Obras Públicas do Comissariado do Desemprego, que iria proporcionar financiamento para as obras que foram executadas. A importância do Programa de Melhoramentos Urbanos, segundo o autor, residia no facto de que instituiu os moldes em que se iria estabelecer a colaboração técnica e de financiamento, entre o

¹⁰ Gonçalves, Fernando, (s.a), *Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988)* em Diogo Freitas do Amaral (org.), *Direito de Urbanismo*. Lisboa, INA, pp.228-229.

Estado e as autarquias, no que dizia respeito a intervenções várias a conceber nas cidades e no campo, mas que em Lisboa, atingiu um grande significado.

Ainda no âmbito do planeamento urbanístico durante o Estado Novo, a tese de mestrado de Jorge de Sousa Martins, ocupa-se da “Expansão Programada de Almada” salientando os aspetos urbanísticos que lhe estiveram subjacentes¹¹.

Relativamente ao Barreiro, já a geógrafa Maria Alfreda Cruz em “A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço”, publicado em 1973, analisa as indústrias corticeiras e as estruturas urbanas assim como a importância da CUF¹² para a constituição do operariado. Um Barreiro que se desenvolveu devido à introdução da CUF no seu espaço vê os seus bairros operários albergarem cada vez mais pessoas vindas de outras regiões, gerando-se uma cidade satélite de Lisboa. Segundo a autora “no Barreiro, onde o impacto da industrialização se fez sobretudo num tempo em que os transportes automóveis eram ainda letra morta, criaram-se as bases da justaposição de uma cidade *paleotécnica*, em estruturas sociais e formas geográficas”.

Os outros estudos até agora realizados incidem sobretudo sobre a relação entre a fábrica (CUF) e a cidade. Estes referem a existência de uma política de habitação operária, com base no paternalismo, que fez aumentar a população e fixar uma mão de obra necessária à empresa.

Entre esses estudos, destacam-se “A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro” de Ana Nunes de Almeida, e “Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro” de Alexandre Martins. Ana Nunes de Almeida no seu livro descreve as fábricas e as famílias operárias no Barreiro relacionando-as com a produção e a estrutura social que as envolvem. Além disso, realiza uma caracterização e apresenta uma explicação dos vários tipos de famílias existentes e como elas atuavam nos seus espaços e lugares particulares, isto é, trata-se de descrever a relação existente entre a fábrica e a família operária, tudo encaixado num conjunto de características: processos de industrialização, tipos de produção, mão de obra, relação com o mundo rural, dimensão das unidades de produção, região onde se situa a fábrica, e por fim, as estratégias patronais. No segundo caso, Alexandre Martins opta por dedicar-se ao estudo das políticas de habitação. Estas são realizadas para uma

¹¹ Rodrigues, Jorge Martins de Sousa (2000), *A expansão programada de Lisboa para a margem sul: Almada 1938-1950*, Dissertação em História Social e Contemporânea, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

¹² Companhia União Fabril.

gestão da mão de obra operária do tipo paternalista, conseguindo ter algum sucesso. Essas mesmas políticas são promovidas pela iniciativa privada, isto é, pela própria Companhia União Fabril. Inclui os serviços sociais que são postos ao serviço de uma parte dos trabalhadores qualificados mais importantes para a gestão da fábrica. A construção e localização das habitações operárias têm um papel astucioso por parte da companhia, pois promovem e garantem a força de trabalho necessária, fator principal para toda a indústria do século XIX e inícios do século XX. Estas políticas são também importantes, porque de uma certa forma, vão construir novas populações operárias que se identificam com os bairros construídos. Esta época e sobretudo o aparecimento da CUF e das suas políticas dão início a uma complementaridade de interesses entre trabalhadores e patronato, e também, uma relação particular entre a habitação e o trabalho dos operários, sendo estes os principais fatores que levam à realização dessas mesmas políticas. Este fator fez com que funcionasse como uma solução tanto para a companhia como para os trabalhadores, na sua maioria migrantes à procura de trabalho e de melhores condições de vida e que dispunham apenas de habitações degradadas e insalubres. Para agravar a situação, no início do século a intervenção do Estado foi nula e só anos mais tarde este teve uma intervenção ativa, apesar de limitada e de também servir como controlo político das populações do Barreiro. De qualquer forma, permitiu a continuidade da política de habitação da CUF.

Sobre os Planos de Urbanização ou o planeamento urbano do Barreiro, só foi possível encontrar um artigo inserido nas “Actas do Colóquio Internacional: Industrialização em Portugal no Século XX: O caso do Barreiro”, publicado em 2010, que teve a coordenação de Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes. A Carlos Vieira de Faria deve-se o estudo “Industrialização – Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro de 1957”. O seu texto refere sobretudo as mudanças realizadas no Barreiro devido ao Plano de Urbanização de 1957, analisando ao mesmo tempo o seu grau de eficácia.

Considera este autor que Portugal esteve por demasiado tempo ligado a interesses parcelares, em termos de ocupação e organização do território, e que não foi possível ultrapassar uma visão limitada e medíocre substituindo-a por outra que permitisse a existência de um crescimento ao nível ético e político. A dissociação que considera ter existido entre industrialização e urbanização no Barreiro é um caso paradigmático para o autor que vê esta localidade como ter sido um dos locais onde esta se confirmou com mais gravidade. Por falta de sensibilidade política, de preparação da

administração pública ou de profissionalismo dos intervenientes no processo urbanístico, os habitantes e trabalhadores foram quem mais sofreu. Por último, chama a atenção para a necessidade de se proceder à elaboração de uma História do Urbanismo em Portugal, antes que todas as fontes documentais desapareçam.

Existe assim espaço para o estudo aprofundado do planeamento urbano no Barreiro no período em apreço que aqui se desenvolve.

3. Dos Planos Gerais de Melhoramentos ao Urbanismo Moderno

Em 1890 perto de um terço da população de Lisboa e do Porto era formada por pessoas oriundas do meio rural que tinham emigrado para trabalhar nas indústrias em desenvolvimento ou nos serviços domésticos. Com a rápida sobreocupação dos edifícios existentes tornou-se essencial construir novas habitações destinadas a esta população. As habitações eram sobretudo de baixo custo e a sua construção foi efetuada, principalmente, por construtores privados e, em menor número, por sociedades filantrópicas e por industriais que construíram habitação para os seus próprios operários mais qualificados. A construção de habitação pelas autoridades locais e pelo governo começou apenas no início do século XX. A partir de meados da década de 1880, as Câmaras Municipais de Lisboa e do Porto focaram a sua atenção nas fracas condições sanitárias e habitacionais das cidades e iniciaram a execução de uma série de medidas no sentido de emendarem esta situação¹³.

O período de implantação e estabilização do Estado Novo, durante os primeiros anos da década de 30 incluiu também a implementação de uma política urbana em ruptura com o que se praticava anteriormente. A nova política visava resolver os muitos problemas existentes a nível urbano no país e que tinham sido descurados até então. Com a nova política urbana estabeleceram-se uma série de procedimentos tais como: a criação de novas instituições e a aprovação de novos diplomas legais enquadrando programas com o objetivo de proporcionar uma política intervencionista de construção de infraestruturas imprescindíveis à modernização do país.

Com Duarte Pacheco, a legislação sobre os Planos Gerais de Urbanização em 1934, tinha como objetivo criar uma imagem urbana com que o regime se identificasse, mantendo sempre o contacto direto e permanente com os urbanistas contratados pelo que se criaram os organismos necessários ao controlo do seu trabalho. Desta legislação resultou a feitura de mapas de grande escala em muitos municípios do país. Além do mais, a legislação conferia às Câmaras alguns poderes para assumirem a transformação do seu território como agentes ativos, através de uma política de solos. O final da segunda guerra mundial e a necessidade da ditadura se conformar com princípios de direito que a tornassem aceitável aos olhos do mundo ocidental fizeram com que, já sem

¹³ Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880 – 1940”, *Análise Social*, Lisboa, XXVII, pp. 65.

Duarte Pacheco, o ministro Cancela Abreu, transformasse os planos em documentos orientadores da atividade de particulares.

O interesse colocado pelo Estado Novo no urbanismo, a importância concedida a estes estudos urbanísticos e o reconhecimento da sua necessidade, foram revelados numa série de conferências sobre os problemas de urbanização levadas a cabo em 1934. Os primeiros Planos de Urbanização surgidos afirmaram-se como verdadeiros projetos urbanísticos que apontavam a intervenção global do Estado e das Câmaras Municipais, quer no processo de aquisição e disponibilização dos terrenos, quer nos processos de urbanização, afastando-se do modelo anterior fundamentado na cedência de licenças de obras a privados de acordo com a sua conformidade com as ordenações previstas¹⁴. Estes planos estavam em sintonia com a ideia de coordenação de esforços e centralização do poder acalentado pelo regime.

Mas os Planos de Urbanização, ao contrário do que se esperava, inicialmente passaram a servir para uma gestão passiva, ganhando o nome de Anteplos com o novo decreto-lei de 1946. No caso de Lisboa sendo substituído o Plano Geral de Urbanização estabelecido em 1934 e revisto em 1944. Desta forma, os Planos Gerais de Urbanização que foram produzidos tomaram outros rumos, isto é, a de documentos orientadores do urbanismo. O atraso dos planos tornou o parecer da Administração Central desviante do programa planeado anteriormente, ou seja, todas as propostas de planos revistas por este órgão foram posteriormente apresentadas como anteplos, considerado um documento simples e de orientação, sem obrigatoriedade legal.

Os municípios ficaram reduzidos a simples executantes de ordens providas da DGSU. Este novo procedimento por parte do Governo permitiu aliviar a pressão sobre os urbanistas e os serviços centrais, tanto uns como outros, sobrecarregados com funções que não conseguiam realizar.

Foi a partir deste facto que muitos dos urbanistas contratados pelas Câmaras Municipais passaram a entregar, em vez do Plano Geral de Urbanização, anteprojetos dos planos. A Administração Central acabava também por os designar por anteplos, aprovados com algumas alterações e condicionamentos, e que serviam de ajuda ao Plano Geral de Urbanização. Pelo lado do Ministério das Obras Públicas também não

¹⁴ Silva, Carlos Nunes (1994), *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Lisboa, Horizonte, pp. 14.

existia qualquer determinação para ultrapassar este problema e a limitação do processo dos Anteplos de Urbanização.

O organismo que tratava desses mesmos processos era a Divisão de Urbanização da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que nesse momento se encontrava em estruturação, ficando assim com uma difícil tarefa. Para uma melhor eficiência, em 1944, foi criado um organismo em que todo o seu funcionamento era destinado à coordenação dos Planos Gerais de Urbanização: a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização. Esta nova divisão analisava todos os planos mas não controlava as nomeações dos técnicos, muitos dos quais sem a formação, a qualidade e eficiência necessárias para a realização dos trabalhos. A DGSU também destinava as verbas a serem utilizadas pelas Câmaras Municipais na feitura dos planos. As verbas que se dispôs a dispensar entre 1945 e 1947, para o auxílio na elaboração dos planos, eram mais elevadas do que as disponíveis nos anos que se seguiram.

Apesar deste novo procedimento, os anteplos continuaram a não ter qualquer força legal, o que deixava a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização com todas as decisões e os municípios com margem de manobra para realizarem obras que prejudicassem a execução de um futuro Plano Geral de Urbanização. Para contornar esta falha da lei e puderem realizar os trabalhos camarários necessários, estes passaram a designar-se de obras municipais, no sentido que também compunha as obras particulares. Apenas as cidades de Lisboa e do Porto escaparam a esta nova lei, mantendo os seus Planos Gerais de Urbanização originais e deixando de lado a figura de anteplo.

Duarte Pacheco foi sem dúvida, em grande parte, o responsável pela introdução dos Planos de Urbanização e pela mudança do território urbano português a partir da década de 30. Foi sempre uma figura marcante em Lisboa e no Governo, e para comprovar tal facto, tornou-se no diretor do Instituto Superior Técnico aos 25 anos, promovendo desde logo uma intervenção urbanística da Alameda D. Afonso Henriques para construir as novas instalações do seu instituto. A construção das novas instalações do Instituto Superior Técnico, a primeira obra que Duarte Pacheco realizou e programou,

enunciou nele uma malha de carácter forte e determinado, originou uma nova frente de expansão da cidade de Lisboa e ergueu-se sob a forma de *campus* universitário, uma linguagem arquitectónica alheia ao gosto académico então vigente em Portugal. (...) Duarte Pacheco não pensou o Técnico apenas numa perspectiva de renovação material mas numa perspectiva global. De tal forma que propôs e alcançou a renovação do seu quadro docente implementando medidas de apoio à investigação, nomeadamente na atribuição de bolsas e na criação de centros de estudo e de pesquisa. E apontou ainda a necessidade de se reequacionar o rumo do ensino técnico em Portugal¹⁵.

Sendo as obras públicas a preocupação central do regime, no Ministério das Obras Públicas foi criado o Comissariado do Desemprego, que geria o Fundo do Desemprego e que facultava os meios financeiros para a realização das obras destes programas, ou seja, estes meios provenientes do fundo serviam para financiar o Ministério das Obras Públicas, permitindo a este ter sempre a última decisão em todos os assuntos. Eram ainda praticados alguns abusos de poder ao nível de poderem designar os preços das empreitadas para as obras do Estado, determinando expropriações em Monsanto e na Costa do Sol.

Duarte Pacheco é afastado do Governo em 1936 sendo convidado a entrar novamente para o cargo de Ministro das Obras Públicas em 1938, altura em que exercia a função de Presidente da Câmara de Lisboa. Retoma o seu lugar com poderes sobre uma Câmara e sobre um Ministério e com pleno apoio do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar. No ano de 1939 manter-se-ia o ritmo dos trabalhos respeitantes aos planos gerais de melhoramentos urbanos, rurais e de abastecimento de água e saneamento. Os trabalhos referentes aos portos marítimos, aos correios e telégrafos e aos serviços elétricos e hidráulicos por todo o país, prosseguiram também a um ritmo estável. A par dos trabalhos realizados pelos planos gerais, ocorreram também as obras integradas no programa das realizações centenárias. “E, se, como dirá ainda Salazar, dez anos mais tarde, «há mortos que não morrem» o que é certo é que aquele *presente* ficou

¹⁵ Almeida, Sandra Vaz Costa Marques de, (2009), *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, dissertação de doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras, pp. 434.

definitivamente «prejudicado» com a morte do ministro/presidente da capital do Império. Nascia então o *mito* do engenheiro Duarte Pacheco!”¹⁶.



Figura 1 - Duarte Pacheco

Desta forma, seguiu um grande objetivo que era afirmar Lisboa como capital de Portugal e de um Império, arquitetando um aeroporto, o Estádio Nacional, o Parque de Monsanto, a expansão para Alvalade e as Gares Marítimas. Pelo resto do país, desenvolve as grandes infraestruturas como a construção de estradas, barragens, pontes e o ordenamento do território das cidades e vilas, criando os planos que compunham um programa de melhoramentos urbanos.

Com a morte de Duarte Pacheco, Portugal assistiu à saída de cena de uma personalidade altamente competente e única, sem que existisse alguém capaz de o substituir e continuar uma obra que, apesar de algumas críticas, não deixava de se

¹⁶ Ferreira, Vítor Matias (1983), A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40, *Análise Social*, Lisboa, XIX, pp.700-701.

colocar, naquele contexto histórico e sociocultural, como decisiva para os desafios que o país defrontava.

A partir de 1954 a política urbanística pensada e organizada sofre um forte revés. O regime do Estado Novo inverteu completamente a política urbanística de confronto com os interesses fundiários por uma outra política em que a administração passou a ser formada para praticar negociações dos terrenos para construção.

Portanto, como vimos o urbanismo em Portugal surgiu com os Planos Gerais de Melhoramentos em 1864, mas o urbanismo institucional só chegou a Portugal nos anos 30, ganhando cada vez mais importância consoante a influência que outros países tinham na sua estrutura.

A integração do novo espaço urbano e urbanismo foi marcado por algumas figuras internacionais, como é o caso de Donat-Alfred Agache¹⁷. Quando se decidiu realizar a intervenção na Costa do Sol, Agache, famoso pelo seu trabalho no Rio de Janeiro, acaba por ser contratado para realizar o estudo de urbanização de Lisboa, Estoril e Cascais. Deste modo, obteve-se um urbanista experiente e com qualidade capaz de trabalhar na sua primeira grande obra de urbanização, fazendo assim um aproveitamento urbano e turístico de uma extensa área de terrenos. Os dois anos de ausência de Duarte Pacheco do Ministério das Obras Públicas e Comunicação fizeram com que Agache não voltasse a trabalhar em Portugal e regressasse ao Brasil. Foi então necessário encontrar outro urbanista qualificado, acabando a escolha por incidir sobre Etienne de Gröer, de nacionalidade russa e antigo colaborador de Agache no Rio de Janeiro, acabando este encarregado pelo planeamento da Costa do Sol e Lisboa. Logo, poder-se-á dizer que foram estes dois urbanistas distintos que protagonizaram a projeção do urbanismo moderno em Portugal. É ainda provável que a estrutura dos Planos de Urbanização tenha sido influenciada por Agache.

A legislação que iria dar a estrutura aos Planos de Urbanização foi muito mais ambiciosa que a primeira relacionada com os planos de melhoramentos, o que permitiu uma certa comparação com a primeira legislação urbanística francesa em 1919, em que Agache também participou. A realização disciplinada de trabalhos de planeamento dos Planos de Urbanização, como o Plano Geral de Urbanização de Lisboa e mais tarde o Plano Diretor de Lisboa, teve o seu momento inicial em 1932, quando se começou a

¹⁷ Personalidade marcante no período de gestação do urbanismo em França e Vice-presidente da *Société Française d'Urbanistes*.

elaborar um relatório sobre problemas e carências da cidade, a nível urbanístico, tarefa então depositada ao chefe da Repartição de Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa. Apesar disso existiam impedimentos ao desenvolvimento deste trabalho que se pretendia exaustivo, nomeadamente a ausência de uma planta atualizada da cidade naquele momento.

Por sua vez, a França tinha o principal objetivo da reconstrução de vastas regiões afetadas pela guerra, enquanto Portugal, sentia a necessidade de criar um projeto de melhoramentos urbanos que se adequasse a cada região do país. Para tal, como já foi referido anteriormente, cada Câmara Municipal tinha que ter ao seu dispor, e em ordem, as plantas topográficas, pelo que não podiam concluir qualquer trabalho de urbanização que não estivesse previsto no Plano de Urbanização devidamente aceite e legal. Foi a partir deste molde que as Câmaras Municipais se viram obrigadas a estabelecer os Planos Gerais de Urbanização com um prazo limite de 3 anos após a entrega das plantas topográficas, para todas as localidades com uma população superior a 2.500 habitantes que ostentasse um aumento demográfico superior a 10%. A não execução dos mesmos permitia a possibilidade por parte do Governo da expropriação do solo para urbanização. Assim, as Câmaras Municipais tinham a obrigação de organizar os Planos Gerais de Urbanização, o que não acabou por acontecer na realidade, pois devido à inexperiência neste campo, a Administração Central tratou de todo o processamento.

Uma das tarefas árduas pela frente era a preparação dos levantamentos topográficos de todas as regiões que fossem abrangidas pelos planos. Para tal, foi criada em 1938, a Comissão de Fiscalização dos Levantamentos Topográficos Urbanos, que como o nome indica, tinha a tarefa de fiscalizar os trabalhos efetuados. Mas apenas em 1941 é que começaram a ser entregues os levantamentos topográficos e a iniciar-se, efetivamente, o desenvolvimento de alguns Planos de Urbanização. Além do mais, a inexistência da formação de urbanistas em Portugal fez com que tenham sido chamados urbanistas estrangeiros para a realização dos planos. Os urbanistas portugueses foram enviados às escolas estrangeiras, pois nos anos 40, apenas David Moreira da Silva e João Faria da Costa dispunham de formação específica nesta área, formados pelo Instituto de Urbanismo de Paris. Nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, em 1945, criaram-se cadeiras de Urbanologia e de Projetos e Obras de Urbanização, para dar aos arquitetos a formação necessária para poderem atuar.

Com o desenvolvimento de toda a legislação ligada aos Planos de Urbanização, no início da década de 40, muitos puderam ser desenvolvidos e concluídos por um

pequeno grupo de urbanistas e que já incluía portugueses. Como já vimos previamente, algumas das plantas topográficas encomendadas apenas foram finalizadas em 1941, o que atrasou em muito todo o processo de elaboração dos planos. Mas para que o Plano Geral de Urbanização pudesse ser aceite, tinha que ser avaliado por vários departamentos, o que tornava o processo moroso, pois, a legislação obrigava a Câmara Municipal e a junta de higiene a darem o seu parecer sobre o plano. Com estes iam também os pareceres das entidades da Administração Central e claro, o da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, que na maioria das vezes considerava que o plano deveria ser revisto, devolvendo-o para uma reformulação. Após a sua aceitação pela Direcção-Geral era enviado para o parecer final do Conselho Superior das Obras Públicas, que depois da sua revisão seguia para despacho ministerial. O apogeu dos Planos de Urbanização existiu durante o mandato de Cancela Abreu, que coincidiu com a afirmação de uma arquitetura nacionalista, acabando a produção dos planos por ser reduzida com início dos anos 50.

Portanto, o desenvolvimento dos Planos de Urbanização realizado pelos municípios e imposto pelo Governo acabou por nem sempre garantir a sua execução. A própria realização do plano ou antepiano era feita por um pequeno grupo de urbanistas, sendo que muitos deles não tinham a formação necessária ou adequada, tornando assim a sua execução muito díspar. Estes urbanistas, que começaram por ser escolhidos por Duarte Pacheco, tinham perspetivas muito diferentes. Para agravar este facto, existia ainda a dificuldade de contratar urbanistas por verbas não muito avultadas, o que fez com que as Câmaras Municipais recorressem a técnicos locais sem experiência e sem formação. Enquanto uns se adequavam ao processo urbano e à necessidade de uma nova rede viária, outros previam intervenções mais extensas e que em termos financeiros excediam o previsto. A aprovação dos planos tornou-se num processo lento e num insucesso inicial, em que existiam várias revisões sobre a proposta inicial. Mas após essa fase de adaptação, Portugal pôde caminhar no sentido correto, garantindo a importância da integração correta e eficaz dos Planos de Urbanização.

A questão do património foi cuidadosamente tratada por um primeiro grupo de urbanistas que aprovava a conservação do património, propondo a conservação da cidade antiga, prevenindo o seu declínio e desaparecimento. Neste aspeto da defesa do

património poder-se-á incluir o Plano Geral de Urbanização de Faro¹⁸ e, num aspeto mais radical, o Plano Geral de Urbanização de Mafra¹⁹, que apesar de não defender por completo a cidade antiga, defendia o património. Dentro de uma posição idêntica de defesa do património, Raul Lino e Mário de Oliveira, consideram a cidade antiga como tendo um valor artístico e histórico, mas também, um modelo impulsionador para a construção de novos espaços urbanos.

O regime pretendeu criar uma versão da Cidade-Jardim que chegou tardiamente, comparada com o resto da Europa. No bairro de Alvalade a tipologia da casa isolada foi integrada no novo conceito de “neighbourhood” de influência inglesa. Após a guerra, o efeito da Carta de Atenas tornou possível a existência, em 1948, do primeiro Congresso Nacional de Arquitetos, marcando a chegada da “cidade radiosa”²⁰ (Le Corbusier). Logo, é possível verificar que esta época foi marcada por uma incrível produção urbanística e uma evolução morfológica, isto num país sem nenhuma experiência ou formação neste campo e que chega tarde a este domínio. Apesar de tudo, esta nova inovação tornou-se num aspeto comparável a outros países que seguiram o mesmo percurso, sendo que Portugal também conseguiu revelar características próprias do seu urbanismo com a Cidade-Jardim e a cidade radiosa, que marcam o urbanismo português de todo o século XX, influenciando fortemente as décadas de 40 e de 50. Durante estas décadas, ocuparam-se essencialmente do ordenamento das ruas e edifícios, dos jardins e parques e da relação entre a volumetria das edificações, sendo que só a partir de 1954, é que os anteplanos introduziram um modelo de gestão, ou seja, passaram a ocupar-se do zonamento e do regulamento.

Os anteplanos apenas puderam começar a ser postos em desenvolvimento, quando em 1944 foram finalizadas várias plantas topográficas para serem incluídas nos mesmos. Assim, em 1948 foram aprovados 28 anteplanos dos 214 estudos executados e em 1954 foram aprovados cerca de 150 anteplanos dos 337 planos estudados ou em estudo. O tempo que separa as duas datas, poder-se-á considerar a época áurea dos anteplanos, pois a partir desta data, a produção e o estudo de planos começou a entrar em declínio, perdendo o seu importante significado nos anos 70. Apesar de tudo, o

¹⁸ Plano realizado por João Aguiar. Sugere a renovação da cidade antiga de Faro e a conservação dos principais monumentos.

¹⁹ Plano realizado por Jacobetty. Este urbanista, com uma visão radical, vê no Convento de Mafra o centro de todo o estudo, removendo toda a parte antiga e central da vila.

²⁰ Ver Choay, Françoise (2005), *O Urbanismo*, Lisboa, Perspectiva.

objetivo principal da elaboração dos planos foi alcançado, porque devido a estes os mais importantes aglomerados populacionais do país puderam conter na sua posse um documento organizador da sua transformação.

Segundo Margarida Souza Lôbo, em *Planos de Urbanização, a Época de Duarte Pacheco*, no ano de 1960 existiam 234 aglomerados com um antepiano aprovado, apesar de existir ainda uma parte significativa que se encontrava com alguns condicionamentos. Para a ajuda da aprovação desses antepianos, foi importante, em 1952, a realização em Lisboa, do Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, anunciando-se, durante o mesmo, a possível criação de um Instituto de Urbanismo que servisse para a imprescindível formação dos técnicos de administração.

Concluindo, foi ao longo de uma década, que se protagonizou a política de obras públicas do Estado Novo e que se devem as bases doutrinárias em que se estabelece o atual urbanismo. Os Planos de Urbanização foram os grandes incitadores e dinamizadores dentro das obras públicas na fase mais produtora e interessante do Estado Novo. Desta forma, as obras públicas tornaram-se a preocupação central do regime, sendo que a atribuição das verbas do Fundo de Desemprego esteve ligada à existência dos Planos Gerais de Urbanização. O planeamento era um instrumento racionalizador das múltiplas intervenções do Estado junto dos interesses municipais, pelo que as Câmaras Municipais não deveriam delinear quaisquer trabalhos de urbanização que não estivessem submetidos a um Plano de Urbanização convenientemente projetado com a previsão do futuro. A prática urbanística foi subjugada pelo desejo de comprovar a eficácia externa da Administração Central do Estado, sem ceder aos interesses da propriedade fundiária.

A nova orientação urbanística reivindicou um enorme esforço financeiro e técnico do Ministério das Obras Públicas, nomeadamente no que se relacionava com a preparação das plantas topográficas necessárias para a elaboração dos Planos Gerais de Urbanização. Além do mais, inicialmente em Portugal não havia mais de três urbanistas, Faria da Costa, Carlos Ramos e Paulino Montez. Estas contrariedades retardaram a execução dos planos e Portugal não estava preparado para que perto de 300 Câmaras Municipais conseguissem produzir os correspondentes Planos Gerais de Urbanização num curto espaço de tempo.

Com a nova reforma legislativa urbanística esperava-se esquecer as questões de conteúdo, como os atrasos nos levantamentos topográficos e a falta de técnicos

especializados em urbanismo, conseguido valorizar apenas os procedimentos administrativos assentes na ideia de tutela.

1. O PROBLEMA HABITACIONAL NO CONCELHO DO BARREIRO

1.1 O Barreiro

O território do concelho do Barreiro localiza-se integralmente na Península de Setúbal, estando limitado a sul por Setúbal e Sesimbra, a sueste por Palmela, a leste pela Moita, a oeste pelo Seixal e a norte é banhado pelo Rio Tejo.

Com o início da expansão portuguesa, o Barreiro desempenhou um papel relevante nos Descobrimentos. Entre o século XV e o século XVII existiu um crescimento económico que permitiu a existência de importantes infraestruturas como o Complexo Real de Vale de Zebro, o Estaleiro Naval da Telha e o Forno Cerâmico da Mata da Machada, criando as mais diversas profissões especializadas e permitindo a passagem de várias pessoas e saberes pela região. Os edifícios históricos compadece-se com a expansão local durante estes séculos, entre os mais importantes encontram-se a Igreja de Palhais, designada como Monumento Nacional desde 1922, o portal manuelino da antiga Ermida de S. Sebastião, o Convento de Madre Deus da Verderena e o Convento de Nossa Senhora dos Prazeres.

Face à ligação entre o Barreiro e o período áureo dos Descobrimentos emergiram personalidades da história local barreirense, tais como Álvaro Velho do Barreiro¹, D. Francisca de Azambuja² e D. Francisco da Gama³.

Vila de pescadores e agricultores no seu passado ficou conhecida em finais do séc. XVIII como um local de passagem de pessoas entre o Norte e o Sul do país. Nesse mesmo século surgem os primeiros moinhos de água e de vento, assinalando o primeiro surto industrializador efetuado pela indústria moageira.

Em 1861 no âmbito da política fontista de dotar o país com melhores vias de comunicação interna, são inaugurados no Barreiro os primeiros troços da linha do caminho de ferro do Sul e Sueste, ligando a capital à extensa região alentejana, o que fez com que o Barreiro não voltasse a ser o mesmo. As instalações das primeiras

¹ Autor do Manuscrito sobre a viagem de Vasco da Gama à Índia.

² Esposa do Cavaleiro Álvaro Mendes de Vasconcelos, morto na batalha de Alcácer Quibir.

³ Filho de Vasco da Gama.

oficinas dos caminhos de ferro têm efeitos imediatos, absorvendo a mão de obra do próprio concelho mas também em grande parte a que vinha de fora. A cortiça, como um dos principais produtos transportado, vai fazer com que se criem as primeiras fábricas, que se juntam às pequenas oficinas locais de cordoaria, de descasque de arroz, às moagens e aos fornos de cal. Os comboios continuam a trazer população vinda do Sul do país, maioritariamente trabalhadores agrícolas alentejanos, fazendo com que a população residente no Barreiro cresça consideravelmente num curto espaço de tempo.

A Companhia União Fabril foi fundada em 1897, resultado de uma fusão entre duas empresas: a Aliança Fabril Lda. e a União Fabril. Mais tarde é Alfredo da Silva que desde 1901 toma a liderança da nova empresa que se veio a tornar numa das maiores empresas industriais de Portugal com um peso crescente na economia e política portuguesa. Em 1907 foram instaladas as primeiras fábricas da CUF de extração de óleo, fazendo com que a construção de novas fábricas e unidades fabris não parasse desde então, começando nos setores químicos de apoio à agricultura, indústria têxtil pesada, até à construção de uma ponte cais acostável para os vapores. Em finais da década de 40 do século XX, a empresa já ocupava 790.000 m² e possuía 1.350.000 m² de área livre para construções, empregando cerca de 10.000 trabalhadores e construindo vários bairros operários a partir de 1907⁴. A CUF tornava-se deste modo, num importante marco no progresso do Barreiro.

Assim, a CUF foi-se tornando numa unidade industrial autossuficiente, fazendo do Barreiro uma vila com uma considerável concentração industrial, a maior e mais importante do país, tanto que durante o Estado Novo teve a designação de *Barcelona portuguesa*. Concentrava também uma importante força operária, fazendo com que o Partido Comunista tivesse uma presença maioritária em 1974⁵. As fábricas possuíam ainda uma rede ferroviária que fazia a ligação com as linhas do caminho de ferro do Estado.

A CUF veio a ter atividades relacionadas com os transportes marítimos, áreas financeiras, comércio, negócios imobiliários e vários serviços. Após a morte do grande patrão, Alfredo da Silva, em 1942, continuou nas mãos da família, nomeadamente nas

⁴ Martins, Alexandre (2003), *Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*, Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Lisboa, ISCTE, pp.49.

⁵ Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro, pp.17.

mãos do seu genro, Manuel de Mello, e dos seus netos, Jorge e José de Mello. Assim, a CUF continuou na família Mello até não haver mais patrões e ser nacionalizada em 1975 após o 11 de março. A empresa acabou por se extinguir em 1977 dando lugar à Quimigal através de nova fusão.

Na primeira metade do século XIX, o Barreiro cresceu devido ao afluxo de população rural que procurava emprego, no final do século já se havia tornado num dos centros corticeiros mais proeminentes do país empregando cerca de mil operários. No início do século XX, era já conhecido como um importante centro industrial no país, onde existiam pessoas à procura de trabalho nas fábricas dos caminhos de ferro e na CUF.

O concelho do Barreiro, cuja área era de 35,64 Km², constituía-se por três freguesias com as seguintes áreas: Freguesia do Barreiro: 507 Ha.; Freguesia do Lavradio: 390 Ha.; Freguesia de Palhais: 2.667 Ha.

A população presente na totalidade do concelho do Barreiro, tendo em conta os censos de 1930 podia discriminar-se, quanto às suas atividades, da seguinte forma:

População Ativa Total – 12.253
Agricultura e Pesca – 2.358
Indústria – 4.208
Transportes marítimos e fluviais – 243
Transportes terrestres – 2.182
Comércio – 485
Atividades diversas – 2.777
População Não Ativa – 8.789
População Presente – 21.042

No quadro seguinte podemos verificar que já em 1930 o Barreiro possuía uma população muito superior a outras regiões da margem sul:

Freguesias	População
Angústias, Conceição e Matriz (Horta)	7768
Almada	8578
Seixal	3479
Barreiro	16188
Alcochete	5510
Moita	6978
Montijo	10727
Vila Real de Santo António	8174

Quadro 1.1 – População Residente no Barreiro e em algumas Freguesias Portuguesas (1930) – Fonte: Antepiano de Urbanização do Barreiro (1948)

Relativamente à população do Barreiro, o Antepiano de Urbanização apresentava os seguintes dados: em 1571 a vila do Barreiro possuía apenas 300 fogos; em 1878, e segundo os censos dessa época, possuía 845 fogos com cerca de 3288 habitantes; pela matriz de 1886, a freguesia do Barreiro usufruía de 796 prédios, 3 fábricas a vapor, duas de moagens e uma de massas, 4 fábricas de preparação de cortiça, 1 de injeção de madeiras, 2 de descascar arroz, 2 cordoarias, 2 importantes estaleiros de construção naval, 3 fornos de cal, 4 alugadores de trens, 2 talhos, 3 salsicharias, 6 padarias, etc. Por esta altura, a vila possuía já cerca de 900 fogos e aproximadamente 4000 habitantes. Em 1908 o número de habitantes cresceu imenso, isto porque, com uma só freguesia, a de Santa Cruz, a população alcançava os 5281 habitantes. Tal facto fez com que em 1911, e como nos mostra a figura 1.1 dos censos do mesmo ano com o número de fogos e habitantes nas diferentes freguesias e localidades da vila do Barreiro, se verificasse um acréscimo razoável da população, o que gerou um aumento da procura de habitações, fazendo com que o número de fogos não conseguisse acompanhar o número de pessoas.

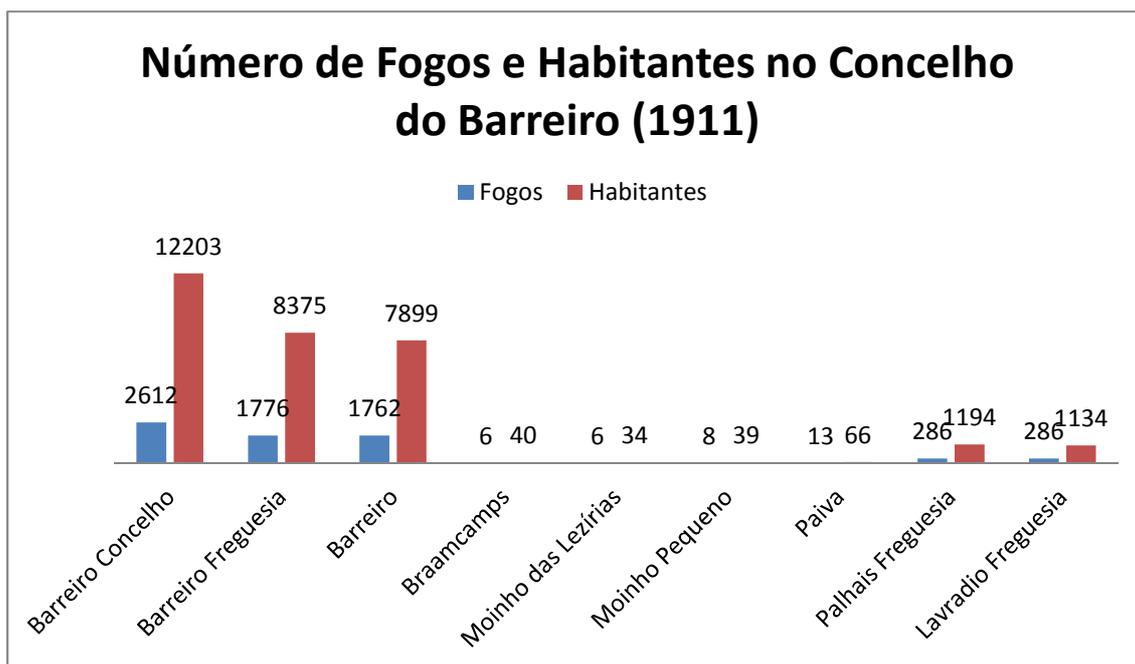


Figura 1.1 – Número de Fogos e Habitantes no Concelho do Barreiro (1911). Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1911.

A vila do Barreiro desempenhava uma importante função no abastecimento de Lisboa, a despeito da sua pobreza agrológica, ocupando na região uma posição central, era favorecido pela morfologia do solo, em especial, pelo rio Tejo e pelo esteiro navegável que o banha, concedendo-lhe condições favoráveis à industrialização, do que não se consideravam existir inconvenientes para a exploração agrícola, pois eram julgados como terrenos naturalmente pobres.

No seu aspeto climático a vila possuía condições satisfatórias para a salubridade local e higiene da sua população. No entanto, o clima local não parecia auxiliar a fertilidade do solo, considerado de natureza deficiente. Devido a este fator, era natural acontecer o afastamento da população do labor dos campos e a sua aproximação da indústria.

A exploração agrícola, cada vez mais substituída pela indústria, era intensiva e constituída por vinhas pouco densas, associadas a culturas intercalares como a batata, a ervilha, a fava, a cebola, o alho, etc. De entre as culturas arvenses, domina a dos cereais como o milho, o trigo, o centeio, a aveia e a cevada. As leguminosas eram pouco cultivadas na região. No quadro que se segue podemos observar a utilização agrícola do solo no Barreiro:

Utilização agrícola do Solo	Freguesia do Barreiro		Freguesia do Lavradio		Freguesia de Palhais		Concelho do Barreiro	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Vinha, com arborização	5	1,0	165	42,4	370	13,8	540	15,1
Matas nacionais, pinhais e arvoredos diversos	125	24,7	120	30,7	1830	68,6	2075	58,3
Arvensos e incultos	377	74,3	75	19,2	467	17,6	919	25,7
Salinas	-	-	30	7,7	-	-	30	0,9
Totais	507	100	390	100	2667	100	3564	100

Quadro 1.2 – Utilização Agrícola do Solo no Concelho do Barreiro (1948) – Fonte: Antepiano de Urbanização do Barreiro (1948)

Grande parte da área arborizada correspondia, e ainda atualmente corresponde, à Mata Nacional da Machada, só por si com 415 Ha., situada na freguesia de Palhais, sendo que a restante parte era constituída por pinhais particulares. Do ponto de vista agrícola, o concelho do Barreiro, parecia não oferecer mais aspetos de importância. As suas produções eram muito limitadas e sem influência externa.

O concelho do Barreiro tinha a sua economia ligada à agricultura, à pecuária, e principalmente à grande indústria, todas estas atividades proporcionavam um importante movimento comercial que chegava à escala nacional. Com a exportação dos produtos do seu solo e da sua indústria, o Barreiro assegurava a riqueza e o trabalho a milhares de pessoas.

Portanto, verifica-se que toda a população pertencente ao Barreiro tinha anteriormente, toda a sua atividade ligada ao cultivo e à pesca, e com o início do século XX, a preferência recaía pelo trabalho da indústria transformadora.

O Plano de Urbanização do Barreiro insere-se num período em que o planeamento urbano se desenvolveu em Portugal. Este desenvolvimento iniciou-se com os Planos Gerais de Melhoramentos decretados em finais de 1864 e tinham a higiene e a

circulação como os dois vetores dominantes. No entanto só determinavam a feitura imperativa dos planos de melhoramentos em Lisboa e no Porto deixando ao critério das municipalidades a feitura de planos noutras circunstâncias.

Deste modo, os fenómenos de industrialização e de urbanização estão historicamente associados. Sendo que por urbanização compreende-se a criação de cidades ou organização e regulamentação espacialmente das mesmas, é necessário compreender na análise ao antepiano, no caso do Barreiro, como é que o processo de planeamento urbanístico foi desenvolvido para que a vila tomasse o comando e controlo das operações de uso e ocupação do solo. Importa perceber se os instrumentos urbanísticos aplicados foram a tempo de corrigir ou reduzir os impactos feitos pela presença de um complexo fabril que crescia de ano para ano. E por fim, se as pequenas fábricas e oficinas continuavam a implantar-se no espaço urbano da vila de forma caótica e inadequada sem respeito pelas determinações legais e formas de implantação e pelo cumprimento das regras de salubridade, higiene pública e ambiental.

1.2 A crise habitacional e social

A crise habitacional que atingiu o Barreiro a partir dos anos 30, não se restringiu apenas aquela região, mas também a muitas outras e até a outros países que com uma forte industrialização passaram pelo mesmo problema. Muitos dos Planos de Urbanização tentaram, de certa forma, combater esse mesmo problema. Ainda hoje esta questão preocupa os Estados, com distintas razões determinantes em cada país, tratando-se de um problema que é difícil de resolver, pois a população mundial não para de crescer. Portanto, no Barreiro, com um Plano de Urbanização eficiente e condignamente aprovado, esperava-se melhores soluções para o problema habitacional que assolava o concelho.

No Barreiro a causa principal deste problema foi o grande aumento da população, essencialmente entre as décadas de 30, 40 e 50. Muitos foram os governos que não deram a devida atenção ao crescimento da população e aos problemas que poderiam daí resultar. Os problemas habitacionais na região de Lisboa e mais particularmente no Concelho do Barreiro ainda estavam longe de serem resolvidos e “a construção de habitação pelas Câmaras Municipais e pelo governo correspondeu sempre a uma parcela muito pequena do mercado”⁶. Desta forma, o número de habitações não pôde acompanhar o aumento da população, fazendo com que existissem cada vez mais pessoas vindas de fora para poucas casas.

Relativamente aos anos de 1890, 1930, 1950 e 1981, apresento um quadro, onde se verifica em percentagens, que ao longo dos anos a população que era natural do Barreiro diminuiu drasticamente em comparação com Guimarães⁷ que foi mantendo a sua percentagem.

⁶ Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880 – 1940”, *Análise Social*, Lisboa, XXVIII, pp.83.

⁷ O concelho de Guimarães é o parceiro escolhido em termos de comparação porque tal como o Barreiro possui uma experiência industrial secular: Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro.

Anos	Barreiro	Guimarães
1890	88.6	97.5
1930	72.9	97.5
1950	55.1	93.9
1981	42.9	91.8

Quadro 1.3 – Naturalidade da População Residente no Barreiro e em Guimarães (1890-1981) – Fonte: Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro.

Contudo, o problema relacionado com o número de habitações não era o único. Existia também o problema da qualidade das habitações, ou seja, com o aumento do nível de vida das diferentes camadas da sociedade, existiu também o aumento, por parte dos indivíduos e dos agregados familiares, das exigências de qualidade, conforto, salubridade e comodidade. No caso do Barreiro, a falta de habitações para todos ou a falta de rendimentos para ter uma habitação, levava a que uma grande parte da população vivesse em barracas. Fora isso, o resto das habitações tinha falta de condições de higiene, saneamento, espaço, conforto e comodidade, ou seja, a falta dos requisitos mínimos que as pessoas necessitavam para levar uma vida de saúde e de bem-estar dentro das suas casas. Estes indícios de desconforto existentes nas habitações poderiam influenciar de forma negativa a nupcialidade e natalidade, fazendo aumentar os índices de mortalidade, pois a saúde é um aspeto importante no qual a vida se desenvolve. Neste sentido, um problema habitacional poderá levar a um problema social. As construções das habitações teriam que passar a ser dirigidas no sentido do bem comum de uma população e deixar de parte os interesses particulares ou individuais.

Durante o século XX o Estado Português, tanto no resto do país como no Barreiro, tentou fazer um esforço para arranjar soluções no sentido de existirem melhorias perceptíveis nas condições e níveis de vida da população portuguesa.

Apesar de existir legislação desde a monarquia e construção de habitação social desde a República, alguns dos documentos legais sobre o assunto remontam ao ano de 1928, com o decreto-lei n.º 15.289, de 30 de março, que criava um fundo especial que

se destinava à edificação de casas de renda acessível⁸. Em 1935, com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, o Estado, tendo em conta o problema da habitação do trabalhador, define os princípios a observar na construção de casas económicas. Este projeto iniciado pelo Estado permitiu que em várias cidades e vilas do país as populações pudessem dispor de habitações independentes e com salubridade. Esta foi uma das formas para combater o problema, mas também foi tomada outra medida, que possibilitava às classes mais desfavoráveis e às classes médias a obtenção de habitações em bom estado e com uma renda compatível com o seu estatuto financeiro, em 1938, através do decreto-lei nº. 28.912, permitiu-se a intervenção das instituições de previdência social no projeto das casas económicas. Este decreto, que abriu mais perspectivas, foi complementado com outras duas intenções por parte do Estado: um destinava-se a alargar o princípio à generalidade das empresas particulares e outro visava a resolução do problema do inquilinato das famílias que não podiam nem queriam converter-se em proprietárias das moradias económicas.

Assim, consagrava-se uma nova forma de habitação com renda económica, prevendo-se também a solução da construção em blocos. A Câmara Municipal de Lisboa tinha também consagrado um contrato para a construção de cerca de 2.000 habitações de renda económica que custariam aproximadamente 160 mil contos. Em 1947 celebraram-se contratos com as Câmaras Municipais de Matosinhos, Guimarães e Famalicão, para a construção imediata, naquelas localidades de habitações de renda económica. Por esta altura estaria também projetada a construção de habitações económicas em Setúbal, Almada, Braga, e Cascais, prevendo-se a aplicação de um plano nacional de construção que englobaria os anos de 1947 a 1952.

Ao mesmo tempo, prosseguia a edificação, por parte do Estado, de bairros de casas económicas para operários, como foi o caso do Barreiro com o Novo Bairro da CUF. Este mecanismo de construção de habitação tinha por nome “Programa das Casas de Renda Económica” e que os promotores seriam entidades não estatais em conjunto com o Estado. Foi a partir deste diploma que em 1964 o Novo Bairro da CUF foi aumentado em 188 habitações. A celebração do acordo contou com a presença do Presidente da República, Américo Tomás. Deste modo, a empresa deixou de ser a

⁸ Silva, Carlos Nunes (1994) “Mercado e Políticas Públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, Lisboa, XXIX, pp.659.

promotora exclusiva na construção de habitações, tendo agora como “ajudante” o Estado Português.

A construção deste novo bairro operário vinha proporcionar investimento a capitais de instituições públicas ou corporativas e a notícia da intenção de construção de várias habitações foi vista com bons olhos no Barreiro. O governo estava atento aos problemas de habitação encontrados na região e ao que isso poderia levar, ou seja, conduzir a uma instabilidade política que afetaria não só a região mas o resto do país. Logo, a intervenção na habitação era vista como um meio de controlo político da população no Barreiro.

A prova do medo que o regime tinha da região está comprovada num relatório da União Nacional dirigido a Oliveira de Salazar em 1948: “O Barreiro foi sempre mau, e mau continuará a ser... Dali nasce sempre a semente da propaganda em grande parte do Sul do país. Ainda recentemente dali se espalharam manifestos da MUNAF⁹ a aconselhar a candidatura do General Norton de Matos”¹⁰.

Pelo Ministério das Obras Públicas eram atribuídos empréstimos e participações às Câmaras Municipais para a construção de bairros de casas para pobres. Naturalmente que um problema destas dimensões não poderia ser resolvido no imediato, pelo que os dados positivos apenas se verificaram alguns anos depois.

Quanto ao Barreiro, em 1940, o número de prédios era de 4.038 e o número de fogos chegava aos 5.813¹¹, o que fazia com que muitas das famílias residentes no concelho tivessem que viver com outras na mesma casa devido à falta de rendimentos para pagarem uma habitação ou pela escassez de habitações disponíveis. Com o grande aumento da população e a sua rapidez, o número e o ritmo de construções de habitações não conseguiu acompanhar esse mesmo crescimento, sendo que a partir de 1940, o *deficit* de habitações aumentou em muito. Além do mais, a qualidade das habitações também não melhorava e as já existentes não foram renovadas. Para agravar ainda mais o problema, as rendas registavam uma acelerada subida. Enquanto em 1940 uma renda mensal de 300 escudos¹² era considerada como excessivamente dispendiosa para os

⁹ Movimento de Unidade Nacional Antifascista.

¹⁰ Fonte: *fac-simile* do documento, publicado por Armando Sousa Teixeira, em A Fábrica e a Luta em Construção, pp. 255-256.

¹¹ Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) – Arquivo Municipal do Barreiro.

¹² As médias mensais mantinham-se entre os 160 escudos e os 190 escudos.

orçamentos familiares, na década de 50, as rendas mais altas atingiam os 700 escudos mensais. O valor médio das rendas ficava, com tendência a aumentar, entre os 350 e os 500 escudos mensais nas casas construídas nos últimos anos da década de 50, não tendo mais que 6 compartimentos, incluindo as casas de banho e as marquises.

Pelo censo de 1940, o total de prédios, fogos e famílias, repartiam-se desta maneira pelas 3 freguesias do concelho:

Freguesia	Prédios	Fogos	Famílias	População Residente 1940	População Residente 1948
Barreiro (Santa Cruz)	2.519	4.346	4.808	19.983	25.500
Lavradio (Santa Margarida)	423	575	586	2.544	3.250
Palhais (Nossa Senhora da Graça)	1.096	892	733	3.577	4.500

Quadro 1.4 – Prédios, Fogos e Famílias no Barreiro, consoante a freguesia (1940) – Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) e *INE, Recenseamento Geral da População, 1940*.

Em relação às características dos fogos, no que diz respeito ao número de divisões, podemos verificar, pelo recenseamento geral da população de 1940, que eram os seguintes:

1 Divisão	365
2 Divisões	699
3 a 4 Divisões	3.138
5 a 7 Divisões	1.394
Mais de 8 até 50 Divisões	217

Quadro 1.5 – Número de divisões por fogo (Barreiro, 1940) – Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) e *INE, Recenseamento Geral da População, 1940*.

Quanto à constituição das famílias, no que respeita ao número de pessoas que constituíam o agregado familiar, segundo os censos de 1940:

1 Pessoa	285
2 Pessoas	985
3 Pessoas	1.350
4 Pessoas	1.184
5 Pessoas	978
6 Pessoas	591
7 Pessoas	366
8 Pessoas	195
9 Pessoas	107
10 Pessoas	40
11 Pessoas	22
12 Pessoas	13
13 Pessoas	8
14 e 15 Pessoas	5

Quadro 1.6 – Número de pessoas que constituíam o agregado familiar (Barreiro, 1940) – Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) e INE, *Recenseamento Geral da População, 1940*.

O Barreiro desenvolveu-se e progrediu especialmente na primeira metade do século XX, devido a esse facto, neste mesmo estudo, podemos encontrar uma comparação feita com algumas regiões estrangeiras, nomeadamente de Inglaterra. Nesta época Manchester passava dos 40 para os 140 mil habitantes, aumentando a sua população em 350%, Birmingham e Liverpool registavam aumentos de, respetivamente, 200% e 300%, o Barreiro, de 1891 a 1940 via a sua população assinalar um aumento da ordem dos 377%¹³. Estas comparações parecem ser um pouco improcedentes pela diferença de dimensão das regiões.

¹³ Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) – Arquivo Municipal do Barreiro.

Portanto, é notório que o Barreiro se distinguiu, de outros concelhos, pelas suas extraordinárias percentagens de aumento da população, daí ser considerado o principal concelho suburbano de Lisboa a ter uma das mais importantes linhas de caminho de ferro do país e um porto fluvial sempre de grande movimento. Após 1940 era esperado que o Barreiro continuasse com o mesmo ímpeto de desenvolvimento industrial e populacional, pois todos os anos existiam novas indústrias a quererem instalar-se no concelho, fazendo com que milhares de trabalhadores¹⁴ procurassem trabalho nessas mesmas indústrias. A mão de obra vinha maioritariamente de fora do Barreiro – Beira Alta, Alentejo, Algarve e Beira Baixa – sendo que, comparativamente com as outras regiões, havia um maior número de trabalhadores alentejanos em todas as classes de idade. É notório a atração que estas indústrias proporcionavam à população vinda de fora à procura de melhores condições de vida, sendo que estes ajudavam a empresa a assegurar o seu normal funcionamento¹⁵. Logo, era preciso ter uma especial atenção pelas condições de habitação numa zona com uma densidade populacional crescente, porque as providências tomadas nessa matéria eram quase nulas.

A população urbana no Barreiro em 1940 era de 19.846 pessoas¹⁶, sendo a maior parte constituída por operários¹⁷. Até essa data, e pela parte da Câmara Municipal do Barreiro, nunca se procedeu à construção de qualquer bairro ou tipo excepcional de casas apropriadas às necessidades e possibilidades dos operários. Pelo seu lado, a CUF, tinha já construído, em duas fases, um bairro privativo para os seus trabalhadores que totaliza cerca de 350 habitações. A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, apesar do grande número de trabalhadores com que contava no concelho, não tinha mais de 20 habitações disponíveis. Quanto à indústria corticeira, não tinha qualquer tipo de habitações para os seus trabalhadores. Tal como os operários também a classe média, constituída por empregados de escritório e comércio, funcionários públicos, pequenos comerciantes e industriais, ainda não tinha merecido a devida atenção para a resolução do problema relacionado com a habitação. Estes alojamentos não eram construídos para serem habitados por quaisquer pessoas, apenas eram para os operários mais

¹⁴ Em 1940, 38,6% da população residente no Barreiro não era natural do concelho.

¹⁵ Ver Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro.

¹⁶ Fonte: Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro (1948) – Arquivo Municipal do Barreiro.

¹⁷ A CUF contava com cerca de 7 mil trabalhadores que constituía a população urbana.

especializados e qualificados, sendo que os sazonais e indiferenciados não tinham acesso às habitações. Este acesso também estava condicionado em relação ao sexo, pois as mulheres não teriam esse direito senão fossem casadas, fator que condicionou a ida de muitas famílias para as habitações das empresas.

Esta população além de sofrer pela falta de alojamento, também sofria nas mãos de muitos proprietários, que viam estas circunstâncias como uma oportunidade de fazer lucro. Sabendo que a procura era muita, aumentavam o rendimento dos seus imóveis, provocando autênticos processos de agiotagem. Com o enorme número de pretendentes para habitações, certos senhorios faziam verdadeiros leilões às suas casas, acabando por entregar a casa àquele que uma maior oferta fazia. Começaram também a surgir pequenos promotores imobiliários. Estes compravam casas degradadas, conventos de ordem religiosas extintas e palácios arruinados, depois era só fazerem com que cada quarto da habitação fosse alugado por uma família.

Por outro lado, este problema habitacional e social envolvia uma questão política. O Barreiro, no aspeto político, era considerado um caso especial com características muito próprias. Os grupos mais numerosos na região eram constituídos pelos operários e pequenos proprietários e comerciantes. A estes grupos estava associada uma certa propensão inconformista e uma vontade muito forte de conseguirem a conquista de importantes batalhas sociais, que de certa forma, permitissem importantes ganhos na sua vida profissional. Pela sua proximidade com a capital e seu estilo de vida totalmente diferente, estas classes poderiam mostrar algum desagrado pelas suas condições de vida. Através da escola técnica existente no Barreiro, e a perspetiva da construção de pelo menos mais uma escola secundária, os operários faziam todos os sacrifícios necessários para que pudessem dar aos seus filhos um curso técnico ou superior, para que estes não tivessem que passar pelas mesmas privações dos pais e conseguirem melhorar as suas condições de vida.

Portanto, o Barreiro desenvolvia-se e progredia tão rapidamente, que os seus problemas e necessidades multiplicavam-se a um ritmo vertiginoso. Era importante para a Câmara, e também para o Estado, encará-los com decisões e soluções adequadas, antes que estes aumentassem de importância e criassem consequências que os tornassem demasiado difíceis e complicados ao ponto de abanarem os alicerces de um governo. Num centro operário em pleno desenvolvimento e com o relacionamento de pessoas vindas de todas as regiões do país, teve nesta zona, uma especial fama a agitação revolucionária que vibrou o país. A situação política que sucedeu ao “28 de maio”

concedeu ao Barreiro, pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, alguma atenção, promovendo algumas realizações de apaziguamento social. Mas mesmo assim não puderam impedir, por algumas vezes, que os trabalhadores optassem por uma luta laboral aliados a partidos políticos, que os incentivavam à greve. Os operários que fossem identificados teriam punições graves que levavam ao despedimento. Deste modo, a habitação dada pelas empresas foi um importante fator de pacificação social.

O problema habitacional absorvia quase todas as atenções das entidades locais. A Câmara Municipal do Barreiro tentou obter dos poderes públicos o interesse pelo assunto, de modo a tentá-lo amenizar, quase sempre sem sucesso. Uma solução para o problema do alojamento era um dos grandes desejos locais, mas assim continuou ano após ano. Ao desinteresse do assunto pelo pessoal político, unia-se as vagas de um sentimento típico de descontentamento, manifestando-se nas ocasiões em que podia manifestar-se, ou seja, nas eleições.

1.3 Inquérito à População

Em 1948 foi terminado um inquérito à população do Concelho do Barreiro que faz parte do Estudo e Inquérito sobre a Habitação. Portanto, é importante conhecer os dados relativos a esse mesmo inquérito, devido à sua relevância para o desenvolvimento do Plano de Urbanização e para compreender os problemas de habitação da região. Para tal, convidaram-se os inquiridos a exporem a sua opinião pessoal sobre o problema habitacional no concelho e quais as soluções que lhes pareciam mais vantajosas.

Responderam 313 pessoas e 194 serviram-se do anonimato. 119 pessoas assinaram voluntariamente as suas respostas e 9 foram anuladas.

Quanto à providência, os inquiridos distribuía-se deste modo:

- 1) CUF e Empresa associadas – 99
- 2) Ferroviários – 65
- 3) C.P da indústria Corticeira – 48
- 4) C.S.P dos profissionais do comércio – 17
- 5) C.P dos empregados de escritório – 4
- 6) C.P das mercearias e serrações de madeira – 2
- 7) C.P dos organismos corporativos – 1
- 8) C.P dos metalúrgicos e metalo-mecânicos – 1
- 9) C.P da indústria da panificação – 1
- 10) Funcionários públicos e administrativos – 6
- 11) Sem providência – 60
- 12) Total: 304

Quanto ao local de trabalho este dividia-se da seguinte forma: 281 exerciam a sua atividade no Barreiro, 8 no Lavradio e 15 fora do Concelho. Relativamente aos encargos, estes ordenavam-se do seguinte modo: 284 eram o auxílio da família e 20 eram solteiros e pretendiam constituí-la. Finalmente as condições de habitabilidade

estavam dispostas desta maneira: os 284 agregados eram compostos de 1.069 pessoas e dispunham de 812 compartimentos.

As pessoas que chegavam ao Barreiro constituíam uma população que procurava as indústrias e que tinha em vista melhores condições de vida. O seu grande problema prendia-se com o facto de chegarem sem qualquer tipo de especialização e com uma escolaridade quase nula, tornando a escolha da habitação muito limitada quando entravam para a empresa. Isto fazia com que a dependência dos trabalhadores para com a empresa fosse enorme, sendo que uma rutura deixaria uma família inteira em maus lençóis. Este acesso ao emprego também vai estar relacionado com acesso às habitações¹⁸.

Os números presentes no inquérito eram considerados como sendo um índice de grande promiscuidade. Para os inquiridores existiam algumas respostas que admitiam verdadeiras desgraças, como por exemplo: num só quarto, num prédio antigo existente no centro da vila, vivia uma família de 5 pessoas, sem ar e que não dispunham de luz direta nem de instalação elétrica. O chefe de família era um operário da CUF e pagava uma renda de 60 escudos.

A grande maioria das habitações pelo resto do país necessitavam de ser dignas e higiénicas, mas tal não acontecia, pois ainda existia muita precariedade e insalubridade no alojamento. Isto também se fez sentir no concelho do Barreiro, em que as primeiras populações começaram a criar graves problemas habitacionais, como a construção de várias barracas¹⁹ dando origem a ilhas, pátios e vilas.

A certa altura já não existiam habitações suficientes para os operários ou pessoas em busca de trabalho que todos os dias chegavam. Muitas dessas pessoas tiveram que construir as suas próprias casas, chegando mesmo a haver algumas que por falta de meios se viram obrigadas a ficar na rua, criando assim graves problemas de inserção urbana.

Os 284 agregados familiares pretendiam, para suprimir as suas necessidades mínimas, um total de 1311 compartimentos. As suas habitações dividiam-se da seguinte forma:

¹⁸ Martins, Alexandre (2003), *Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*, Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Lisboa, ISCTE, pp. 76.

¹⁹ Estas barracas eram consideradas verdadeiras pocilgas ao ar livre.

- 1) 77 habitavam em prédios coletivos (plurifamiliares);
- 2) 41 diziam habitar em moradias independentes (unifamiliares);
- 3) 40 habitavam em barracas de madeira;
- 4) 74 coabitavam com outras famílias;

Só 37 agregados possuíam quintal e apenas 26 indicavam ter uma instalação elétrica nas suas habitações. 162 das divisões utilizadas eram interiores, sem ar e sem luz direta. Nas 40 barracas indicadas, habitavam 153 pessoas, que dispunham de um total de 60 divisões.

As barracas nas quais as pessoas viviam não tinham as mínimas condições de higiene e de conforto, isto porque, muitas delas, senão todas, eram construídas pelas famílias que lá viviam. Estas habitações eram sobretudo de uma construção mal-acabada e antiga. Quando chovia a água inundava-as e tornava o terreno em volta num verdadeiro lamaçal. Não ofereciam qualquer proteção contra o frio nem contra o calor, tornando-as insalubres, doentias e inconvenientes para servirem de habitação. Num caso observado por estes inquiridores, numa dessas barracas, composta apenas por um cubículo, habitavam 9 pessoas, sendo frequente descobrir casos em que 5 pessoas dormiam no mesmo cubículo e na mesma cama. Semelhantes a este caso referido foram encontrados mais alguns nas zonas do Alto do Seixalinho, Quinta dos Silveiros e ainda “pátios particulares” no Bairro das Palmeiras. Algumas das barracas eram habitadas por mendigos, mas a sua grande maioria era habitada por operários, muitos deles pertencentes à CUF, com grandes obrigações familiares e pequenos salários.

É referido que num inquérito realizado em fins de 1946 foram descobertas 486 destas barracas, ocupadas nas condições mais precárias. Com a informação prestada pelo Presidente da Câmara Municipal aos inquiridores, este número já teria aumentado durante o ano de 1947, apesar da forte fiscalização camarária.

Quanto à localização das residências, os 304 inquiridos distribuía-se da seguinte forma:

- 169 habitavam no centro da vila;
- 82 habitavam nos bairros das Palmeiras e do Seixalinho;
- 13 habitavam na Quinta Grande;
- 2 habitavam na zona da Verderena, da Paiva e de Sete Portais;
- 22 habitavam no Lavradio;

16 habitavam fora do Concelho²⁰;

Relativamente às preferências em termos de habitação estas distribuíam-se da seguinte forma:

116 desejavam continuar a residir no centro da vila;

73 desejavam continuar nos Bairros das Palmeiras e do Seixalinho;

75 pretendiam residir na Quinta Grande;

31 pretendiam residir na zonas da Verderena, da Paiva e de Sete Portais;

9 desejavam continuar no Lavradio;

É importante salientar que segundo o inquérito, para aqueles que não assinalaram as suas preferências, seguiu-se o critério de os deixar na mesma zona onde residiam.

Quanto aos rendimentos apresentados, verificava-se uma média mensal por agregado de 828 escudos, enquanto a média das rendas pagas era de 84 escudos e 80 cêntimos, a média do valor máximo que poderiam despende era de 109 escudos e 70 cêntimos.

Esta média real dos vencimentos era considerada como não sendo verdadeira pelos inquiridores. Estes referem que numa investigação feita junto de certas instituições, particulares e oficiais, concluiu-se que, na generalidade, esses agregados – “mercê de abonos de família por ascendentes e descendentes, dos subsídios eventuais e horas extraordinárias regulares, vencimentos e salários de filhos, etc., – auferem, além dos rendimentos indicados, uma percentagem a mais de cerca de 30%”. Portanto, e segundo o referido, a média dos rendimentos mensais seria de 1.077 escudos e 20 cêntimos, representando, em média, 13% do rendimento do agregado, concluindo-se que a renda média possível poderia chegar aos 140 escudos.

Ainda relativamente às médias, estas poderiam ser fortemente influenciadas pelos agregados familiares com rendimentos baixos, que não conseguiam pagar mais de 30 a 60 escudos de uma renda mensal. Estes eram, segundo o estudo aqui apresentado, os candidatos às casas para os pobres, de 3 a 5 divisões, cuja construção estava prevista.

²⁰ Loulé, Escoural, Pinhal Novo, Moita, Alhos Vedros, Lisboa e Lourinhã.

Eliminando estes agregados com rendas muito baixas, a média da renda subiria para os 190 a 200 escudos.

Além dos inquéritos recolhidos pelo estudo mencionado, foram também recolhidas algumas opiniões sobre o problema da habitação. Os inquiridores, consideravam existir um consenso entre os inquiridos quanto à necessidade de se resolver o grande problema da falta de casas e de estas terem rendas incomportáveis. É mencionado ainda, que a tentativa de arranjar soluções desenvolvida pela Câmara Municipal foi elogiada em quase todas as respostas. No entanto, alguns ousavam mostrar-se cétricos quanto à resolução do problema.

Foram escolhidas, para serem expostas dentro do estudo, as respostas que apresentavam um maior carácter crítico e apologético. É incontestável, que as respostas fornecidas, embora não traduzindo suficientemente os desejos e aspirações da totalidade da população, proviam indicações e expectativas. A resposta seguinte foi a primeira a ser apresentada:

Julgo que o problema só terá reais possibilidades de solução quando for efectivamente resolvido com a preocupação de dar aos portugueses um lar modesto e confortável – primeiro passo, assim suponho, para aquela conquista de saúde moral e física a que todos aspiramos, e nela estiverem efectiva e potencialmente interessadas as várias instituições de seguro social, as quais teriam deste modo uma bela oportunidade para colocar as gigantescas reservas de capitais que possuem e que são de fruto de esforço e de sacrifício de tantos milhares de portugueses – de todos nós.

A ideia acima exposta parecia ser também partilhada por outras pessoas que deram a sua opinião. Segundo os inquiridores, as pessoas ao concederem as suas opiniões mencionavam as habitações económicas e o governo, misturando a organização com o Estado.

Outra resposta apresentada anunciava algumas das propostas que poderiam ser tomadas relativamente à construção de habitações e valor das rendas:

Devem as instituições de previdência mandar construir prédios de habitações de renda económica, para a classe média, com rendas que oscilam entre os 250 escudos e os 450 escudos; além do mais, deve o Governo, ou autorizando empréstimos ou meios necessários para a construção intensiva de casas para os pobres, com rendas de 30 escudos a 100 escudos e 2 a 4 divisões. Finalmente, deviam as grandes empresas – CUF e

CP – construir novos bairros com casas para os seus operários, com rendas de 120 escudos a 200 escudos, com 4 a 6 divisões. Tudo isto em áreas saudáveis.

Tendo em conta as respostas recebidas, o estudo aponta como necessário existirem 100 habitações para a classe média, 300 para os pobres e 250 para os operários. Além do mais, deveriam ser tomadas medidas que passavam pelo descongestionamento nas áreas onde a coabitação de duas ou mais famílias se confirmava ser em maior quantidade, passando apenas uma família a dispor de toda a casa, de forma a aumentar o espaço e as condições higiénicas. Segundo os autores deste estudo, a preferência pela habitação individual estaria ligada à aspiração da propriedade. Para comprovar o referido, apresentam dados relativos a um inquérito realizado em França em 1946, verificando-se que nas localidades de 20 a 30 mil habitantes, como o Barreiro, 34% preferiam a habitação individual. A maioria das pessoas inquiridas declarou que a razão essencial desse desejo era a determinação de possuírem um jardim. Essa razão não era única, pois a independência e o afastamento do centro das cidades e vilas, eram também razões mencionadas como determinantes daquela tendência, verificando-se que o mesmo acontecia no Barreiro.

A construção destas habitações tinha como objetivo a redução das rendas. Deveria existir uma diminuição da procura das casas livres que pertenciam aos senhorios para que estes fossem obrigados a oferecer condições mais razoáveis. Em certas circunstâncias as rendas ultrapassavam em muito o valor real das casas, pelo que era pedido à Câmara que inspecionasse estes casos, evitando que os senhorios pedissem rendas que não correspondiam aos seus valores.

Uma última medida passaria pela existência de uma melhor divisão dos agregados relativamente às suas necessidades de localização, posicionando-os em áreas mais saudáveis. A localização, sobretudo no que respeitava às conveniências da saúde, era uma preocupação geral registada nas opiniões expostas. Verificava-se que os fumos oriundos da CUF e a insalubridade resultante da proximidade do rio Tejo, a norte da vila, eram fatores que causavam uma enorme preocupação nos habitantes. As pessoas que eram afetadas por este problema dos fumos e gases pretendiam apenas residir em locais onde o ar fosse mais respirável, como a Quinta Grande, a Verderena, a Paiva, a Quinta dos Arcos e Sete Portões, ou então noutro caso, apenas ficarem mais afastadas do rio, afastando-se deste modo do centro da vila. O objetivo da CUF era atrair mão de obra mas ao mesmo tempo conseguir afastá-la de certos aspetos da vida urbana que

pu dessem corromper os operários. Uma das maneiras era fazer com que as habitações se situassem todas perto das empresas e dos locais de trabalho, para que os operários não tivessem que caminhar afastados das indústrias e para que pudessem estar presentes sempre às horas que o seu trabalho iniciava. No estudo pode-se encontrar o depoimento de um desses habitantes:

Dentro da vila o ar está empestado pelos fumos da CUF. Ora isto, já não falando dos adultos, é o pior veneno para os pulmões das crianças. Há poucos meses, ainda, fui aconselhado pelo médico a ir para o campo pelo estado bastante fraco que um dos meus filhos se encontrava.

O problema de saúde que afetava grande parte do concelho do Barreiro era motivo de observações muito interessantes para os inquiridores em grande parte das respostas. Assim, eles expuseram algumas passagens, que achavam esclarecedoras do relatório do Dr. Henrique J. Niny sobre o “Inquérito Habitacional” mandado realizar em Lisboa, em 1940, pela Direção Geral de Saúde Pública. Este relatório realçava a extrema importância, de orientar no sentido do Sul, zona muito procurada da Verderena, Paiva e Sete Portais, a urbanização da vila e o agregado urbano atual. Portanto, as duas transcrições escolhidas foram as seguintes:

É ocioso lembrar que a falta de luz solar, conjugada com uma alimentação defeituosa, é origem de raquitismo e que esta enfermidade constitui um grave problema social; A série de prejuízos que igualmente se podem atribuir à humidade, é tão grande que não só se tramaria fastidiosa, como desnecessária a sua especificação.

Para os inquiridores, o doutor apontava os problemas de saúde que poderia haver numa habitação insalubre. A moradia simples, independente, com espaço livre para o jardim e destinada a um só inquilino traria mais vantagens. Consideravam existir um grave problema de raquitismo, em virtude da falta de raios ultra violeta, para as pessoas que habitavam em grandes edificações ou em centros urbanos de grande densidade sem espaços livres. Um dos grandes problemas do Barreiro nesta altura, era a falta de zonas verdes. É referido também, que segundo um médico da vila, mais de 70% das crianças do Barreiro acusavam primoinfeções tuberculosas.

A construção de prédios plurifamiliares que obedecessem às regras de higiene e em áreas que não fossem prejudiciais à saúde, estaria em vias de ser consagrada.

Um número importante de respostas afirmavam desejar viver em áreas onde beneficiassem de uma melhor saúde e de melhores condições de vida, no Barreiro. Relativamente ao número de inquiridos eram mais de 2000 os que pretendiam viver nas áreas da Quinta Grande, da Verderena, da Paiva, da Quinta dos Arcos e de Sete Portais.

Quanto à iniciativa particular, parecia haver muitas respostas em que se salientava a necessidade de as grandes empresas e indústrias do concelho melhorarem as condições de alojamento dos seus empregados e operários. Tais acontecimentos fizeram com que a companhia tomasse rápidas ações, sendo uma delas a promessa da existência de um fornecimento de casas económicas em boas condições de higiene e salubridade. Um dos inquiridos afirmava:

- 1º – Que a companhia dos caminhos-de-ferro, que tem tantos terrenos em baldio, fizesse casas em que o aproveitamento dos mesmos fosse total, seguindo o processo dos blocos colectivos, mesmo até ao segundo andar, pois a família ferroviária é muito numerosa.
- 2º – Que a Câmara Municipal fizesse bairros com a ajuda do Governo.

Eram muitas as pessoas que se queixavam da falta de casas construídas para os seus empregados e operários pelas duas empresas dominantes do concelho, a CUF e a CP. As poucas habitações existentes deram uma maior dependência do trabalhador para com as companhias. Se pretendiam aceder a um alojamento da empresa, eram obrigados, como muitas das vezes, a manter uma boa relação com o patronato, para aumentarem as suas possibilidades de êxito. O acesso aos alojamentos operários tinha determinadas condições que prolongavam a ligação dos trabalhadores ao próprio trabalho e à casa.

Havia ainda quem defendesse o fim do imposto que aumentava os preços dos materiais de construção para facilitar a iniciativa particular, preços razoáveis de construção nos terrenos desocupados dentro da vila e uma ampliação dos edifícios de rés do chão existentes, para primeiro, segundo ou terceiro andar. Por fim, existia o desejo de ver todas as instalações industriais serem transferidas para os arredores da vila, aproveitando os terrenos que ficariam livres, para a construção de novas habitações.

Os autores do estudo e do inquérito sobre a habitação no Barreiro afirmavam haver boas possibilidades de fazer novas construções. Ao nível das habitações de renda económica afirmavam que quaisquer capitais investidos na construção teriam a necessária compensação. Esse investimento de capitais pelas instituições de previdência deveria ser feito em prédios de dois e três andares e sobretudo para as classes médias.

Na construção de casas de renda acessível para operários teria que existir o concurso dos organismos oficiais ou das empresas particulares, para que essas mesmas instituições pudessem aplicar os seus capitais, sem prejuízo.

Relativamente à iniciativa particular, eram da opinião que tinham um ótimo campo de investimento de capitais, no Barreiro, já que pareciam existir numerosos terrenos baratos nas áreas a sul da vila, influenciando o preço global da construção. Fora do centro da vila os terrenos eram escassos e muito caros, e nas áreas a sul, era afirmado que existiam terrenos em abundância, alguns dos quais poderiam ser obtidos por terraplanos, sendo que os proprietários não se iriam opor a uma obra que desejavam. Em média, esses terrenos estariam a ser negociados, para a construção de habitações, entre 20 a 25 escudos por metro quadrado. Os terrenos teriam uma localização perfeita para a saúde da população e o distanciamento das estações de caminho de ferro e fluvial, das oficinas da CP e das indústrias da CUF era considerado como não sendo grande. Além do mais, esses terrenos seriam de fácil acesso a Alhos Vedros, centro da indústria corticeira, pela sua proximidade com a estrada nacional.

É referido ainda pelos autores, que em estudos feitos em países com circunstâncias semelhantes, mais de três quartas partes das pessoas que desejavam uma moradia individual ou uma habitação que correspondesse às suas necessidades, em preço, comodidade, condições de higiene e conforto, não tinham qualquer objeção em aumentar em meia hora a duração do percurso que as separava do local de trabalho. Consideravam que a distância relativa entre o sul da vila e os principais centros de atividade era de cerca de 10 a 17 minutos para as oficinas da CP e de 15 a 22 minutos para as indústrias da CUF. O tempo do trajeto efetuado seria desproporcionado se cada operário tivesse de se deslocar para a sua casa para comer a refeição do meio-dia. Inconveniente que para os autores não se verificava, pois as maiores empresas do concelho possuíam refeitórios próprios e a tendência seria para ampliarem a capacidade destes.

Através deste estudo realizado para a Câmara Municipal é possível comprovar que as políticas de habitação, realizadas para uma melhor gestão da mão de obra

operária do tipo paternalista por parte da CUF, conseguiram ter algum sucesso, apesar de se tratar de políticas limitadas aos trabalhadores mais qualificados que a empresa necessitava. Essas mesmas políticas foram promovidas pela iniciativa privada, isto é, pela própria CUF, dispondo com elas, serviços sociais que foram postos ao serviço dos trabalhadores e segundo as suas necessidades. A construção e localização das habitações operárias tiveram um papel astucioso por parte da companhia, pois promoveram e garantiram a força de trabalho necessária, fator principal para toda a indústria do século XIX e inícios do século XX. Estas políticas foram também importantes, porque de uma certa maneira, construíram novas populações operárias que se identificaram com os bairros construídos.

Mais de 100 anos passaram desde a abertura da CUF e ainda hoje permanecem algumas indústrias que ao longo do tempo a empresa foi criando e desenvolvendo. Ficam do Barreiro e do maior complexo industrial da península ibérica as memórias e as vivências dos operários, com as suas resistências e lutas, e do patrão Alfredo da Silva, a sua enorme dedicação e ligação para com a cidade do Barreiro.



Figura 1.2 - Alfredo da Silva

2. O ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DO BARREIRO DE 1948

2.1 O crescimento da vila do Barreiro

A ausência de um Plano de Urbanização no Barreiro foi demasiado longa, num período de tempo que afetou toda uma região que se encontrava em desenvolvimento e com uma grande industrialização. Esta demora permitiu que existisse um espaço urbano desigual e mal organizado, situação que hoje ainda é notória. Devido à falta de fundos e de uma organização coletiva, o processo de urbanização foi deixado sempre do lado de interesses particulares, permitindo que o Barreiro não parasse de crescer, sem qualquer tipo de orientação.

Apenas quando se legisla que todas as Câmaras Municipais do país possuam um Plano de Urbanização previamente realizado é que o Barreiro pôde beneficiar de um estudo completo, eficaz e organizado, para que de alguma forma, conseguisse uma orientação urbanística. Foi neste contexto que a Câmara Municipal do Barreiro, em 1945, contratou, por indicação da DGSU, o arquiteto Paulo Henrique de Carvalho e Cunha¹ e o engenheiro Santos e Silva, encarregados de elaborarem o Antepiano de Urbanização do Barreiro. O primeiro plano ou antepiano² de urbanização do Barreiro começou a ser realizado em 1948 e foi finalizado em 1951, mas apenas em 1957 é que foi finalmente aprovado e entregue, ou seja, levou um período de 10 anos para que o plano inicial fosse totalmente aceite³.

¹ Era conhecido por ter influências modernistas nos seus planos de urbanização ao propor várias demolições do velho aglomerado oferecendo novas soluções. Concluiu a sua formação com viagens de estudo ao Norte de África e à Europa. Nos seus estudos revela interesse na importância dos portos para o desenvolvimento das cidades. Em 1939 entrou para a Administração Geral do Porto de Lisboa e a partir daí elaborou Planos Gerais de Urbanização de centros urbanos com frentes de água, como é o caso de Viana do Castelo, Vila Real de Santo António, Quarteira, Barreiro, Alcochete, Moita, Montijo, Arrentela, Seixal, Albufeira, Praia da Rocha, Monte Gordo e Termas do Luso.

² Tal como em muitos outros locais, os primeiros planos de urbanização passaram a ser designados de planos orientadores para a execução de um posterior, ou então, como era referido na época, de antepiano de urbanização.

³ A versão final do plano de urbanização de 1957 não se encontra no Arquivo Municipal do Barreiro e o seu paradeiro é incerto.

A reestruturação necessária com a aprovação do antepiano contribuiu para a reorientação decisiva das prioridades da política da vila. As mudanças traduziram-se ao nível da gestão, planeamento e governo da vila, havendo a necessidade de reajustar a política urbana de forma a corresponder aos novos objetivos de desenvolvimento e urbanísticos. Nesta nova proposta urbana verificavam-se algumas mudanças que pretendiam o aproveitamento do progresso técnico e industrial que o Barreiro poderia proporcionar, procurando também um equilíbrio com a natureza e fora dos ares poluídos provenientes da CUF.

A conceção do Antepiano de Urbanização do Barreiro assentava em vários pontos fulcrais. Um desses pontos, sendo considerado o ponto de partida, era a análise da situação atual da vila. Ficou bem explícito no texto do Antepiano de Urbanização que o Barreiro tinha o porto fluvial mais importante do sul do país e nele se movimentava grande parte das mercadorias importadas e exportadas do Alentejo, as matérias-primas e as produções industriais da CUF. Apesar das muitas pessoas que eram “essencialmente constituídas por um campesinato em fuga para a capital, originário da Beira Alta, Beira Baixa, mas sobretudo do Alentejo”⁴, para os autores do antepiano, o Barreiro, pelas suas condições naturais, tipo de construções e modo de vida dos habitantes, não constituía características duma povoação alentejana ou ribatejana.

A área urbana foi dividida em duas zonas separadas pela linha férrea do sul e sueste e pela extensa estação do Barreiro. A zona norte, marginal ao rio Tejo, era considerada a zona mais antiga da vila e onde se situava o complexo industrial da CUF. A zona sul, interior ao rio Tejo, expandia-se até Coina, dotada de uma construção recente mas impropriamente situada, pois consideravam-na mal situada em relação às grandes fábricas do local. Tanto na zona norte como na zona sul existiam inúmeras habitações que se dispunham dentro dos complexos fabris, consideradas insalubres e até tóxicas, o que iria resultar no surgimento de doenças graves nas pessoas que aí residiam. Essas mesmas pessoas não tinham acesso a um hospital com boas condições perto de si, sendo este um dos problemas apontados no antepiano. O hospital⁵ era modesto e estava situado na Praça de República, tendo a frente norte para uma travessa estreita. Por esta altura já havia sido pedida a criação no Barreiro de um hospital sub-regional, que iria oportunamente ser edificado pelo Estado. Quanto ao cemitério da vila, este estava

⁴ Almeida, Ana Nunes de (1988) “Perfis demográficos e formas de industrialização – o caso do Barreiro”, *Análise Social*, Lisboa, XXIV, pp.452.

⁵ Atual Santa Casa da Misericórdia.

situado no interior do recinto das instalações da CUF, apresentava um difícil acesso e não era dotado de uma possível ampliação. Apesar de se considerar que possuía uma superfície suficiente, ficava muito afastado de certos bairros do sul da vila. De resto, o Barreiro por não ser cabeça de comarca não possuía tribunal nem uma cadeia apropriada.

A via fluvial do Barreiro detinha algumas deficiências que importavam suprimir para assegurar a conveniente e económica utilização dos cais acostáveis, tanto no que se refere ao tráfego de mercadorias como ao de passageiros, nas suas relações com a navegação marítima e fluvial que servia o porto de Lisboa. O porto fluvial foi estudado com o objetivo de se aplicar os necessários melhoramentos, para satisfazer as exigências do tráfego de serviço público e privado das diferentes indústrias, no quadro de utilização da região e dos portos fluviais da margem sul do rio Tejo. Para uma melhoria das condições do serviço da via fluvial, impôs-se o estabelecimento dum plano de obras marginais e de aprofundamento das respectivas calas de navegação para garantir o acesso com o mínimo de sujeições de maré.

Tanto as vias terrestres como fluviais eram consideradas como fatores importantes na economia da região, pela avultada tonelagem de mercadoria movimentada, fator que conferia ao Barreiro a posição mais destacada e predominante no conjunto dos aglomerados urbanos da margem sul do Tejo. No que diz respeito às estradas daquele período, e sendo o Barreiro um aglomerado urbano de grande densidade populacional e intensa atividade industrial, eram vistas como tendo uma largura insuficiente no seu perfil transversal e em muitas das suas secções, tornando difícil a circulação. Assim, decidiu-se separar o tráfego geral de circulação rápida entre as diferentes povoações da região, do movimento local de ligação aos outros sistemas de comunicação. Este objetivo poderia ser alcançado introduzindo a área urbana da vila numa ampla rede de estradas, de modo a assegurar a perfeita conexão ao caminho de ferro e à via fluvial.



Figura 2.1 - Av. do Bocage nos anos 40 do séc. XX – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

Para os caminhos de ferro também estava prevista uma nova estação que seria construída nas proximidades da ponta do Mexilhoeiro, a poente da área da vila, cuja situação e possibilidades de comunicação eram vistas como as mais benéficas para o acesso da população e para o tráfego de mercadorias. A estação antiga ficaria reservada ao serviço da linha geral dos caminhos de ferro e das atividades fabris em junção com a via fluvial. Todo o sistema de linhas férreas existentes na altura era para ser mantido e integrado no Antepiano de Urbanização, acrescentando apenas o fornecimento à zona industrial da CUF de uma ligação ferroviária direta à estação do Lavradio, no sentido do sueste.

Relativamente aos estabelecimentos comerciais, estes distribuíam-se na sua maioria na parte referente à área urbana da vila, divididos em dois núcleos. O primeiro pertencia à CUF, a norte da parte moderna da vila, enquanto o segundo núcleo pertencia à zona onde se dispunham as oficinas dos caminhos de ferro do Estado, situada entre a parte antiga e a parte moderna. Nestas zonas existiam ainda numerosas fábricas de cortiça a par das habitações, que eram criticadas por prejudicarem a higiene, a salubridade e a segurança da população.

Na vila do Barreiro foi construída uma escola industrial e comercial⁶ junto ao rio, o que permitia dar resposta ao problema de ensino, do qual a população de cariz industrial tanto necessitava.

Quanto à rede de distribuição de água e de esgotos, esta era ainda incompleta e não beneficiava toda a população, pelo que seria necessário uma correção e aumento para ir de encontro ao que era pretendido no Antepiano de Urbanização. De resto, a vila possuía uma rede de iluminação elétrica pública e particular.

A planta topográfica da vila demorou cerca de 3 anos a ser entregue, isto numa altura em que já expirava o prazo para a entrega do plano. De qualquer forma, esta foi oficialmente aprovada e abrangia uma área total de 400 hectares, dos quais 65% correspondiam a zonas urbanizadas e fabris, e 22 hectares compunham os arruamentos, numa extensão de 25 Km. Toda esta área urbana referida teve que ser aumentada para satisfazer uma futura expansão da vila que poderia ir além dos limites a nascente e poente. Portanto, foi aumentada a área primitiva em cerca de 80 hectares no sentido do Lavradio e 42 hectares no sentido oposto, desde a zona fluvial até à Ponta do Mexilhoeiro.

De seguida, através dos mapas apresentados de 1930, 1940, e 1953, respetivamente, pode-se comprovar a evolução do Barreiro:

⁶ Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva.

O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro



Figura 2.2 - Barreiro em 1930 – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

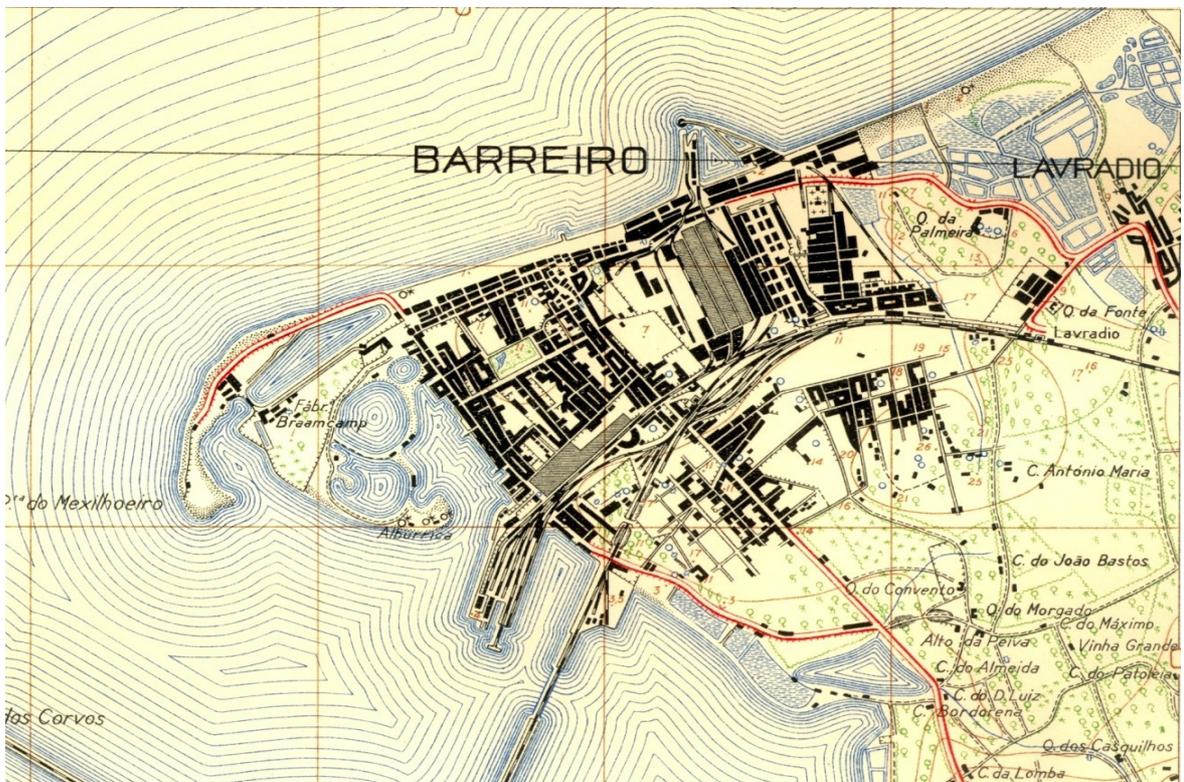


Figura 2.3 - Barreiro em 1940 – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro

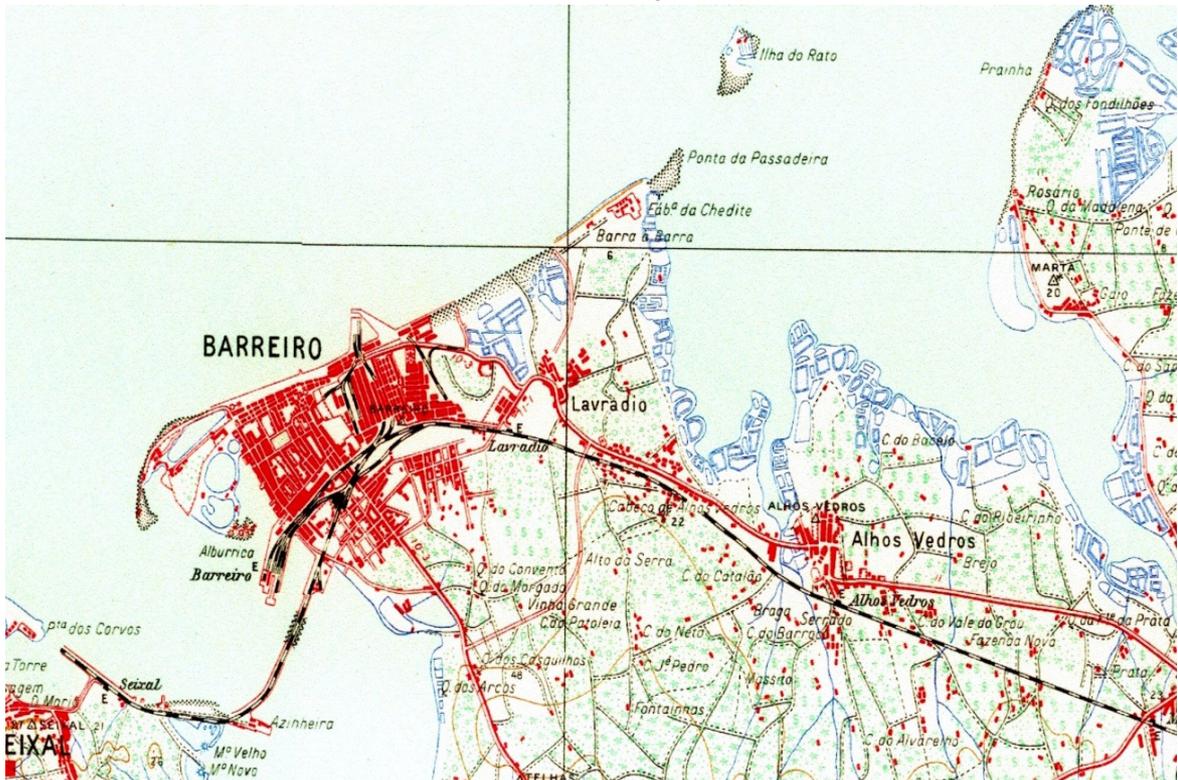


Figura 2.4 - Barreiro em 1953 – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

2.2 Densidade Populacional

O Antepiano de Urbanização proposto para o Barreiro baseava-se na necessidade de promover um conjunto de políticas urbanas que desencadeassem uma viragem no foco de degradação física, ambiental, social e económica que se abatia sobre a vila.

Comprovando o que foi referido anteriormente, o Barreiro, segundo os autores do antepiano, era considerado uma região doentia, isto porque a vila era atacada por epidemias de febres intestinais, que eram associadas às diversas praias lodosas de maré baixa. Esta situação, para o urbanista Paulo Cunha, transformou-se graças ao conselheiro António de Aguiar, que possuía no concelho do Barreiro a quinta de S. Marco. Esta personalidade tinha sido a responsável por, em 1854, conseguir que ali se fixasse a estação terminal da linha férrea do sul e sueste, permitindo o aterramento das áreas marginais e o saneamento urbano.

É acrescentado ainda que, na vila do Barreiro, não se encontravam quaisquer edificações de interesse arquitetónico, sendo na generalidade uma terra incharacterística, de ruas pouco diferenciadas. Não existia consciência de uma relevância patrimonial dos edifícios de cariz ferroviário ou industrial existentes na vila.

A história da vila assinalava a evolução de um centro rural e piscatório até meados do século passado, e daí em diante, em notável progressividade, a sua transmutação em centro altamente industrializado, porventura o maior do país. Consequentemente, a construção urbana teve de sentir um grande e rápido crescimento, resultando na sua baixa qualidade arquitetónica e técnica. A expansão da área urbana da vila, que apenas ocorria entre a linha férrea e a praia norte da península do Barreiro, alongou-se a sul da CUF. Esta nova zona de expansão urbana dispunha as casas contra as rajadas dos ventos do norte que traziam gases tóxicos libertados pelas indústrias químicas, tornando o ar irrespirável em toda a zona moderna da vila.

Nesta altura, a zona antiga do Barreiro, situada a norte da vila, era a que ainda suportava um maior número de população. O grande e rápido acréscimo de população que ia apresentando, fez do Barreiro e do seu aglomerado urbano, o maior núcleo populacional dos arredores de Lisboa, como comprava o quadro seguinte com os dados relativos ao concelho do Barreiro:

Anos	Nº de fogos	Nº de habitantes	Densidades
1900	-	7944	223,1 Hab/km2
1911	2612	12203	337,1
1920	3165	15009	414,6
1930	4828	21042	590,4
1940	5813	25930	727,6

Quadro 2.1 – Número de fogos, habitantes e densidade habitacional no Barreiro (1900-1940) – Fonte:

Anteplano de Urbanização do Barreiro (1948)

Relativamente à evolução urbanística, foi considerada no anteplano que se manteve o equilíbrio entre o número de fogos existente e o número de habitantes até aos anos 40. A população do Barreiro era uma das que mais rapidamente crescia, como se pode verificar na figura 2.5 relativo aos censos de 1940. Já na figura 2.6 é notório que em 1940 há mais famílias do que fogos, o que indica várias famílias a viver num único fogo.

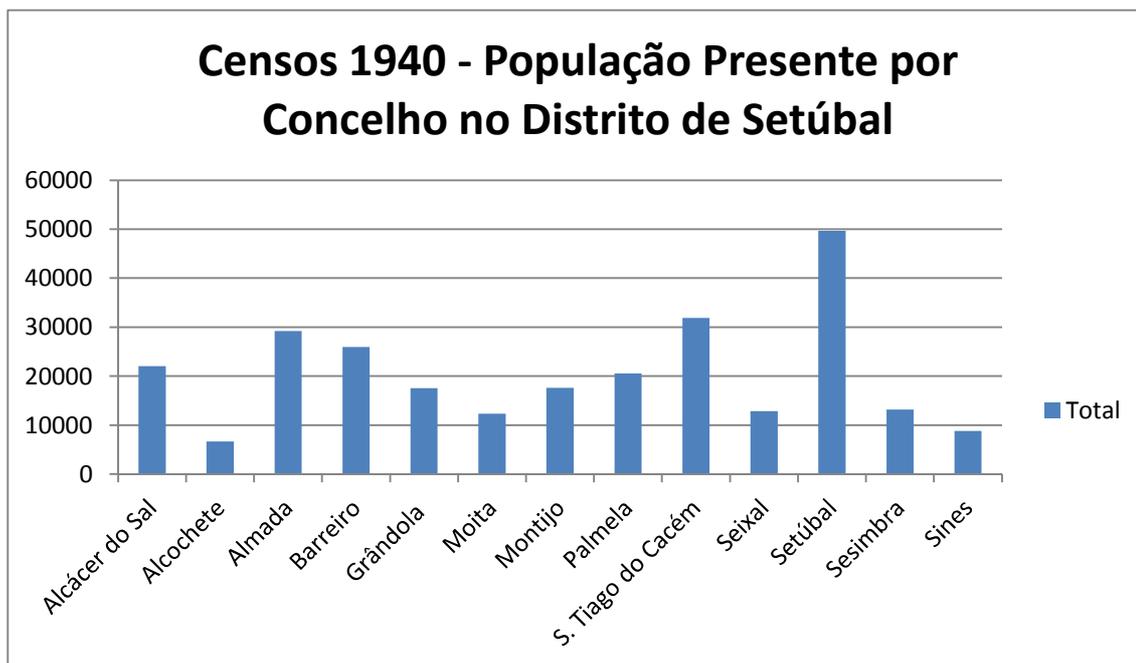


Figura 2.5 – Censos de 1940 – População Presente por Concelho no Distrito de Setúbal. Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População, 1940*.

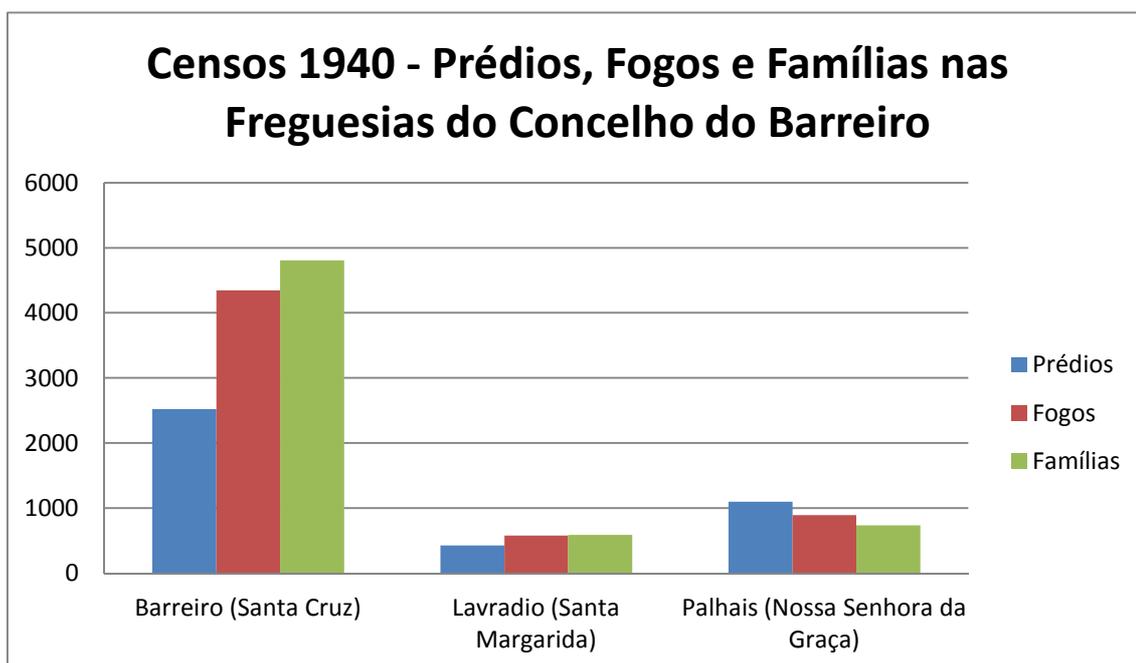


Figura 2.6 – Censos de 1940 – Prédios, Fogos e Famílias nas Freguesias do Concelho do Barreiro. Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População, 1940*.

As grandes indústrias da CUF e as oficinas gerais dos caminhos de ferro do Estado constituíam o grande alicerce da economia barreirense. Devido a esse fator, era necessária cada vez mais mão de obra, e nos censos de 1940, na freguesia e vila do Barreiro, existiam apenas 4346 fogos instalados em 2519 prédios. Estes números confirmavam que existia uma crise habitacional por resolver, sendo que segundo o Antepiano de Urbanização, a maioria das futuras casas construídas deveriam ser destinadas à classe operária.

Tendo em consideração todos os dados analisados e expostos, o Antepiano de Urbanização seguiu as premissas que achava necessário para um melhor arranjo urbanístico da vila. O Barreiro tinha sido altamente povoado devido ao grande crescimento industrial, deixando de parte as características que o ligavam a um centro rural e piscatório. Considerando o aumento da população da vila entre 1900 e 1940, foi fixado como limite máximo de população os 40.000 habitantes, segundo as atividades disponíveis e as possibilidades de expansão da área urbana.

No que diz respeito à urbanização, impunha-se que fossem devidamente situadas as novas áreas habitacionais, para que de um modo geral se conseguisse um melhoramento significativo ao nível das condições de salubridade, consideradas deficientes. Era também necessário a construção de zonas arborizadas, que estavam constituídas no antepiano e que também sugeriam dar um melhor clima local e reduzir as causas da insalubridade. Desta forma, propunha-se que os novos blocos de edifícios fossem orientados na direção Norte-Sul, favorecendo as condições de habitação durante os meses mais frios e permitindo que estes não apanhassem com os ventos dominantes que traziam a exposição aos fumos e gases das indústrias da CUF.

A preservação urbana foi considerada como um processo urbano relevante, e não foi desprezada. E a qualidade ambiental, através da conservação, proteção dos sistemas naturais adjacentes às áreas urbanas, bem como a melhoria do ambiente urbano, como a qualidade do ar, da água, dos espaços públicos, etc., foram consideradas essenciais para assegurar o funcionamento dos processos ecológicos fundamentais e garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e o ambiente. Era urgente intervir nesta área, que pela sua especificidade e pela natureza dos seus problemas reclamavam uma intervenção rápida e ativa, enquadrada numa política urbana que tivesse como princípio a utilização adequada e equilibrada dos recursos culturais e naturais do território. As medidas propostas e a implementação de políticas sociais destinavam-se a inverter o processo de degradação em que se encontrava o Barreiro, e a desenvolver os meios

necessários para que pudesse ser novamente um espaço com boas condições para a sua população.

Para os autores do Anteplano de Urbanização do Barreiro havia 3 aspetos fundamentais que não poderiam deixar de ser mencionados sobre a vila e o seu aglomerado populacional. Esses 3 aspetos assentavam no campo nacional, regional e local.

Ao nível nacional, o Barreiro apresentava um “valor económico raro no país”, devido a todas as suas indústrias. A rede de comunicações que possuía ao nível de navegação marítima e de caminhos de ferro conferia inúmeras possibilidades de desenvolvimento da região.

Do ponto de vista regional, tinha um grande fluxo populacional, devido a ser um polo de atração para os campos agrícolas vizinhos. A região era o ponto de passagem para Lisboa e a sua localização na margem sul do Tejo permitia que existisse uma riqueza maior comparativamente a outros concelhos vizinhos. Pode ainda verificar-se no Anteplano de Urbanização que embora a área da vila seja consideravelmente aumentada, “terá, nas suas diretivas, em atenção que os diferentes aglomerados urbanos sejam separados por espaços nitidamente rurais, para que não se forme uma *conurbanização*”, ou seja, para que não exista um crescimento dos bairros em direção ao principal centro urbano. Para tal, bastaria que os espaços rurais se definam “convenientemente e sejam tratados no seu arranjo de forma a consolidar as suas características, limitando a construção e plantando arvoredos onde as condições de fertilidade de solo não sejam favoráveis à agricultura”⁷.

Estas propostas denotam a influência do modelo Cidade-Jardim sobre os autores do Anteplano de Urbanização. O conceito de “neighbourhood” é utilizado tal como aplicado no planeamento posterior à segunda guerra mundial em Inglaterra e nos países nórdicos. O Barreiro, não sendo uma cidade nova, podia transformar-se nesse sentido, visto ter indústria e uma boa ligação de transportes ao país e a Lisboa.

Finalmente, sob o aspeto local, foi considerado a existência de uma população na sua maioria operária e cujos problemas sociais mereceram a devida atenção. Devido a esse fator, foram então previstas instalações de assistência, instalações de instrução e recreio, de abastecimento e transportes, no que os autores referem ser uma “bem

⁷ Fonte: Anteplano de Urbanização do Barreiro (1948).

orientada distribuição do solo, donde sobressaia os cuidados de disciplina e regular ordenação”.

2.3 As bases do programa do Anteplano de Urbanização

As bases do programa do Anteplano de Urbanização assentaram em 4 pontos fundamentais para a construção do mesmo. Estes pontos serviam sobretudo de orientações a ser tomadas quando o anteplano fosse posto em prática. Além do mais, estes pontos iriam ajudar a definir os objetivos de desenvolvimento concretos para a zona urbana e desenvolver uma nova visão para a vila.

O primeiro ponto fundamentava que o Anteplano de Urbanização deveria conceder condições normais de habitação à população, prevendo, como já foi referido, uma área urbana que pudesse suportar 40.000 habitantes, distribuídos pelas seguintes categorias de habitação e conforme está no anteplano:

- a) – “80% das habitações destinadas à classe operaria, em casas económicas, nos moldes estabelecidos pela respectiva legislação”.
- b) – “15 % das habitações reservadas a empregados do comércio, funcionalismo publico, etc., a situar na zona central e habitacional da vila”.
- c) – “5 % das habitações destinadas à população abastada, em moradias unifamiliares”.

O segundo ponto estabelecia que as zonas habitacionais seriam compostas por núcleos de residências de estrutura urbanística particular, sendo estes dotados de vias de circulação e de aditivos imprescindíveis à instrução primária, assistência social, abastecimento e recreio. Estes núcleos referidos eram os seguintes:

- 1) “Núcleo Residencial A – Superfície 38 hectares; população 8360 habitantes; densidade 222 Hab./há”.
“Este núcleo poderá constituir, com o núcleo B, uma unidade residencial, para efeitos de estabelecimento conveniente do Centro Cívico e Centro Comercial da Vila, e bem assim poderem, no seu conjunto, serem dotados de uma escola secundária”.
- 2) “Núcleo Residencial B – Superfície 42 hectares; população 10500 habitantes; densidade 250 Hab./há”.

“Incluídas as considerações feitas para o núcleo A, deverá procurar conservar a fisionomia característica do velho burgo do Barreiro, evitando demolições exageradas, pelo que se julga de admitir uma densidade habitacional um pouco elevada. No núcleo residencial B e o Centro Cívico e Comercial ocuparão parcela importante da sua área”.

- 3) “Núcleo Residencial C – Superfície 22 Hectares; população 3960 habitantes; densidade 180 Hab./ha”.

“Destinado em grande parte à habitação económica”.

- 4) “Núcleo Residencial D – Superfície 23 hectares; população 4140 habitantes; densidade 180 Hab./ha”.

“Destinado em grande parte à habitação económica”.

- 5) “Núcleo Residencial E – Superfície 22 hectares; população 3960 habitantes; densidade 180 Hab./ha”.

- 6) “Núcleo Residencial F – Superfície 18 hectares; população 3240 habitantes; densidade 180 Hab./ha”.

- 7) “Núcleo Residencial G – Superfície 19 hectares; população 3420 habitantes; 180 Hab./ha”.

- 8) “Núcleo Residencial H – Superfície 20 hectares; população 3000 habitantes; 150 Hab./ha”.

“Destina-se à população rural em conjugação com a povoação de Cabeço de Alhos Vedros”.

- 9) “Os núcleos residenciais C, D, E, F, G e H constituirão uma segunda unidade residencial dotada de estabelecimentos comerciais centrais, em independência do que está previsto para cada núcleo, e neles se localizará uma outra escola secundária”.

Esta divisão em núcleos residenciais com os respetivos equipamentos denota atualização e acompanhamento do que estava a ser feito na Europa.

Seguidamente, o terceiro ponto, apresentava como o Antepiano de Urbanização deveria promover todo o saneamento da área urbana da vila, tanto pelas zonas habitacionais, industriais e espaços livres correspondentes, como também pela regularização da zona marginal ao rio Tejo e ao estaleiro de Coina. Ainda, foi tido em conta a possível eliminação de toda a praia lodosa da orla ribeirinha da vila, para que

desta forma existisse uma melhoria na salubridade urbana tanto para as antigas habitações como para as novas. Desta forma, segue-se o seguinte no antepiano:

- a) – “A localização e distribuição de áreas habitacionais em satisfatórias condições higiénicas e de ordenação, dotadas com os complementos indispensáveis ao ensino, ao recreio e à assistência, circunstâncias que, no aspecto urbanístico, traduzem uma organização social equilibrada”.
- b) – “Possibilidades de expansão da zona industrial norte da vila, torada necessária para ampliação das instalações da CUF, no sentido do Lavradio, e criação duma vasta zona industrial ao longo da orla fluvial da margem direita do esteiro de Coina, a montante da ponte do caminho-de-ferro da linha férrea do Seixal, satisfazendo as exigências de novos estabelecimentos industriais ou de deslocação dos situados inconvenientes nas actuais áreas habitacionais, designadamente muitas das actuais fábricas de cortiça nelas disseminadas”.
- c) – “A criação de uma zona portuária, no prolongamento da zona industrial anterior, entre a citada ponte do caminho-de-ferro e a denominada ponta do Mexilhoeiro, na confluência do esteiro de Coina com o rio Tejo, onde seja possível a instalação de armazéns e parques de mercadorias que interessem ao serviço fluvial e marítimo, em ligação com as vias de comunicação terrestres, estrada e caminho-de-ferro”.

Por último, o quarto ponto considerava a alteração dos sistemas de comunicações tanto por estrada como por caminho de ferro, de modo que pudessem ser conjugados com os veículos e os transportes fluviais coletivos de passageiros e de mercadorias, entre as duas margens do rio Tejo e o porto de Lisboa. Para se conseguir alcançar esse objetivo são nomeados os seguintes pontos no antepiano:

- a) – “As linhas de circulação pela estrada, poderão participar da estrutura urbanística da vila, sem obrigatoriamente a interceptarem, em vista da posição excêntrica do aglomerado populacional, antes servindo de sua circunvalação”.

- b) – “O sistema ferroviário e respectivas estações, de harmonia com as exigências técnicas do serviço e do traçado das linhas e do arranjo urbanístico”.
- c) – “As obras marítimas de regularização de margem, de acostagem e de abrigo, de modo a satisfazerem as futuras necessidades de tráfego fluvial de passageiros, veículos e mercadorias”.

Portanto, a área que iria ser urbanizada, considerada com 400 hectares, segundo Paulo Cunha, não podia suportar em boas condições urbanísticas, mesmo eliminando as zonas industriais, a população de 30.000 habitantes. Consequentemente a área inicial de 400 hectares foi dividida e ampliada em duas parcelas, sendo que uma se situava para nascente com uma superfície de 86 hectares e a outra para poente com uma superfície de 42 hectares. Após esta divisão, seria ainda imposta uma outra divisão ao nível do campo de atuação do território, considerando as parcelas para o levantamento topográfico nas seguintes zonas:

- 1 – Zonas habitacionais;
- 2 – Zonas industriais, fabris de armazenagem e portuárias;
- 3 – Zonas de espaços livres, de desporto e recreio;

O quadro seguinte apresenta a comparação das áreas previstas para as diferentes zonas do plano com as áreas que se apresentavam em 1948:

Zonas	Áreas Atuais (1948)	Áreas do Plano
Habitacionais	-	204 Ha.
Industriais ⁸	115 Ha.	165 Ha.
Espaços Livres	10 Ha.	30 Ha.

Quadro 2.2 – Comparação entre ocupação do solo efetiva e planeada (Anteplano de Urbanização, 1948)

⁸ Na planta referente ao estado atual verifica-se que cerca de 10% desta superfície está fora dos futuros limites das zonas industriais.

As zonas habitacionais foram divididas em 8 núcleos residenciais com áreas alteráveis e com superfícies que iam entre os 18 e os 24 hectares, separados pelas vias de comunicação principais, sendo determinadas segundo as suas funcionalidades e quais os locais com maior atividade ou interesse urbanístico, tendo sempre em consideração as hipóteses técnicas e económicas das linhas férreas ou das áreas industriais.

Esta separação parecia estar coordenada a nível local e permitia uma associação dos cidadãos e outros parceiros, para que estes pudessem contribuir substancialmente para determinar a futura qualidade económica, social, cultural e ambiental de cada zona.

Visto que a região do Barreiro se trata de uma área urbana de valor histórico, torna-se importante a preservação e valorização do seu património cultural e ambiental, que se começava acentuadamente a degradar e que necessitava de uma definição estratégica de desenvolvimento urbano que apostasse na valorização dos recursos urbanos, culturais, sociais e ambientais locais. Com a divisão em núcleos residenciais, como comprova a figura 2.7, esse mesmo objetivo seria mais fácil de alcançar.



Figura 2.7 - Planta de Trabalho dos núcleos residenciais propostos (Antepiano de Urbanização, 1948) – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

Os núcleos residenciais A e B continham no seu conjunto uma população de 20.000 habitantes e eram constituídos por uma unidade residencial com características

particulares devido à sua situação geográfica, aos seus limites naturais e às áreas industriais que marcavam as suas fronteiras.

O núcleo residencial A, projetado para uma densidade populacional de 250 habitantes por hectare, iria beneficiar das melhores condições de salubridade da região, isto porque não era exposto aos ventos do norte que traziam consigo os gases tóxicos das fábricas. Deste modo, estava previsto uma construção de edifícios em altura como aspeto predominante das habitações naquela zona. Este tipo de habitação possuía alicerces mais dispendiosos que os correntes, pelo que para não serem demasiado elevados, não se iria construir um grande número de andares, fazendo com que estas habitações conseguissem ser economicamente rentáveis.

O núcleo residencial B destinava-se a uma população de 10.500 habitantes. Neste núcleo situava-se o centro cívico, o centro comercial principal e a parte mais antiga e histórica do Barreiro, que parece ter sido respeitada pelos urbanistas para parte da sua preservação, pois também estava pensado a demolição de várias zonas para novas construções. Tal como o núcleo A, também este estava destinado a possuir uma densidade populacional de 250 habitantes por hectare. Como já referi, uma parte histórica da vila iria ser mantida intacta, apelidada de *o velho burgo do Barreiro*, como testemunho da antiguidade e da fisionomia original. Mas a regulamentação urbanística proposta tinha também em conta a necessidade de todas as habitações, para que estas pudessem usufruir de um saneamento eficaz, fossem afastadas das atividades industriais que provocavam insalubridade e que se realizasse a abertura de arruamentos para estabelecer largas circulações, satisfazendo as exigências do trânsito da época. O afastamento das indústrias permitia uma nova distribuição dos quarteirões e dos lotes de terreno, para que um novo centro cívico, capaz de suportar uma população estimada de 40.000 habitantes, pudesse ser desenvolvido.

Desta forma, o núcleo residencial A era visto como uma ampliação do núcleo residencial B, onde seriam construídos os edifícios públicos com atividades ligadas ao comércio e dependentes da exploração dos caminhos de ferro ou da navegação fluvial. Neste novo arranjo urbanístico do núcleo A estava previsto a deslocação do terminal da linha férrea e a construção do novo porto fluvial.

Como uma segunda unidade residencial, apresentavam-se os núcleos residenciais de C até H, ou seja, a sul da linha férrea, com uma população de cerca de 22.000 habitantes. Com exceção do núcleo residencial H, todos os restantes destinavam-

se à construção de habitações económicas⁹ com uma densidade populacional de 180 habitantes por hectare. Dentro destes núcleos estaria também previsto uma construção de uma escola secundária e de um centro desportivo. Relativamente ao núcleo residencial H, destinava-se à população residente no Barreiro que ainda subsistia da exploração agrícola, estando previsto no antepiano, uma maior verba de terreno por habitação.

No quadro seguinte sintetizam-se as distribuições adotadas quanto às zonas habitacionais anteriormente apresentadas:

Núcleos	Superf. Ha.	Densidades Hab./Ha.	Nº de habitantes por núcleos	Nº de habitantes por unidades residenciais
A	38	220	8360	-
B	42	250	10500	18890
C	22	180	3960	-
D	23	180	4140	-
E	22	180	3960	-
F	18	180	3240	-
G	19	180	3420	-
H	20	150	3000	21720
Totais	204	195/ Ha Densidade Média	40280	40580

Quadro 2.3 – Parâmetros urbanísticos para as diferentes zonas habitacionais do Barreiro (1948) – Fonte: Antepiano de Urbanização do Barreiro (1948)

Por outro lado, as zonas industriais de armazenamento ou portuárias, ocupavam uma superfície de aproximadamente 166,5 hectares, sendo que o uso das vias de comunicação tinham um papel fundamental para a escolha da sua localização. Desta forma, a poente do núcleo residencial A pretendia-se o estabelecimento do novo cais

⁹ Estas habitações económicas eram destinadas a residências económicas, de 1 ou 2 famílias, constituído por bairros no plano da legislação.

fluvial do Barreiro ligado aos caminhos de ferro. A nascente do núcleo residencial B, no qual a área era quase exclusivamente ocupada pela CUF, o objetivo era eliminar qualquer tipo de habitação e o cemitério existente dentro do complexo fabril. Outro objetivo era a revisão do sistema rodoviário com vista às melhorias das ligações com o Lavradio.

Neste ponto é notório a preocupação com a salubridade das habitações que ficavam junto às fábricas por parte de Paulo Cunha, pelo que o objetivo principal passava por suprimir qualquer tipo de fumos e gases prejudiciais à salubridade urbana que fossem atirados para a atmosfera. Outra forma de combater este problema, e como já anteriormente tinha referido, passava por um isolamento por faixas de arborização, cercando assim o complexo fabril e as habitações que estavam no sentido dos ventos do norte.

Por fim, as zonas de espaços livres, de desporto e recreio, tinham no Antepiano de Urbanização um importante papel a desempenhar, devido ao facto de a vila estar exposta aos fumos e gases provenientes das indústrias. Para tal, os núcleos residenciais A e B foram pensados para ficarem o mais afastado possível da margem do rio Tejo e para terem, em todo o seu redor, uma espécie de cortina de verdura pelo lado norte, para proteger as habitações dos ventos dominantes vindos do norte. Devido ao esperado bom clima que estas zonas poderiam vir a ter, foi pensada a construção de uma piscina e outras edificações desportivas ligadas à presença do rio Tejo, e ainda, a formação de uma praia. Com a separação das zonas habitacionais e industriais, o Antepiano de Urbanização poderia encarar para esta zona uma baixa densidade populacional, a instalação de um campo de desportos e de variados espaços disponíveis para serem arborizados. Para os núcleos residenciais C, D, E e F, também foi considerado a criação de uma extensa barreira de arborização, protegendo estes núcleos das zonas industriais situados a norte.

2.4 Apreciação da Câmara Municipal do Barreiro

Quando foi concluído o Anteplano de Urbanização da vila do Barreiro foi enviado o parecer da Câmara Municipal. O parecer foi datado de 19 de dezembro de 1949 para depois ser enviado à DGSU, levando aproximadamente um ano para ser assinado. A Câmara Municipal do Barreiro, os urbanistas e a DGSU, levaram cerca de 9 anos a produzir um plano, sendo difícil chegarem a acordo. Um parecer¹⁰ em folhas soltas que contem as observações e dúvidas sobre o anteplano que a Câmara Municipal desejava então ver esclarecidas.

A primeira observação é relacionada com a população da vila. A Câmara Municipal, sabendo que a vila tinha cerca de 30.000 habitantes, considerava que o estudo do Anteplano de Urbanização ao prever a expansão para 40.000 habitantes ficava aquém das necessidades, prevendo que a população iria aumentar muito mais do que era esperado. Estes dados são comprovados pela figura 2.8 que demonstra que o Concelho do Barreiro, em 1950, se situava entre os mais populacionais.

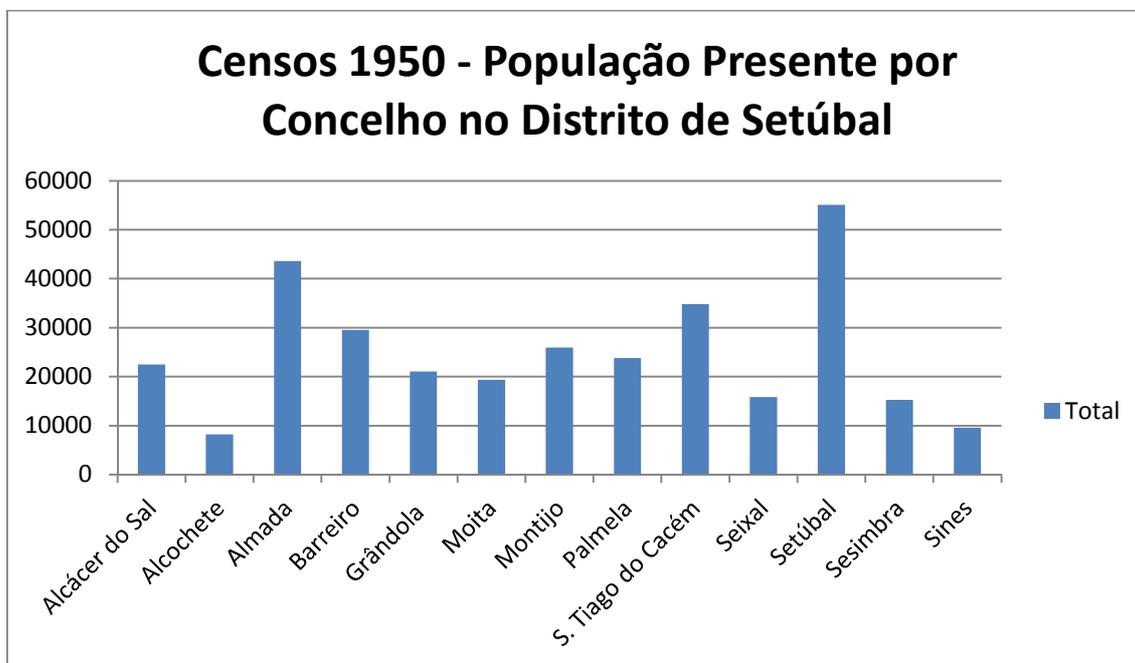


Figura 2.8 – Censos de 1950 – População Presente por Concelho no Distrito de Setúbal. Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População, 1950*.

¹⁰ Assinado pelo Chefe da Repartição Técnica: Luiz Alberto Figueiredo do Vale.

Portanto, a previsão era de facto reduzida para uma região com um ritmo intenso de crescimento da população, como se comprovou na parte relativa à densidade populacional. A CUF continuava a ampliar as suas instalações e cada vez eram mais numerosas as indústrias que procuravam o Barreiro como localização.

Em relação às diferentes camadas da população e à sua distribuição que tinha sido realizada segundo os diferentes núcleos residenciais, e sabendo que cada um desses núcleos tinha a sua categoria de construções, existia a dúvida do que aconteceria às construções que seriam de outra categoria, ou seja, se continuariam na mesma ou se seriam demolidas ou adaptadas. Estas acabaram por se manter, sendo apenas demolidas algumas das barracas existentes nas zonas de construção previstas. Neste ponto existia uma grande preocupação da Câmara Municipal em poupar os edifícios e habitações existentes, apelando aos urbanistas a sua preservação e valorização, visto que os Planos de Urbanização se tratavam de planos diretores e orientadores.

Um outro problema abordado pela Câmara Municipal estava relacionado com algumas percentagens das classes sociais apresentadas. Embora por um lado estivessem em consonância relativamente ao facto de 80% da população pertencer à classe operária, por outro lado, estavam em desacordo quanto à percentagem de 5% da população do Barreiro pertencer a uma classe alta. Para a Câmara Municipal essa percentagem parecia ser um pouco exagerada, pois defendiam que sendo a CUF a principal responsável pelo aumento populacional da classe operária, a percentagem relacionada com a classe alta era mínima ou quase nula, visto que a maioria dessa população residia em Lisboa onde estava situada a sede da CUF. A mesma situação acontecia com as outras indústrias e com os caminhos de ferro. Portanto, a Câmara Municipal pretendia que a percentagem da classe alta fosse fixada no limite dos 3% e que a classe média¹¹ tivesse um aumento para os 17%.

A análise à fixação dos diversos núcleos habitacionais também fazia parte das observações da Câmara Municipal. Tendo em conta a divisão efetuada no antepiano, havia uma maior preocupação com os núcleos C e D, pois estes estavam na direção dos fumos e gases tóxicos das instalações da CUF. Mas devido ao elevado número de habitações já existentes nessas zonas era impossível haver outro destino para as pessoas residirem. Desta forma, foram pedidas medidas especiais para o melhoramento da salubridade urbana e para a eliminação dos fumos e gases tóxicos lançados para a

¹¹ Funcionalismo público, empregados de escritório e do comércio, etc.

atmosfera. Uma dessas medidas já tinha sido desenvolvida no antepiano pelos urbanistas, que era o caso da arborização, como forma de barreira, dos núcleos que estavam expostos aos ventos dominantes vindos do norte que traziam gases tóxicos.

Os núcleos residenciais apontados pelo antepiano, com exceção dos A, F G e H, eram os já existentes na vila. O núcleo residencial A era visto, pela Câmara Municipal, como tendo muito potencial, pelo que estavam totalmente de acordo quanto à eliminação das praias lodosas existentes e às condições que aquele núcleo poderia vir a ter em relação à salubridade. Além do mais, a localização conferia-lhe um importante valor, isto porque, iria ficar junto às futuras instalações portuárias. Quanto ao núcleo residencial F, já estaria previsto e projetado, entre a Câmara Municipal e a CUF, o novo bairro operário¹².

No Antepiano de Urbanização estabelecia-se que os núcleos residenciais iriam ser providos de equipamentos indispensáveis à instrução primária, assistência social, abastecimento e recreio. A Câmara Municipal queria um esclarecimento sobre os objetivos que se pretendiam alcançar com essas obras. Naquela época a instrução, a assistência e os tempos livres da população, estavam um pouco ao cargo da CUF, que criava alguns desses serviços para os seus trabalhadores e habitantes, pelo que a Câmara Municipal não via necessidade da inclusão dessas obras. De qualquer forma, no Antepiano de Urbanização, por cada núcleo residencial independente esperava-se que cada um fosse provido dos equipamentos necessários à instrução primária¹³, à assistência social¹⁴, ao abastecimento¹⁵ e ao recreio. Cada núcleo teria também uma zona comercial, considerado um exagero, pois tinham como objetivo reduzir esse mesmo comércio e limitá-lo ao indispensável abastecimento de géneros de consumo, consoante cada população de cada núcleo.

A Câmara Municipal não compreendia o espírito do antepiano e tinha uma visão conservadora das necessidades de ensino. Estava prevista a construção de duas escolas secundárias. Uma ficaria localizada no núcleo residencial A ou B e outra ficaria localizada numa zona habitacional formada pelos restantes núcleos. Neste aspeto existia

¹² Foi apelidado de Bairro Novo da CUF. Mandado construir por Alfredo da Silva no âmbito da sua política de construção de habitação para o seu pessoal. O bairro é caracterizado pela sua implementação única no Barreiro, feito de acordo com os princípios da Carta de Atenas.

¹³ Escola Primária.

¹⁴ Assistência médica, assistência à primeira infância, creche, etc.

¹⁵ Comércio próprio.

uma dúvida por parte da Câmara Municipal que esperava ver esclarecida – o que se entendia por escola secundária, se era considerada um liceu ou uma escola técnica. De qualquer forma, a Câmara Municipal expunha que não existiam possibilidades para a construção de dois liceus e que caso se tratasse de uma escola técnica, não seria necessário, visto já existir uma no concelho. Com uma povoação que chegaria facilmente e rapidamente aos 40.000 habitantes, a construção de duas escolas secundárias não parecia ser demais.

A construção de um novo porto fluvial era defendida pela Câmara Municipal, que via uma grande vantagem neste projeto. Com a chegada deste novo porto fluvial o Barreiro poderia ter uma zona portuária condigna, e em especial, um apreciável encurtamento nas viagens marítimas do Barreiro para Lisboa.

Relativamente às vias de comunicação previstas no antepiano, a Câmara Municipal discordava com algumas das obras que estavam previstas. Era o caso do traçado das ruas perpendiculares à Rua Miguel Bombarda, pois este não coincidia com um antigo plano de arruamentos aprovado, no qual os proprietários dos terrenos suportaram os encargos da pavimentação e da rede de esgotos. Dessa forma, a Câmara Municipal não pretendia quebrar o compromisso que tinha feito com os proprietários. Outro traçado que não parecia entrar nos projetos era o estabelecimento da avenida em ponte sobre as instalações da CUF, ligando os núcleos residenciais A e B ao Bairro das Palmeiras¹⁶ e ao Lavradio. Esta obra era considerada dispendiosa e fora das possibilidades da Câmara Municipal e seria quase certo que, segundo a mesma, a CUF também não aceitaria. Além do mais, no programa do Antepiano de Urbanização previa-se a eliminação das habitações existentes no Bairro das Palmeiras, situado na zona industrial preenchida pela CUF. A Câmara Municipal não compreendia a necessidade da construção dessa mesma avenida em ponte sobre as instalações industriais, porque achava que as ligações com o Lavradio eram garantidas pela artéria paralela a essa avenida, a sul do caminho de ferro. A Câmara Municipal desejava então ser esclarecida quanto ao destino do Bairro das Palmeiras, uma vez que se previa a eliminação das habitações nessa zona. Encontravam-se inseridas várias construções

¹⁶ O Bairro das Palmeiras foi desenvolvido a partir de um pequeno aglomerado operário pré-existente no início do século XX constituído por famílias operárias e corticeiras, no local da antiga Quinta das Palmeiras. Os primeiros imigrantes procuravam trabalho nas novas indústrias e instalavam-se perto das fábricas no único local que ainda não pertencia ao patrão.

futuras na área ocupada por esse bairro, pelo que não era compreensível ao que se destinavam. A única conclusão a que pareciam chegar prendia-se com o facto de que estas seriam utilizadas pela CUF, pois localizar-se-iam dentro do espaço industrial. Contudo, o Bairro das Palmeiras ainda hoje se mantém de pé, pelo que esta não foi a última vez que se projetou a sua demolição em prol da reestruturação da zona.

Perpendicularmente ao troço sul da rua Miguel Bombarda estava também projetado a construção de um arruamento com cerca de 55 metros. Esse arruamento delimitava pelo sul os núcleos residenciais C, D, E, e F, e segundo a Câmara Municipal, poderia adaptar-se aos núcleos que futuramente poderiam ser projetados para aquela parcela de terreno.

A Câmara Municipal também não via a possibilidade de construir dois campos de desporto, referindo que só com um enorme esforço financeiro poderia encarar a construção de um deles. Desta forma, via desnecessária a construção de outra zona desportiva para além daquela que estava projetada para a zona habitacional do qual faziam parte o núcleo residencial A e B. Mais tarde acabou por se proceder à construção do novo estádio desportivo do Barreirense, situado no extremo nascente do núcleo B, junto ao complexo industrial da CUF.

Para a Câmara Municipal, o Barreiro era o principal ponto do sul do país para o tráfego de mercadorias e para os passageiros ao nível dos caminhos de ferro. Portanto, qualquer tentativa de movimentar a afluência desse mesmo tráfego para outra região seria rejeitado, como era o caso do prolongamento da linha férrea até Cacilhas. Essa situação só deveria ser encarada se servissem mais aglomerados urbanos da margem sul. Logo, não se justificava o investimento, pois o caminho pelo Barreiro seria sempre o mais rápido e económico, visto que a estação teria uma nova localização perto do novo porto fluvial.

Para além desta inquietação, a Câmara Municipal preocupou-se também com o modo como iriam ser efetuados os trajetos da linha férrea nos locais escolhidos no antepiano. Os atravessamentos¹⁷ que iriam fazer-se junto à estação do Lavradio eram considerados fáceis de construir por se tratarem de obras económicas devido ao relevo do terreno. Para outros atravessamentos projetados o mesmo já não poderia ser considerado, como era o caso da continuação das ruas Miguel Pais e Miguel Bombarda.

¹⁷ Previsto construir uma passagem superior e outra inferior aos caminhos de ferro, respetivamente a poente e nascente da estação do Lavradio.

Segundo a Câmara Municipal, a passagem superior planeada na rua Miguel Bombarda deveria deslocar-se para nascente e fazer-se na continuação da artéria planeada, abandonando a ideia de a prolongar sobre a CUF.

É de referir ainda, que a Câmara Municipal considerava estes atravessamentos do caminho de ferro como sendo um dos problemas fundamentais a resolver no Antepiano de Urbanização da vila do Barreiro. Estes deveriam ser ponderados e estudados no local para se avaliarem tanto as possibilidades técnicas da solução a adotar como as possibilidades económicas, que possuíam importância capital, isto porque, a Câmara Municipal do Barreiro se considerava a si própria com sendo uma entidade de fracos recursos financeiros e que enquanto não resolvesse esse problema, não poderia suportar os encargos de todos os projetos.

Esta realidade obriga a concluir a importância destas políticas, tanto para o poder político como para as Câmaras Municipais e seus habitantes, interessados em resolver os complexos problemas das cidades. O sucesso de um programa de reabilitação urbana, em determinada área problemática da cidade, está na base do sucesso na resolução dos seus problemas urbanos, ao nível económico, habitacional, ambiental e social. Mas as limitações financeiras das Câmaras Municipais um pouco por todo o país dificultavam a aplicação das políticas necessárias ao desenvolvimento dos municípios. Além do mais, a visão limitada em relação aos urbanistas e o pouco conhecimento de gestão urbana por parte da Câmara, demonstrou a falta de capacidade de conseguir ver o que realmente era necessário efetuar.



Figura 2.9 - Vista área do Barreiro em 1947 – Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro

2.5 Aprovação do Plano de Urbanização do Barreiro – 1957

Através de tudo o que foi referido ao longo deste capítulo pode-se comprovar que a industrialização representou no Barreiro o desenvolvimento de forças produtivas e a construção de empresas de média e grande dimensão, com uma força de trabalho crescente mas também com um forte investimento em capital fixo. Este fator desencadeou uma concentração de mão de obra operária cada vez maior em redor dos centros industriais, e conseqüentemente, a formação de centros urbanos fixados às fábricas, consequência das imensas vagas de migrantes vindos dos meios rurais para estes novos centros à procura de melhores condições de vida.

Foi o que aconteceu no caso do Barreiro, desde a criação das oficinas gerais dos caminhos de ferro da linha do Sul e Sueste em 1861, da indústria corticeira, e especialmente da Companhia União Fabril em 1907. E logo a partir de 1911, a população residente no Barreiro passou a duplicar, fazendo do Barreiro, até finais da década de 60, um importante complexo industrial de Portugal. Comprovando este facto, mais de metade da população ativa tinha um emprego num setor industrial.

Durante os anos 50, tanto o Barreiro como o resto do país, foram confrontados com novos desafios devido a uma nova conjuntura. Para além de todas as ajudas que a CUF desenvolveu na região do Barreiro, existiu também um novo conjunto de melhorias nas acessibilidades. Como resultado começou a existir uma redistribuição da população ativa, sendo que o setor terciário se ia impondo cada vez mais, atirando o setor secundário para a segunda posição. Partindo dessa mesma perspetiva, o Plano de Urbanização era um apoio para os mais importantes aglomerados populacionais do país na elaboração de programas de desenvolvimento urbano, e na situação do Barreiro, foi importante para coordenar as diferentes obras previstas e políticas territoriais, setoriais e técnicas e velar para que contribuísse para promover um desenvolvimento equilibrado do espaço urbano.

A função de qualquer Plano de Urbanização da época era a de comando e orientação da ocupação do solo, conduzindo os municípios para os princípios da expansão urbanística: de garantir o bem-estar de seus habitantes e de garantir que a propriedade urbana cumpra a sua função social. É importante ainda, ter em atenção que as políticas associadas aos Planos de Urbanização se assumiam, e ainda se assumem hoje em dia, como elementos complementares às estratégias globais do governo central,

tantos são os problemas com que trabalham, as causas a que pretendem acorrer e as soluções procuradas. Posto isto, é importante que para cada cidade que se estude, existam plantas bem elaboradas que permitam uma observação e interpretação do existente, do projetado e do realizado, fazendo com que no final se possa estudar essa mesma cidade sob vários ângulos conseguindo entender a sua forma.

Deste modo, apostava-se na construção de infraestruturas urbanas, de espaços públicos, de novos arruamentos, de vias de comunicação, de zonas verdes, de equipamentos educativos, culturais e desportivos, necessários para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, desdensificando as zonas mais antigas e mais povoadas e articulando as periferias com o centro, num conjunto de equipamentos adequados à função industrial da cidade. Estes desenvolvimentos só aconteceram a partir de 1957, quase cem anos após a implementação da estação e oficinas dos caminhos de ferro da linha do Sul e Sueste e 50 anos após a implementação da CUF. Só a partir de 1957 é que o Barreiro passou a dispor de um Plano de Urbanização para ordenação e gestão urbana. Em países como Alemanha, França ou Inglaterra no século XIX, também se verificavam situações idênticas ao Barreiro, onde também houve a dissociação entre industrialização e o ordenamento urbano. Algumas cidades nestes países também cresceram desordenadamente e sem orientação, onde as fábricas e as casas se misturavam de forma anárquica. A diferença reside no facto de que, nestas situações, representaram um carácter intermédio e transitório.

A feitura de um Plano de Urbanização no Barreiro foi demasiado tardia e foi comprometedora para a qualidade urbanística da vila, gerando assim um espaço urbano disforme e desorganizado, que ainda hoje é sentido como desconfortável pelos habitantes. A transformação unilateral do Barreiro num grande e importante polo industrial, mas sem que a Câmara Municipal dispusesse de um documento orientador e estratégico que permitisse planear e delimitar o espaço urbano, acabou por embaraçar a cidade que não parou de crescer. A falta de equipamentos de apoio, para utilização por parte dos habitantes, e uma falta de investimento público que permitisse ter em conta os problemas vividos pela população, favoreceu a segregação social dos bairros e a sua degradação, criando assim uma imagem negativa das habitações que eram construídas e criando um espírito de *ghetto*. A Câmara Municipal era limitada nas suas ações, devido à falta de fundos, e tinha de procurar ajuda dos particulares, resolvendo os diversos problemas caso a caso, sem uma visão estratégica e planeada. Esta atitude verificou-se

um pouco por todo o país, em que as tarefas de urbanização foram atribuídas à iniciativa privada, fruto da escassez de receitas¹⁸.

As consequências deste atraso não pararam de se agravar a cada dia que passava e os problemas urbanos, que careciam de solução, não paravam de aumentar, isto numa zona onde a população crescia a um ritmo alucinante e onde o crescimento industrial e populacional era mal acompanhado, ao nível dos serviços e do comércio. Desta forma, e como referido no Antepiano de Urbanização, tornou-se inevitável a construção de infraestruturas que suportassem a rede de esgotos, o abastecimento de água, a construção de mercados de abastecimento, a pavimentação das ruas, a criação de escolas primárias e industriais, uma esquadra da PSP e uma delegação da polícia marítima.

Com a contratação, em 1945, por indicação da DGSU, do arquiteto Paulo Henrique de Carvalho e Cunha e do engenheiro Santos e Silva, encarregados de elaborar o Antepiano de Urbanização do Barreiro, a vila pôde começar a criar a sua própria organização afastando-se um pouco mais dos interesses particulares. Após um longo tempo de produção, os autores concluíram o estudo em 1951. Mas não foram apenas os urbanistas que ultrapassaram o tempo definido pela DGSU, pois a Câmara Municipal do Barreiro também só entregou as plantas topográficas e os resultados do inquérito à habitação em 1948, altura em que expirava o prazo de 3 anos para a entrega do Antepiano de Urbanização.

Devido a este atraso, a DGSU pediu, o mais rápido possível, o respetivo parecer sobre o antepiano. Parecer que apenas foi enviado em 1955, ou seja, uma demora de 4 anos. Este facto não escapou ao Conselho Superior de Obras Públicas que reviu o antepiano no final de 1957 e considerou que, decorrido mais de seis anos após as soluções preconizadas pelos autores, o antepiano da vila do Barreiro estava desatualizado, devendo ser revisto em novas bases que o próprio conselho apontava. No mesmo ano este parecer foi homologado pelo ministro das obras públicas, Arantes e Oliveira, o qual, em 17 de março de 1958, aprovou o Plano de Urbanização do Barreiro, não havendo mais reparos do Conselho Superior das Obras Públicas. Portanto, os problemas urbanísticos do Barreiro estavam agora clarificados e as soluções identificadas. O saneamento da vila e a salubridade permaneceram uma preocupação

¹⁸ Ver Faria, Carlos Vieira de (2010), “Industrialização – Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro (1957) em Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (orgs.) *Actas do Colóquio Internacional: Industrialização em Portugal no Século XX: O caso do Barreiro*, Lisboa, EDIUAL.

presente no Anteplano de Urbanização, com um incomensurável atraso em relação ao que se passava na Europa desenvolvida.

Dentro dos aspetos mais importantes que ressaltam no Plano de Urbanização aceite e revisto de 1957, e em forma de resumo, é de salientar o facto de a zona fluvial, situada a poente da vila, ter sido escolhida como zona de expansão da vila (núcleo residencial A) incluindo duas caldeiras e respetivos moinhos de maré e três moinhos de vento de Alburrica. Esta zona criada através de um aterro, futuramente receberia o novo terminal da linha de caminhos de ferro e o novo porto fluvial do Barreiro.

O espaço urbano foi estruturado em função dos interesses económicos e financeiros, tendo em conta as vantagens decorrentes diretamente das obras públicas e também porque o aumento da produção industrial exigia mercados maiores e melhor organizados. Esta situação acarretava um maior investimento nas redes de transportes, melhorando portos, construindo estradas e caminhos de ferro. A maximização económica destas redes exigia uma articulação permanente entre si, o que era realizado dentro da aglomeração urbana.

Manteve-se a vila do Barreiro planeada para comportar uma população com um limite máximo de 40.000 habitantes. Assim, a área urbana necessária para abranger toda esta população foi organizada em duas zonas habitacionais: uma situada a norte da linha férrea e a outra situada a sul da linha férrea. Cada uma destas zonas continha vários núcleos residenciais, sendo que a situada a norte e poente englobaria os núcleos residenciais A (edificação em altura) e B (centro cívico). A segunda zona habitacional, situada a sul da linha férrea, teria os núcleos residenciais C, D, E, F, G e H, todos destinados à habitação económica e operária, sendo que o núcleo H ainda continha alguns residentes que viviam da exploração agrícola.

A necessidade que havia de expandir a vila do Barreiro para poente foi o que sempre preocupou e orientou os autores do anteplano, ou seja, impedir que a vila se expandisse para a planície situada a sul do complexo industrial da CUF, cujas fábricas libertavam gases tóxicos para a atmosfera, que arrastados pelos ventos dominantes do norte, tornavam insalubre e impróprio o terreno para a habitação. Por estar numa zona limpa e fora dos ventos dominantes, o núcleo A oferecia as condições necessárias para existir salubridade, mas obrigaria a fundações mais caras que o esperado, pelo que a proposta vinda no anteplano, era para ser realizada uma construção em altura que proporcionasse uma compensação económica, e sobretudo, desenvolver atividades comerciais ou de armazenamento.

Tendo como princípios a salubridade e as vias de comunicação, o núcleo residencial B, que abrangia o aglomerado mais antigo e histórico do Barreiro, foi designado como centro cívico e centro comercial principal. Deste modo, nesta zona desenvolveu-se o saneamento de muitas habitações, afastaram-se indústrias prejudiciais à saúde, abriram-se arruamentos e estabeleceram-se grandes circulares. Apesar de todas estas remodelações, a preocupação em evitar demolições maciças e conservar a cidade antiga do Barreiro manteve-se como previsto.

Finalmente resta referir que também foi posto em prática o plano de arborização para proteger os núcleos residenciais A e B da poluição química vinda das fábricas da CUF. Era então necessário proceder à delimitação dos núcleos por vias largas e arborizadas, criando assim uma espécie de barreira que pudesse garantir um menor impacto da poluição fabril, pretendendo-se também o isolamento dos núcleos de C a H, garantindo-lhes condições razoáveis de salubridade.

Um dos grandes objetivos, tanto dos autores do antepiano como da Câmara Municipal do Barreiro, e tendo em conta estes últimos aspetos, era o de tornar o Barreiro numa grande cidade ou concentração urbana onde se situassem a maior parte das atividades económicas, tendo como base os recursos humanos qualificados e a tecnologia. Neste território essas atividades exerceriam um grande poder de atração, promovendo desta forma o forte desenvolvimento da região. Os territórios urbanos eram, por excelência, os centros da produtividade, educação e inovação tecnológica, onde se concentrava a maioria do emprego, a riqueza produzida, mas também as fortes desigualdades sociais e a pobreza, facto também a ter em consideração.

No decorrer destes anos retratados, o Barreiro teve que continuar a progredir, sem renegar nunca as suas raízes e o seu riquíssimo passado, com os olhos postos na modernidade, nas novas tecnologias e nas questões ambientais e de saúde, que a todos preocupavam. Tratou-se de uma época em que se sentiu a necessidade de erguer novos projetos, que apesar das dificuldades, devido à frágil conjuntura económica, surgiram no devido tempo com o Plano de Urbanização proposto e aprovado.

O Barreiro viu-se então perante enormes desafios e significativas mudanças, nomeadamente, nos núcleos residenciais. O edificado existente no núcleo residencial B estava previsto a sua modernização, enquanto o núcleo residencial A seria a zona de expansão da vila, estando entre as obras mais importantes o novo terminal da linha de Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste e o novo porto fluvial do Barreiro.

O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro

Para um concelho em expansão, este acontecimento tornou-se num momento de viragem, que obrigou a uma atitude pró-ativa e determinada. Desta forma, pôde assumir o seu papel no desenvolvimento do país e da região.

CONCLUSÃO

O Plano de Urbanização no Barreiro pretendeu acabar com o crescimento da construção ao sabor da iniciativa privada, tendo como principal objetivo a fixação de um plano urbano que melhorasse as condições de vida e superasse as necessidades fundamentais da população. Enquanto construção legislativa e teórica, encarnava bem o espírito organizativo dos seus autores, na medida em que assentava no cumprimento de um conjunto de normas conducentes à manutenção do espaço urbano. Neste sentido, a disponibilidade de novos serviços, habitações, zonas verdes, espaços de saúde e de uma organização, assumiu um papel fundamental para a Câmara Municipal do Barreiro, apesar das suas incertezas económicas quanto à construção de algumas obras no concelho.

Todos os Planos de Urbanização estavam ao serviço de uma ideologia política, refletindo a convicção de se estar a construir uma sociedade ideal. No caso do Barreiro, o primeiro Plano de Urbanização permitiu a existência de uma política habitacional mais organizada. Era uma construção idealizada que procurava impor uma nova ordem urbana e social. O Plano de Urbanização só se pôde levar a cabo com uma intensa intervenção dos poderes públicos e com uma rigorosa coordenação institucional e gestão dos recursos existentes. O facto de se tratar de um processo entregue aos poderes políticos e públicos, em que os momentos de parcelamento, urbanização e edificação se geriam de forma praticamente conjunta, permitiu a definição, à partida, dos conjuntos habitacionais e dos seus espaços públicos, que obedeceram a um modelo assente nas características do Barreiro, ou seja, uma região com uma industrialização e população crescentes.

É também importante registar o facto de o Plano de Urbanização ter sido eficaz ao ponto de ajudar as populações operárias com medidas que visavam a construção de bairros de renda económica construídos especificamente para os trabalhadores. Alguns desses bairros já tinham sido construídos pela CUF, no âmbito da política de habitação e da imposição de uma relação particular entre a habitação, a empresa e os operários.

O Plano de Urbanização, acima de tudo, veio tentar resolver um problema que assombrava o Barreiro há longos anos, isto é, o problema habitacional. Desta forma, a sua criação representou uma solução possível e interessante para um conjunto de problemas sentidos, quer pela população do Barreiro, na sua maioria operários, quer

pela Câmara Municipal, cuja dificuldade de inclusão urbana dos migrantes era cada vez maior. Muitos desses migrantes sem qualquer tipo de habitação sujeitavam-se a procurar abrigo em habitações ou em barracas sem quaisquer condições.

Os tipos de habitação a que as classes mais pobres da população, em grande parte os operários, tinham acesso continuavam a ser precários. A habitação de baixo custo era construída fundamentalmente por promotores privados e de má qualidade. A construção de habitação pela Câmara Municipal do Barreiro e pelo Governo correspondeu sempre a uma parcela muito pequena do mercado.

Pode-se dizer que a intervenção do Estado ao nível da ordenação do território fez-se ao nível da concretização e construção dos Planos de Urbanização. Mas, por outro lado, a intervenção do Estado no domínio da habitação era quase inexistente, fechando as alternativas da habitação a muitas pessoas. No Barreiro, o Estado interveio para ajudar parcialmente na construção do Novo Bairro da CUF, permitindo também a continuidade da sua política de habitação. Deste modo, o Estado, como parte politicamente interessada, assegurava uma pacificação social que lhe agradava e mantinha claramente uma visão política da encenação urbana e do espaço público. A constituição desta nova política de habitação foi utilizada com motivos essencialmente propagandísticos ou ideológicos, e os principais beneficiários não foram sempre as classes mais pobres e mais carenciadas, mas antes os operários mais qualificados e as classes médias. A sua intervenção financeira acabaria também por criar o programa das casas de renda económica.

No quadro de uma nova política urbana, foi possível a ampliação e construção de vários bairros de casas económicas, estabelecendo uma política de habitação social sistemática, já que algumas das construções anteriores tinham pertencido sobretudo à CUF. Os bairros, construídos são maiores em dimensão e apresentam mais espaços públicos de permanência, nomeadamente jardins. Mesmo assim, e de um modo geral, os bairros foram previstos no sentido de promover um intenso controlo social e de cingir o indivíduo ao espaço da sua própria casa. Os bairros de casas económicas e operários que marcam a cidade do Barreiro são imediatamente reconhecíveis e caracterizam-se ainda hoje por não possuírem uma articulação formal com o espaço circundante. A ausência de habitações e de um Plano de Urbanização mais eficaz e com uma aprovação mais rápida pode ser interpretada pela falta de verbas da Câmara Municipal do Barreiro.

O grande atraso na aprovação do Plano de Urbanização do Barreiro foi demasiado longo por falta de visão e de preparação da administração pública e de outros

intervenientes. Mas após alguns anos de debates, dúvidas, retificações e atrasos, o Plano de Urbanização do Barreiro teve todas as condições para ser aprovado e incrementar-se na região para grande alívio da população. A implementação do plano foi importante para estruturar a rede viária e por ter prolongamentos importantes na vida da população e do concelho, resultando numa estruturação social e territorial.

De qualquer forma, tanto em Portugal como no Barreiro, a ocupação e organização do território ficou demasiado tempo do lado dos interesses particulares que não eram suficientemente capazes de ultrapassar uma visão medíocre que já não era pretendida, por outra melhor em termos morais e políticos. A industrialização e a urbanização andaram sempre de mãos dadas no Barreiro, mas ao nível da organização territorial, esta junção mostrou-se demasiado pernicioso e a vila cresceu desordenadamente e sem qualquer respeito urbanístico. Este facto fez com que o Barreiro fosse um dos locais onde essa mesma situação se verificou com maior gravidade.

Portanto, até à conclusão do Plano de Urbanização, o Barreiro foi crescendo sem instrumentos orientadores e norteadores, dificultando a vida a milhares de habitantes e aos operários das grandes indústrias, e nem a sua importância como o mais importante centro industrial do país lhe valeu.

Deste modo, o Plano de Urbanização foi criado com o propósito de contribuir para a definição dos padrões de desenvolvimento do Barreiro e estimular o progresso sustentado e coerente do concelho, contribuindo assim para o bem da população e para as perspectivas futuras da indústria existente.

FONTES

- Documentos e Folhas pertencentes aos Planos de Urbanização entre 1948 e 1969 – Arquivo Municipal do Barreiro
- Antepiano de Urbanização de 1948 – Arquivo Municipal do Barreiro
- Depósito para despesas com a Urbanização entre 1955 e 1962 – Arquivo Municipal do Barreiro
- Correspondência sobre a Urbanização entre 1933 e 1970 – Arquivo Municipal do Barreiro
- Estudo e Inquérito sobre a Habitação no Concelho do Barreiro de 1948: “O problema habitacional no Concelho do Barreiro” – Arquivo Municipal do Barreiro
- Planos de Pormenor – Arquivo Municipal do Barreiro
- Legislação sobre Planos de Urbanização – Arquivo Municipal do Barreiro
- Parecer nº 2715 do Conselho Superior de Obras Públicas de 1957 sobre o Antepiano de Urbanização da vila do Barreiro – CSOP
- Censos do INE de 1911, 1930, 1940 e 1950

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Ana Nunes de (1993), *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Edição da Câmara Municipal do Barreiro.
- Almeida, Ana Nunes de (1988) “Perfis demográficos e formas de industrialização – o caso do Barreiro”, *Análise Social*, Lisboa, XXIV, pp. 449-460.
- Almeida, Sandra Vaz Costa Marques de, (2009), *O país a régua e esquadro: urbanismo, arquitectura e memória na obra pública de Duarte Pacheco*, Dissertação de Doutoramento em História, Lisboa, Faculdade de Letras.
- Azevedo, Mário (1982), *Étude et Pratique de l’urbanisme. Un Temoingnage*, Boletim da Sociedade de Geografia, Lisboa, Separata.
- Bardet, Gaston (1948), *Le Nouvel Urbanisme*. Paris, Vincent Fréal.
- Baptista, Luís V. (1996), *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa, Século Vinte.*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Rural e Urbana, FCSH-UNL.
- Baptista, Luís V. (1999), *Cidade e Habitação Social*, Lisboa, Celta Editora.
- Cabrita, Augusto (1999), *Na Outra Margem. O Barreiro Anos 40-60*, Lisboa, Ed. CUF-SGPS.
- Caetano, Carlos (2004), *A Ribeira de Lisboa na época da Expansão Portuguesa. (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora.
- Carita, Hélder (1999), *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Castels, Manuel (1981), *La question urbaine*, Paris, Maspero.
- Choay, Françoise (2005), *O Urbanismo*, Lisboa, Perspectiva.
- Congresso Nacional de Arquitectura (1º)* (1948), Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos.
- Correa, Antonio Bonet (1989), *Las Claves del Urbanismo*, Barcelona, Ariel.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, João Pedro (2006), *Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Cruz, Maria Alfreda (1973), *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e Formas de Organização do Espaço*, Lisboa, ed. Autor.
- Dijk, Henk (2001), *Urban Developments in Europe*, ODL-Erasmus, University of Rotterdam.
- Faria, Miguel Figueira de, e José Amado Mendes (2010), *Actas do Colóquio Internacional, Industrialização em Portugal no Século XX: O caso do Barreiro*, Lisboa, EDIUAL.
- Fernandes, Mário Gonçalves (2002), *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*, Porto, Edição do Autor.
- Ferreira, Paula Nascimento (2004), *O Centro de Viseu: sua Evolução Funcional 1950-2001*, Tese de Mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Ferreira, V. Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

- Ferreira, V. Matias (1983), “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-40”, *Análise Social*, Lisboa, XIX, pp. 693-735.
- Ferreira, V. Matias (1983), “Lisboa, Anos 30-40, o Processo de Expropriação de Terrenos e a Recomposição Sociopolítica do Estado Novo”, *Arquitectura*, Lisboa, (151).
- Ferreira, V. Matias, Walter Rodrigues, José Luís Casanova, Alexandra Castro, Luís Wemans e Teresa Amor (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio. Centralidade e Requalificação das Frentes de Água*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, V. Matias (1997), *Lisboa a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Bizâncio.
- Ferreira, V. Matias (1970), “O Fenómeno Urbano: Notas Prévias para a Formação de um Objecto”, *Análise Social*, Lisboa, VIII, pp. 116-140.
- França, José Augusto (1977), *Lisboa Pombalina e o iluminismo*, Lisboa, Bertrand.
- França, José Augusto (1980), *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Freire, João (1992), *Anarquistas e Operários: Ideologias, ofícios e práticas sociais: o anarquismo e o operariado português, 1900-1940*, Porto, Afrontamento.
- Gonçalves, Fernando (1978) “A mitologia da habitação social - o caso português” em José Ribeiro (org.), *Cidade/ Campo – Cadernos da Habitação ao Território*, I, Lisboa, Ed. Lit.
- Gonçalves, Fernando (1983), “Duarte Pacheco e os Encantos da Megalomania”, *Arquitectura*, Lisboa (151).
- Gonçalves, Fernando, (s.a), “Evolução Histórica do Direito do Urbanismo em Portugal” (1851-1988) em Diogo Freitas do Amaral (org.), *Direito de Urbanismo*, Lisboa, INA.
- Gonçalves, Fernando (1981), “Urbanística à Duarte Pacheco”, *Arquitectura*, Lisboa (142).
- Gordon, L.A., (2006), *Planning twenty century capital cities*, New York, Routledge.
- Gröer, Etienne de (1945-1946), *Introdução ao Urbanismo*, Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, (1), pp. 17-86.
- Hall, Peter (1989), *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design in the Twentieth Century*, Oxford, Basil Blackwell.
- Hall, Peter (1998), *Cities in civilization*, Phoenix, London.
- Hall, Peter (1975), *Urban and Regional Planning*, Penguin Books.
- Hietalla, Marjatta (1987), *Services and urbanization at the turn of the Century, The Diffusion of Innovations*, Helsinki, SHS.
- Huet, Bernard, Christian Devillers e Le Creusot (1981), *Naissance d'une ville industrielle*, Seyssel, Ed. Champ Vallon.
- Howard, Ebenezer (1989), *Cidades-Jardins de Amanhã*, São Paulo, Hucitec.
- Jacobs, Jane (2001), *Morte e Vida de Grandes Cidades*, São Paulo, Martins Fontes.
- Kjaersdam, Finn (1995), *Urban Planning in History*, Alborg, Alborg University Press.
- Lamas, José (1993), *Morfologia Urbana e Desenho de Cidade*, Lisboa, F.C.G./JNICT, Edição do Autor.
- Le Corbusier (1971), *La Charte d'Athènes*, Paris, Minuit.
- Le corbusier (1995), *Maneira de Pensar o Urbanismo*, Lisboa, Europa-América.
- Le Corbusier (1992), *Urbanismo*, São Paulo, Martins Fontes.

- Lees, Andrews e Lynn Hollen Lees (2007), *Cities and the Making of Modern Europe*, New York, Cambridge UP.
- Lino, Raul (1969), *Das Cidades e do Sentido Humanista*, Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos nº100, Academia das Ciências de Lisboa.
- Lôbo, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização, a Época de Duarte Pacheco*. Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.
- Martins, Alexandre (2003), *Paternalismo Patronal e Habitação Operária: O Caso da Companhia União Fabril, no Barreiro*, Dissertação de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Lisboa, ISCTE.
- Medeiros, Fernando (1978), *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A regra do jogo.
- Michel, Ragoon (1986), *Histoire de l'Architecture et de l'Urbanisme modernes*, Paris, Casterman.
- Monclus, Javier (1988), *La ciudad dispersa*, Barcelona, Urbanitats.
- Moreira, Manuel Vicente (1950), *Problemas de Habitação: Ensaio Sociais*, Lisboa, Minerva.
- Morris, A. (1979), *Historia de la Forma Urbana. Desde sus Origenes hasta la Revolucion Industria*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Murteira, Maria Helena (1998), *Lisboa da Restauração às Luzes*, Lisboa, Presença.
- Muzio, Giovanni (1943), *Os Problemas de Urbanização Moderna*, Boletim da Faculdade de Engenharia, Porto, I e II.
- Nunes, João Pedro Silva (2011), *Florestas de Cimento Armado: Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pais, Armando da Silva (1965), *O Barreiro Contemporâneo. A grande e progressista vila industrial*, Barreiro, Ed. CMB.
- Pereira, Margarida *et al* (1998), (orgs.) “O Plano de Urbanização da Costa do Sol: dos objectivos às concretizações” em *1º Ciclo de Estudos Oeirenses: Oeiras – A Terra dos Homens*, Oeiras, Celta.
- Pereira, Nuno Teotónio (1944), *Urbanismo*, Lisboa, Técnica.
- Pereira, Nuno Teotónio (1987), “A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, em Fernando Rosas (org.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, II, pp. 323-357.
- Pereira, N. T. e J. M Fernandes (1981), “A Arquitectura do Fascismo em Portugal”, *Arquitectura*, Lisboa, (142), pp. 38-49.
- Pinol, Jean Luc (1991), *Le Monde des Villes au XIXe siècle*, Paris, Hachette.
- Quintas, Maria da Conceição (1998), *Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária*, Lisboa, Horizonte.
- Relph, Edward (1987), *The Modern Urban Landscape*. London, Croomheim.
- Rodrigues, Jorge Martins de Sousa (1999), *A Expansão Programada de Lisboa para a Margem Sul: Almada, 1938-1950*, Dissertação de Mestrado em História Social e Contemporânea, Lisboa, ISCTE.
- Rosas, Fernando (1986), *O Estado Novo nos Anos Trinta*, Lisboa, Ed. Estampa.

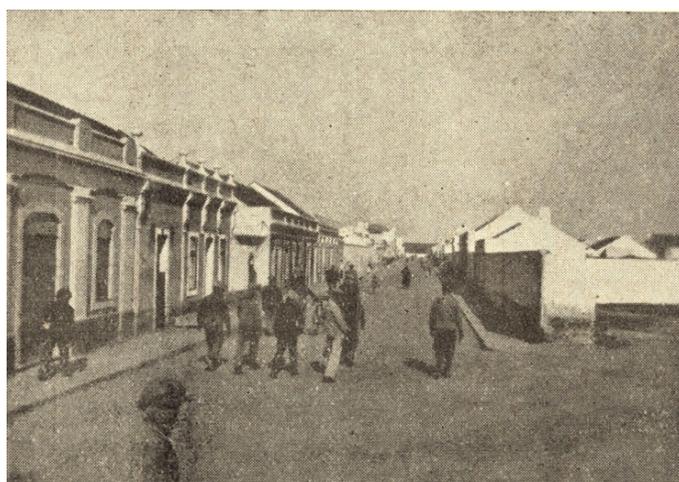
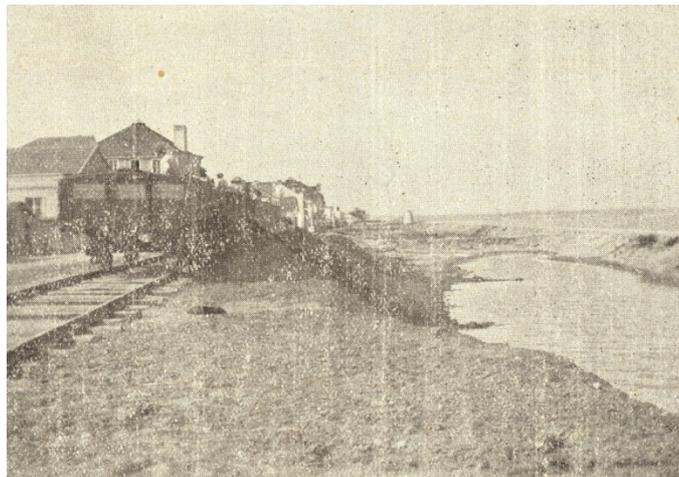
- Roseneau, Helen (1986), *La ciudad Ideal, su evolución Arquitectónica en Europa*, Madrid, Alianza.
- Rossa, Walter (2002), *A Urbe e o Traço: uma década de estudos sobre o Urbanismo Português*, Lisboa, Editora Livraria Almedina.
- Silva, Álvaro Ferreira (2001), “Ideais Oitocentistas de Modernização Urbana, O embelezamento como projecto” em Magda Pinheiro, Magda Baptista, e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole*, Oeiras, Celta.
- Silva, Carlos Guardado (2008), *Lisboa Medieval, A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Colibri.
- Silva, Carlos Nunes (1987), “A urbanística do Estado Novo (1926-1959): nem nacional, nem fascista” em Fernando Rosas (org.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, II, Lisboa, Ed. Fragmentos, pp. 377-386.
- Silva, Carlos Nunes (1994) “Mercado e Políticas Públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX”, *Análise Social*, Lisboa, XXIX, pp. 655-676.
- Silva, Carlos Nunes (1994), *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Lisboa, Horizonte.
- Silva, Raquel Henriques da (1988) “Do passeio público às avenidas novas — percursos, imagens e factos da Lisboa oitocentista” em *Revista de História Económica e Social*, 23, 21-41.
- Silva, Raquel Henriques da (2008), “Lisboa Reconstruída e Ampliada (1758-1903) ” em Ana Tostões e Walter Rossa (orgs.) *Lisboa 1758: O Plano da Baixa Hoje*, Lisboa, Câmara Municipal.
- Teixeira, Armando Sousa (1999), *A Fábrica e a Luta em Construção – Barreiro: Uma História de Trabalho Resistência e Luta – Parte II – 1946/62*, Edições Avante, Lisboa.
- Teixeira, Manuel (1993), “A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes”, *Análise Social*, Lisboa, XXVIII, pp. 371-390.
- Teixeira, Manuel (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880 – 1940”, *Análise Social*, Lisboa, XXVII, pp. 65-89.

ANEXOS

Anexo A

1 – Aterro da Praia Norte; 2 – Rua 1º de Dezembro na Verderena; 3 – Rua 1º de Maio no Bairro das Palmeiras; (fotos sem data, possivelmente da década de 20 do séc. XX)

Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro.



Anexo B

Inauguração do Bairro Eng.º José Frederico Ulrich e de uma escola primária. Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro.

NO BARREIRO

BARREIRO, 6.—Como o «Diário de Notícias» anunciou, realizou-se hoje, nesta vila, festivamente, a inauguração das 68 casas, primeira fase do bairro de 100 para as classes pobres, que a Camara Municipal deste concelho tem em construção. E inaugurou-se também um edificio escolar para ambos os sexos, que dispõe de quatro amplas salas de aula e de uma cêrca. Para assistir á cerimonia deslocou-se a esta vila o sr. eng. Saraiva e Sousa, subsecretario das Obras Publicas, acompanhado pelo sr. dr. Correia Figueira, governador civil do distrito. Aquele membro do Governo era aguardado, em Coína, limite do concelho, pelos srs. presidente do Municipio e vereadores. Depois dos cumprimentos do estulo, dirigiram-se todos ao vasto largo paralelo ás ruas do Lavradio e Bartolomeu Dias, onde se está construindo o bairro. O sr. subsecretario das Obras Publicas era ali aguardado pelos srs. dr. Miguel Bastos, presidente da comissão distrital da União Nacional; professor Barreto Mendes, director do distrito escolar; representantes dos sindicatos nacionais, deputações dos bombeiros voluntários do Sul e Sueste, Companhia União Fabril e do corpo de salvação publica, com os respectivos estandartes; banda de musica do grupo desportivo e recreativo da C. U. F., professores primarios, funcionalismo publico, representantes das colectividades de recreio e de beneficencia locais, alunos das escolas primarias e muito povo.

O novo bairro é constituído por 7 blocos de habitação de dois pavimentos, sendo 44 do tipo B, 5 divisões cada, pagando cada habitante 120\$00 mensais. E 24 do tipo D, com 6 divisões, sendo a sua renda de 150\$00 mensais. O novo bairro ocupa a área de cerca de 25 mil metros quadrados e a sua construção foi iniciada em 27 de Abril de 1948, tendo custado, incluindo a sua urbanização, esgotos, agua e terraplenagens das ruas, a quantia de 2.335 contos, 680 dos quais comparticipados pelo Estado.

Depois do acto simbolico da inauguração dos importantes melhoramentos, efectuou-se uma sessão solene, no recinto fronteiro ao edificio escolar, onde estava armada a tribuna.

O sr. Joaquim José Fernandes, presidente da Camara, usando da palavra, começou por agradecer a presença daquele membro do Governo. Aludiu aos dois grandes melhoramentos ali inaugurados, realçando a sua importancia. Lembrou que o Barreiro, antigamente tão desprezado, tem sido muito beneficiado pelo Estado Novo. E salientou a obra de protecção aos trabalhadores e o ressurgimento da Nação, feitos depois do 28 de Maio.

Seguiu-se o chefe do distrito, sr. dr. Correia Figueira, que, num brilhante improviso, se referiu ao valor dos melhoramentos inaugurados, que demonstram o interesse e o carinho que o Governo dispensa a obras cujo alcance social é evidente. Afirmou que, nas realizações que

personificam o regime, não se consegue descobrir uma tendencia demagogica com vista á obtenção de votos, mas sim á expressão de um alto sentido realizador, que abrange todo o País. Os melhoramentos, a politica de fomento e a obra de valorização económica estão á vista de todos os portugueses.

O chefe do distrito terminou o seu discurso com um vibrante «viva» ao Barreiro, entusiasticamente correspondido pela assistência.

Falou, por ultimo, o sr. subsecretario das Obras Publicas, que, depois de se referir ao bairro inaugurado, disse:

— E' bem conhecido o êxito que, em todo o País, tem obtido nos ultimos anos a intervenção directa do Estado, com a colaboração das camaras municipais e de varios organismos de interesse publico, no sentido de procurar dar a cada familia uma habitação em condições de satisfazer a um nivel de vida compativel com as exigencias actuais. Só no distrito de Setubal, foram recentemente concluidas, ou estão para breve conclusão, um total de mais de 1.600 habitações, para instalar cerca de 8.000 pessoas. Os encargos correspondentes, incluindo as despesas de urbanização dos bairros, elevam-se a perto de 80.000 contos. Mas, o problema da habitação é tão vasto e complexo que não pode ser resolvido só por organismos officiais. Em especial, compete ás grandes empresas promover a construção de habitações para os seus empregados. Dentro desta louvavel orientação registo com agrado que a C. U. F. possui já no Barreiro um bairro para os seus operários, e tem em curso, com todo o interesse, o estudo de um novo bairro de 700 habitações que permitirá alojar 3.000 pessoas. Merece esta iniciativa toda a atenção do Estado, por ver que há um espirito de colaboração que se estende para além dos serviços officiais, no desejo legitimo de erguer o nosso País a um elevado nivel de vida.

Falou depois da nova escola inaugurada, anexa ao bairro, que servirá para 192 crianças e que importou em 380 contos. Referiu-se circunstanciadamente ás obras em curso no distrito. E a terminar:

— Por aqui se avalia a enorme importancia desta grande obra de fomento entre as muitas que se estão realizando. Peço que me perdõem tantas citações de obras e verbas, mas os factos são o melhor ensinamento, e eles mostram á evidencia os enormes beneficios que este distrito tem usufruido, e que só foram possíveis em resultado de uma sã administração e de uma vontade firme de fazer progredir o nosso País, aumentando a riqueza nacional. Resta-me agradecer o amavel convite do sr. governador civil do distrito para vir a estas inaugurações, e o acolhimento dispensado. E faço sinceros votos para que o concelho do Barreiro progrida em ritmo acelerado para maior felicidade dos seus habitantes.

Terminada esta cerimónia, realizou-se um «Porto de Honra», durante o qual se trocaram amistosos brindes. 7-11-49

O BAIRRO ECONÓMICO

Seculo Jornal - 2.ª edição - 7-11-49
27-10-71
Domingo 6 Novembro

Eng. José Frederico Ulrich e uma escola primária foram inaugurados ontem no Barreiro

com a presença do sr. subsecretário de Estado
das Obras Públicas

No Barreiro, inauguraram-se ontem 68 casas das 100 que constituem o bairro económico Eng. Frederico Ulrich, mandado construir pela Câmara Municipal no sítio denominado Alto do Silveiro, e uma escola primária, com quatro salas de aula, para ambos os sexos, incluída no Plano dos Centenários. Ao acto presidiu o sr. eng. Saralva e Sousa, subsecretário de Estado das Obras Públicas, e assistiram os srs. governador-civil de Setúbal; eng. Sá e Melo, director-geral dos Serviços de Urbanização; drs. Melo e Castro e Manuel Bastos, candidatos a deputados pelo distrito de Setúbal, autoridades civis e militares do concelho, etc.

Aquele membro do Governo foi recebido, no limite do concelho, em Coína, pelo sr. Joaquim José Fernandes, pre-

sidente da Câmara Municipal, a vereação e outras individualidades, organizando-se um cortejo que se dirigiu a Rua Bartolomeu Dias, onde estão instalados o bairro e a escola. Ali se encontravam crianças das escolas, com os respectivos professores; bombeiros da C. U. F., do Sul e Sueste e do Corpo de Salvação Pública e a Legião Portuguesa, que fizeram a guarda de honra; sindicatos nacionais, colectividades de recreio e desportivas, escuteiros, a banda de música do Grupo Desportivo da C. U. F., etc. Reuniu-se, no local, grande multidão.

Por iniciativa da Sociedade Columbofila do Barreiro, foram largados quinhentos pombos.

Procedeu-se, então, à inauguração da escola, cujas salas de aula têm capa-



O sr. subsecretário de Estado das Obras Públicas (x) e outras entidades oficiais, inaugurando o bairro operário no Barreiro

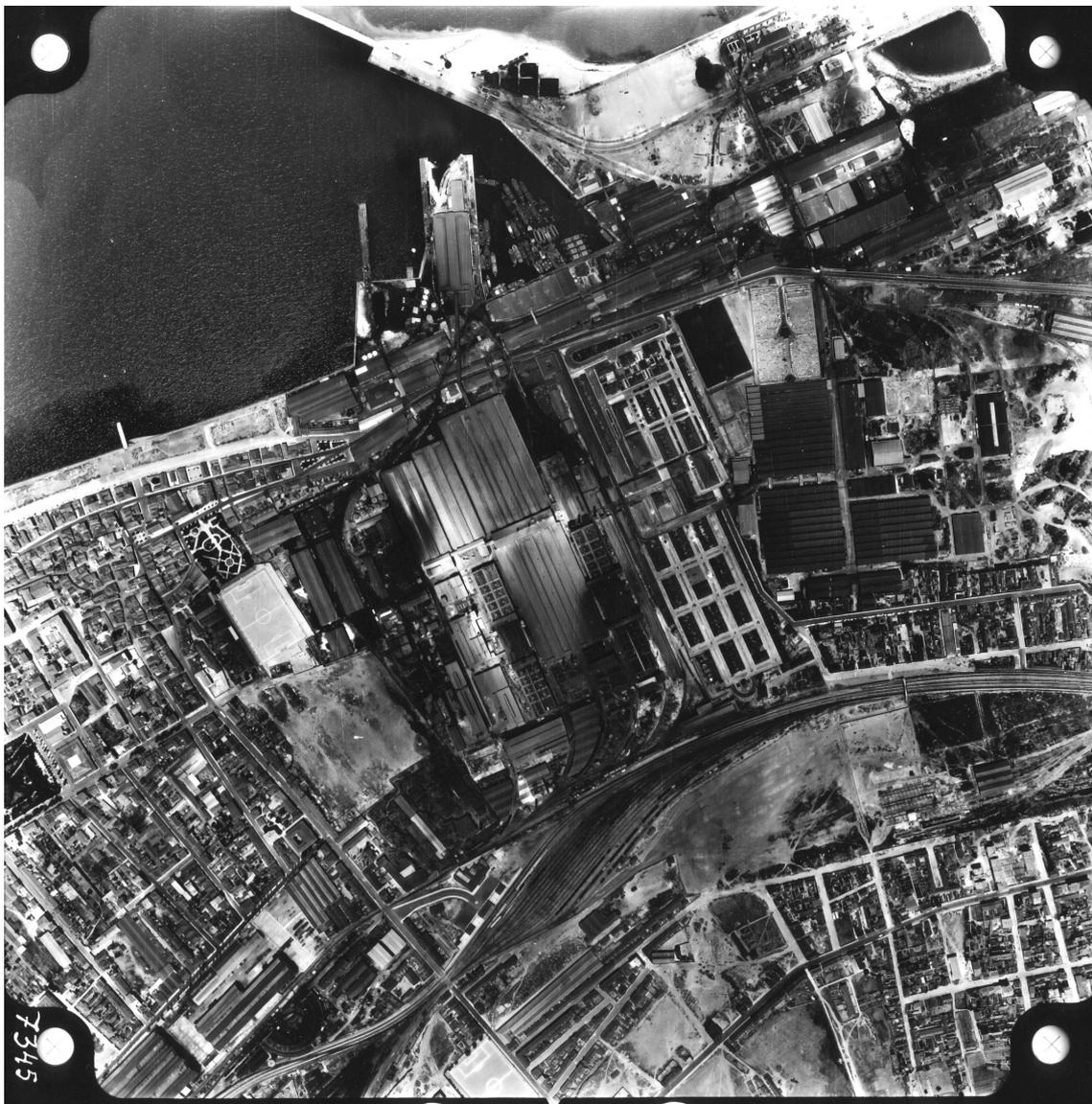
cidade para 140 alunos, seguindo-se uma sessão solene para inauguração do bairro, cujas casas são de dois tipos, um de sete divisões, e outro de cinco. Presidiu o sr. subsecretário de Estado, ao lado do qual se sentaram os srs. dr. Francisco Figueira, chefe do distrito; Miguel Bastos, presidente do Município de Setúbal; director-escolar, comandante da G. N. R., presidente da Câmara do Barreiro, etc.

Usou da palavra o sr. presidente do Município do Barreiro, que agradeceu a presença das entidades oficiais, significativa do interesse do Governo pela vila do Barreiro e a vida da sua laboriosa população. O orador referiu-se depois à comparticipação de dez contos por cada moradia dada pelo Estado e à facilidade de um empréstimo de 1.500 contos, fazendo largas considerações acerca das vantagens concedidas ao Barreiro, prestou, finalmente, homenagem à memória do eng. Duarte Pacheco, o primeiro estadista que levou ao concelho importantes melhoramentos, entre os quais salientou o do abastecimento de água.

(Continuação na 4.ª pág., 6.ª col.)

Anexo C

Fotografias aéreas do concelho do Barreiro. Fonte: Arquivo Municipal do Barreiro.



O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro



O Primeiro Plano de Urbanização do Barreiro



Anexo D

Evolução da população residente no concelho do Barreiro entre 1878 e 2004 (INE).
Fonte: Faria, Carlos Vieira de (2010), “Industrialização – Urbanização: que relações? O caso do (ante)plano de urbanização da vila do Barreiro (1957) em Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes (orgs.) *Actas do Colóquio Internacional: Industrialização em Portugal no Século XX: O caso do Barreiro*, Lisboa, EDIUAL, pp. 363.

